

ORGANIZADORES:

LARISSA DA SILVA FERREIRA ALVES
RAFAEL WENDELL BARROS FORTE DA SILVA
VALENTINA RAQUEL AIRES DOS SANTOS
BEATRIZ ESTELIZA SOARES DE LIMA

CADERNO DE RESUMOS

IV ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO



LARISSA DA SILVA FERREIRA ALVES
RAFAEL WENDELL BARROS FORTE DA SILVA
VALENTINA RAQUEL AIRES DOS SANTOS
BEATRIZ ESTELIZA SOARES DE LIMA
(ORGANIZADORES)

CADERNO DE RESUMOS

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO

4ª EDIÇÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



**PAU DOS FERROS-RN
2025**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (UERN)
CAMPUS AVANÇADO DE PAU DOS FERROS-RN
ENDEREÇO RUA MANOEL ALEXANDRE, 325, BAIRRO ARIZONA, CEP:59900-000.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO E DINÂMICAS TERRITORIAIS NO
SEMIÁRIDO (PLANDITES) - MESTRADO E DOUTORADO
SITE: [HTTPS://SIGAA.UERN.BR/SIGAA/PUBLIC/PROGRAMA/PORTAL.JSF?LC=PT_BR&ID=1048](https://sigaa.uern.br/sigaa/public/programa/porta1.jsf?lc=pt_br&id=1048)

PROJETO GRÁFICO: RAFAEL WENDELL BARROS FORTE DA SILVA
IDIOMA: PORTUGUÊS
REVISÃO: COMISSÃO EDITORIAL

ISBN: 978-65-01-04800-0
EDITORA: REDE-TER

COMISSÃO EDITORIAL
RAFAEL WENDELL BARROS FORTE DA SILVA
BEATRIZ ESTELIZA SOARES DE LIMA

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E56

Encontro Regional de Sustentabilidade e Políticas Públicas no Semiárido (4 : 2025:
Pau dos Ferros/RN)

Caderno de resumos do IV Encontro Regional de Sustentabilidade e Políticas
Públicas no Semiárido - ERESP [recurso eletrônico]. / 19, 20 e 21, ago. de 2025 em Pau dos
Ferreiros/RN. Organizadores: Larissa da Silva Ferreira Alves; Rafael Wendell Barros Forte da
Silva; Valentina Raquel Aires dos Santos; Beatriz Esteliza Soares de Lima. Pau dos Ferros:
REDE-TER, 2025.

Vários autores

ISBN: 978-65-01-04800-0

Evento realizado pelo Programa de Pós Graduação em Planejamento e Dinâmicas
Territoriais no Semiárido – PLANDITES.

1. Pós graduação 2. Pesquisa. 3. Planejamento. 4. Território. I. Alves, Larissa da Silva
Ferreira. II. Silva, Rafael Wendell Barros Forte da. III. Santos, Valentina Raquel Aires dos IV.
Lima, Beatriz Esteliza Soares de. V. Título.

APRESENTAÇÃO

A Pós-Graduação como Motor do Desenvolvimento Regional: O IV ERESPP SEMIÁRIDO e os 10 Anos do PLANDITES

O IV Encontro Regional de Sustentabilidade e Políticas Públicas no Semiárido (ERESPP-SEMIÁRIDO), que aconteceu de 19 a 21 de agosto de 2025, representou um marco histórico. O evento uniu a tradição de debates do ERESPP-SEMIÁRIDO com a celebração dos 10 anos do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES). Proposto pelo PLANDITES, do Campus de Pau dos Ferros (CAPF) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), o encontro foi uma colaboração com instituições acadêmicas parceiras, como a Universidade Regional do Cariri (URCA) e a Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA).

O principal objetivo do evento foi debater o papel central da pós-graduação como uma política de desenvolvimento regional para o Semiárido brasileiro, especialmente em um cenário de (re)construção do país. O encontro buscou fortalecer as agendas de desenvolvimento territorial ao reconectar as políticas de ensino superior e suas reverberações práticas. Além disso, o evento reforçou a importância de políticas transversais em áreas de "fronteira", que estiveram em suspenso num modelo de gestão nacional sem metas ou projetos para o desenvolvimento regional, principalmente para áreas interioranas do país. A comemoração dos 10 anos do PLANDITES foi um ponto alto, destacando a aprovação do seu curso de Doutorado em 2024, que iniciou sua primeira turma em 2025.

Objetivos e Estrutura do Evento

O encontro foi cuidadosamente planejado para promover um debate interdisciplinar e interinstitucional. Seu objetivo geral foi fortalecer a articulação entre ensino, pesquisa, extensão e ação política, celebrando ao mesmo tempo a década de contribuições do PLANDITES. Seus objetivos específicos foram multifacetados, trazendo:



PLANDITES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PLANEJAMENTO E DINÂMICAS TERRITORIAIS NO SEMIÁRIDO

UERN

- Refletir criticamente sobre as políticas públicas no Semiárido, com foco em sustentabilidade, recursos naturais, educação, saúde, segurança hídrica e desenvolvimento territorial.
- Socializar pesquisas e práticas extensionistas do PLANDITES e de outras instituições.
- Promover o intercâmbio de saberes entre a universidade, sociedade civil, movimentos sociais e gestores públicos.
- Celebrar os 10 anos do PLANDITES, destacando sua importância na formação de pesquisadores e na qualificação de políticas regionais.
- Fortalecer redes acadêmicas e sociais comprometidas com a justiça social, ambiental e territorial.
- Ampliar a participação cidadã por meio de palestras, mesas-redondas, oficinas e apresentações de trabalhos.
- Contribuir para a reconstrução democrática do país com base em práticas sustentáveis e inclusivas.
- Realizar o 1º Encontro de Egressos do PLANDITES.

Cientificamente, o evento buscou mapear, divulgar e incentivar pesquisas sobre o planejamento urbano e regional no Semiárido, com o intuito de identificar coletivamente soluções para os desafios da região.

Público e Grupos de Trabalho

O IV ERESPP-SEMIÁRIDO foi um evento inclusivo, voltado não apenas para pesquisadores e profissionais do planejamento urbano e regional, mas também para a comunidade externa, como escolas e gestores públicos. A abertura do evento à comunidade visou diminuir o distanciamento entre a universidade e a sociedade, especialmente no município, permitindo a construção coletiva de diretrizes acadêmicas.

A apresentação de trabalhos científicos foi organizada em cinco Grupos de Trabalho (GTs), cada um com sua ementa específica e coordenação:

- **GT 1. Dinâmica urbano-regional:** Coordenado por Dr. Ronie Cleber de Souza, Dr. Taynan Araújo de Oliveira e Me. Marcos Clégio Teodoro. Discutiu temas como transformações produtivas, migrações, novas centralidades, a relação cidade-campo e o impacto das políticas públicas no espaço urbano-regional.



PLANDITES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PLANEJAMENTO E DINÂMICAS TERRITORIAIS NO SEMIÁRIDO

UERN

- **GT 2. Gestão e meio ambiente no Semiárido:** Coordenado por Dr. Franklin Roberto da Costa, Dr. Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho, Me. José Lindemberg Bernardo da Silva e Ma. Anna Beatriz Pereira de Paiva Pordeus. Abordou o acesso a recursos hídricos, mudanças climáticas, saneamento básico, avaliação ambiental e a ecologia política da urbanização.
- **GT 3. Ambiente, saúde e sociedade no Semiárido:** Coordenado por Dr. José Elesbão de Almeida e Ma. Daiane Kelly de Queiroz. Analisou políticas de saúde, esporte e lazer, a dimensão socioterritorial do processo saúde/doença e a organização de serviços de saúde na região.
- **GT 4. Desenvolvimento, planejamento e políticas públicas no Semiárido:** Coordenado por Dr. Ângelo Magalhães, Dra. Sâmara Fontes Fernandes e Me. Janeson Vidal de Oliveira. Focou em concepções de políticas públicas, federalismo, participação social e os impactos das políticas sociais e educacionais no território.
- **GT 5. Cultura, linguagem e identidades regionais:** Coordenado por Dr. Bertulino José de Souza e Me. Glicia Cleani de Sousa. Discutiu a cultura, identidades e práticas sociais expressas na linguagem, na memória e em abordagens regionais, além da relação entre cidadania e políticas sociais.

A diversidade dos Grupos de Trabalho permitiu uma abordagem abrangente e profunda dos desafios e potencialidades do Semiárido. O evento não apenas celebrou uma década de contribuições do PLANDITES, mas também reforçou a pesquisa e o debate como ferramentas essenciais para construir um futuro mais justo e sustentável para a região.

Destacou-se, ainda, o último dia de evento, como um momento de reflexões internas sobre o PPG, no âmbito de sua autoavaliação e planejamento estratégico.



PLANDITES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PLANEJAMENTO E DINÂMICAS TERRITORIAIS NO SEMIÁRIDO

UERN

Histórico do Evento

O Encontro Regional de Sustentabilidade e Políticas Públicas no Semiárido (ERESPP-SEMIÁRIDO) consolidou-se como um espaço vital para a discussão e o avanço de soluções para os desafios únicos enfrentados pela região. Sua história começa em 2017, com a primeira edição focada em um tema de extrema relevância: Recursos Hídricos e Programas Sociais no Território do Semiárido.

Realizado nos dias 05 e 06 de dezembro daquele ano, o evento reuniu pesquisadores, gestores e a comunidade para debater a gestão da água e o impacto das políticas públicas na vida das populações, marcando o início de uma jornada de reflexão e colaboração essencial para a sustentabilidade regional, marcando ainda como um evento de calendário realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES), Campus de Pau dos Ferros, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

A segunda edição, em 2018, ampliou o escopo das discussões, abordando a Saúde, Educação e Interdisciplinaridade para o desenvolvimento do Semiárido. Nos dias 04 e 05 de dezembro, o ERESPP-SEMIÁRIDO enfatizou a importância da abordagem integrada para enfrentar as complexidades do território. Os debates exploraram como a educação e a saúde podem ser ferramentas de transformação social, e como a colaboração entre diferentes áreas do conhecimento é fundamental para a criação de políticas públicas mais eficazes e adaptadas às necessidades locais.

Em 2019, o evento direcionou seu olhar para a questão do território e do meio ambiente. A terceira edição, nos dias 11 e 12 de dezembro, teve como tema Planejamento ambiental para o ordenamento Territorial. Essa abordagem destacou a necessidade de um planejamento estratégico para o uso e ocupação do solo, considerando os desafios climáticos e as particularidades ecológicas do Semiárido. As discussões ressaltaram a importância de práticas sustentáveis e de um ordenamento territorial que proteja os recursos naturais e promova o bem-estar das comunidades.

Após um hiato temporal, em face da pandemia da COVID-19 e retomada gradativa das atividades presenciais nas coletividades, o ERESPP-SEMIÁRIDO retorna em 2025 de forma especial, celebrando os 10 Anos do PLANDITES. Com o tema A pós-graduação para o desenvolvimento regional do Semiárido brasileiro num cenário de (re)construção de país, o evento ocorreu entre os dias 19 e 21 de agosto.



PLANDITES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PLANEJAMENTO E DINÂMICAS TERRITORIAIS NO SEMIÁRIDO

UERN

Esta edição marcou um momento de reflexão sobre o papel da pesquisa e da formação acadêmica na busca por um desenvolvimento mais justo e sustentável, especialmente em um contexto de necessidade de reconstrução e fortalecimento das instituições e políticas públicas no Brasil. Marcou, ainda, o 1º encontro de egressos do PPG, numa marca de 10 anos de turmas que tiveram a oportunidade de realizar uma pós-graduação stricto sensu de alta qualidade cravada no Semiárido brasileiro.

A trajetória do Encontro Regional de Sustentabilidade e Políticas Públicas no Semiárido demonstra uma evolução temática, adaptando-se às demandas e desafios do tempo. Do foco inicial nos recursos hídricos e programas sociais à expansão para saúde, educação, planejamento ambiental e, agora, a um olhar estratégico sobre a pós-graduação, o ERESPP-SEMIÁRIDO se mantém como um farol para a pesquisa e o diálogo sobre o desenvolvimento sustentável na região.

Sua história é a prova do compromisso contínuo com a busca por reflexões e soluções inovadoras e colaborativas que promovam a resiliência e o desenvolvimento territorial do Semiárido brasileiro.

Pau dos Ferros-RN, 08 de setembro de 2025.

Profa. Dra. Larissa da Silva Ferreira Alves
Coordenadora do PLANDITES e do IV ERESPP-SEMIÁRIDO



PLANDITES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PLANEJAMENTO E DINÂMICAS TERRITORIAIS NO SEMIÁRIDO

UERN

COORDENAÇÕES / COMISSÕES

COORDENAÇÃO GERAL:

PROF^a. DRA. LARISSA ALVES
PROF. DR. TAYNAN ARAÚJO
MARCOS WILLIAN
VALENTINA RAQUEL
ANTONIA MIKAELLY

COMISSÃO ORGANIZADORA:

PROF^a. DRA. LARISSA ALVES
PROF. DR. TAYNAN ARAÚJO
RAFAEL WENDELL
VALENTINA RAQUEL
MARCOS WILLIAN
BEATRIZ ESTELIZA
MARCOS CLÉGIO
LUCIANO DIAS
INGRID FIALHO
CYRON RODRIGO
ANTONIA MIKAELLY
JOELMA LIMA
LUCAS BEZERRA

COMISSÃO CIENTÍFICA:

RAFAEL WENDELL
VALENTINA RAQUEL
BEATRIZ ESTELIZA

COMISSÃO DE MONITORES:

MARCOS CLÉGIO
MARCOS WILLIAN
FILHO MAIA

COMISSÃO DE INSCRIÇÕES E SECRETARIA:

BEATRIZ ESTELIZA
LAIANE GURGEL
DENNYS DANILLO
CAMILA OLIVEIRA
ALEXANDRE OLIVEIRA
ANA FELÍCIA
ELIANE AQUINO

COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA:

CYRON DIAS
ANDERSON SOUSA

COORDENAÇÃO CULTURAL E DE ALIMENTAÇÃO:

FERNANDA
MILENA
JULIANA

COORDENAÇÃO DE DIVULGAÇÃO E MARKETING:

INGRID MIRANDA
LUÁLISON LENTINE
NATÁLIA NORONHA
MIKAELLY OLIVEIRA
JOELMA LIMA
LUCAS BEZERRA
LUCIANO DIAS
PROF. DR. TAYNAN

MONITORES:

MARCOS WILLIAN, VALESKA EDUARDA, ADRIANO FERNANDES, MAYARA RAQUEL, RAIANA NAIARA, AGUIDA LÚCIA, AUGUSTO CEZAR, ROBERTINHO JUNIOR, JOELMA LIMA, LUAN ESTEVAM, SIMONE DE CÁSSIA, CARLA MIRELLE, RAIANA NAIARA, MARCOS JUCIEDE, WILLIAN NUNES, LUCAS BEZERRA, ANDRÉ DE MORAIS, ANA BEATRIZ, LETÍCIA FIGUEIREDO, THAINÁ CLEMÊNCIA, PAULO VICTOR, NICOLAS MICHALYS, FRANCISCO CHARLES, LARISSA MIRELLY, PEDRO GUILHERME.



PLANDITES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PLANEJAMENTO E DINÂMICAS TERRITORIAIS NO SEMIÁRIDO

UERN

AVALIADORES - COORDENADORES - GRUPOS DE TRABALHO:

1. DINÂMICA URBANO-REGIONAL

PROF. DR. RONIE CLEBER DE SOUZA

PROF. DR. TAYNAN ARAÚJO DE OLIVEIRA

PROF. ME. MARCOS CLÉGIO TEODORO

2. GESTÃO E MEIO AMBIENTE NO SEMIÁRIDO

PROF. DR. FRANKLIN ROBERTO DA COSTA

PROF. DR. JORGE LUÍS DE OLIVEIRA PINTO FILHO

PROF. ME. JOSÉ LINDEMBERG BERNARDO DA SILVA

MA. ANNA BEATRIZ PEREIRA DE PAIVA PORDEUS

3. AMBIENTE, SAÚDE E SOCIEDADE NO SEMIÁRIDO

PROF. DR. JOSÉ ELESBÃO DE ALMEIDA

MA. DAIANE KELLY DE QUEIROZ

4. DESENVOLVIMENTO, PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO

PROF. DR. ÂNGELO MAGALHÃES

PROFA. DRA. SÂMARA FONTES FERNANDES

ME. JANESON VIDAL DE OLIVEIRA

5. CULTURA, LINGUAGEM E IDENTIDADES REGIONAIS

PROF. DR. BERTULINO JOSÉ DE SOUZA

PROFA. MA. GLICIA CLEANI DE SOUSA



PLANDITES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PLANEJAMENTO E DINÂMICAS TERRITORIAIS NO SEMIÁRIDO

UERN

SUMÁRIO

GRUPO DE TRABALHO I - DINÂMICA URBANO-REGIONAL

A CIDADE INTERMEDIÁRIA E O EMPREGO: UMA ANÁLISE DA ESTRUTURA E DA DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO NA CIDADE DE PAU DOS FERROS/RN NO PERÍODO DE 2000 A 2022.....	17
PLURALIDADE E TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO RURAL: ENTRE VELHAS E NOVAS TERRITORIALIDADES.....	18
A INFLUÊNCIA ECONÔMICA DA CHINA NO BRASIL: ANÁLISE DOS INVESTIMENTOS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	19
A EXPANSÃO DO SETOR DE SERVIÇOS NO MUNICÍPIO DE PAU DOS FERROS (RN).....	20
POLÍTICA DE INOVAÇÃO NO NORDESTE: UM ESTUDO DA LEI DO BEM.....	21
TRAJETÓRIA DOS INDICADORES DE POBREZA DO SEMIÁRIDO POTIGUAR (2000 – 2010): UMA ANÁLISE CONSIDERANDO A NOVA DELINEAÇÃO DE 2021.....	22
EXPANSÃO URBANA E DESIGUALDADE: A INFLUÊNCIA DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NA URBANIZAÇÃO E PERIFERIZAÇÃO DE PAU DOS FERROS (RN).....	23
POLÍTICAS AGRÁRIAS EM PERSPECTIVA COMPARADA: REFLEXÕES SOBRE MODELOS E CONTEXTOS NO BRASIL E NA CHINA.....	24
GRANDES PROJETOS E INFRAESTRUTURAS ECONÔMICAS NO SEMIÁRIDO: REORDENAMENTO URBANO NAS CIDADES INTERMEDIÁRIAS CEARENSES.....	25
MOBILIDADE E CENTRALIDADE URBANO-REGIONAL: A REDE VIÁRIA E O TRANSPORTE INTERMUNICIPAL EM CAICÓ-RN.....	26
AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO TÉCNICO E SUPERIOR E A AMPLIAÇÃO DOS PAPÉIS URBANOS-REGIONAIS DAS CIDADES PARAIBANAS NA REDE URBANA.....	27
INFRAESTRUTURA FERROVIÁRIA E REESTRUTURAÇÃO URBANA NO SEMIÁRIDO: A INFLUÊNCIA DA ESTRADA DE FERRO MOSSORÓ-SOUSA NA CONFORMAÇÃO URBANA DE MOSSORÓ (1950-1980).....	28
UM NOVA CENTRALIDADE – PLANEJADA – NA CIDADE DE MOSSORÓ/RN NO SÉCULO XXI.....	29
IMPACTOS DO ENVELHECIMENTO POPULACIONAL SOBRE A REPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NA MICRORREGIÃO DE PAU DOS FERROS.....	30
SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E CICLOMOBILIDADE: PRIMEIRAS ANÁLISES.....	31
A DINÂMICA URBANA DE CATOLÉ DO ROCHA (PB) NA LEITURA DO USO E OCUPAÇÃO DO BAIRRO SÃO PAULO.....	32
PAU DOS FERROS (RN), REDE URBANA INTERIORIZADA E DINÂMICA URBANO-REGIONAL.....	33
GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO URBANO BRASILEIRO.....	34



PLANDITES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PLANEJAMENTO E DINÂMICAS TERRITORIAIS NO SEMIÁRIDO

UERN

SUMÁRIO

GRUPO DE TRABALHO II - GESTÃO E MEIO AMBIENTE NO SEMIÁRIDO

GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA BACIA HIDROGRÁFICA APODI-MOSSORÓ: DIAGNÓSTICO E PERSPECTIVAS A PARTIR DE UMA ANÁLISE SWOT GEOTERRITORIAL.....	36
GESTÃO HÍDRICA NO SEMIÁRIDO: A DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DE ÁGUA A PARTIR DE APODI-RN.....	37
MARCOS REGULATÓRIOS NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, BRASIL.....	38
ACESSO E USO DA ÁGUA NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE MARTINS/RN: PERCEPÇÕES E ESTRATÉGIAS DE CONVIVÊNCIA COM A ESCASSEZ HÍDRICA.....	39
DIAGNÓSTICO DE SANEAMENTO DO MUNICÍPIO DE MARCELINO VIEIRA: PLANO DE SANEAMENTO 2017 E REALIDADE 2025.....	40
INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO EM PERSPECTIVA: UMA LEITURA COMPARATIVA DOS BAIRROS PRINCESINHA DO OESTE E MANOEL DEODATO.....	42
ANÁLISE DOS INDICADORES DE SANEAMENTO DA MICRORREGIÃO DE PAU DOS FERROS – RIO GRANDE DO NORTE UTILIZANDO SIG.....	43
ANÁLISE HIDROMORFOLÓGICA DE RESERVATÓRIOS NO ALTO CURSO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO APODI-MOSSORÓ, RN.....	44
ANÁLISE DOS SISTEMAS DE GESTÃO AMBIENTAL NOS MUNICÍPIOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO APODI-MOSSORÓ, RN.....	45
APLICABILIDADE DA METODOLOGIA DO OREGON NATURAL HAZARDS WORKGROUP (ONHW) NO PLANEJAMENTO MUNICIPAL RESILIENTE.....	46
ESTRATÉGIAS INFORMACIONAIS E DE INOVAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE DO ARARIPE GEOPARQUE MUNDIAL DA UNESCO.....	47
GESTÃO AMBIENTAL NA UERN: AVANÇOS E DESAFIOS NA CONSOLIDAÇÃO DE POLÍTICAS SUSTENTÁVEIS.....	48
ENERGIA SOLAR NO SEMIÁRIDO NORDESTINO: OS IMPACTOS TERRITORIAIS, SOCIOECONÔMICOS E AMBIENTAIS E AS LACUNAS DE PESQUISA INDENTIFICADAS.....	49
ALGUMAS DAS CAUSAS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS RECENTES E SUAS RESSONÂNCIAS NO SEMIÁRIDO NORDESTINO.....	50
IMPACTO DA EDUCAÇÃO PARTICIPATIVA NA PROMOÇÃO DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NO SEMIÁRIDO POTIGUAR.....	51
IMPACTOS DA DESERTIFICAÇÃO NO SEMIÁRIDO NORDESTINO: ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL E ESTRATÉGIAS DE MITIGAÇÃO NA REGIÃO IMEDIATA DE PAU DOS FERROS- RN.....	52
ANÁLISE DOS IMPACTOS E DESAFIOS DO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO (PISF): UMA REVISÃO DE LITERATURA.....	55
RISCOS AMBIENTAIS NO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ-RN.....	56



PLANDITES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PLANEJAMENTO E DINÂMICAS TERRITORIAIS NO SEMIÁRIDO

UERN

SUMÁRIO

GRUPO DE TRABALHO III - AMBIENTE, SAÚDE E SOCIEDADE NO SEMIÁRIDO

TERRITORIALIZAÇÃO NO PROCESSO DE SAÚDE-DOENÇA DA POPULAÇÃO MASCULINA DO SEMIÁRIDO RURAL DO NORDESTE BRASILEIRO.....	58
VULNERABILIDADE E PERCEPÇÃO DE SAÚDE DO HOMEM NORDESTINO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA.....	59
ENTRE O ESTIGMA E O SILÊNCIO: PERCEPÇÕES DE POPULARES SOBRE SUICÍDIO E SAÚDE MENTAL NO SEMIÁRIDO NORDESTINO.....	60
DOAÇÃO DE SANGUE COMO ATO POLÍTICO E SOCIAL: UMA ABORDAGEM GEOGRÁFICA.....	61
AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR NO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO.....	62
O PAPEL TERRITORIAL E REGIONAL DO CAPS EM PEQUENOS MUNICÍPIOS DO SEMIÁRIDO: O CASO DE FRUTUOSO GOMES – RN.....	63
POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE: UM ESTUDO DE CASO DO PROJETO DE PREVENÇÃO ÀS ARBOVIROSES URBANAS NO MUNICÍPIO DE ITAÚ-RN.....	64
OBSTÁCULOS À EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL DA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL.....	65
ENTRE SABERES TRADICIONAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: A INSERÇÃO DAS PLANTAS MEDICINAIS NA ATENÇÃO À SAÚDE NO SEMIÁRIDO.....	66
A DESTINAÇÃO DO LIXO EM SERRINHA DOS PINTOS-RN: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A SUSTENTABILIDADE EM PEQUENAS CIDADES NO SEMIÁRIDO.....	67
OCORRÊNCIA DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO-PMSB NOS MUNICÍPIOS DA BACIA HIDROGRÁFICA APODI-MOSSORÓ NO RIO GRANDE DO NORTE.....	68
EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA PREVENÇÃO DE PARASIToses EM ESCOLARES: RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	69
ALCANCE DE PROGRAMAS E INICIATIVAS DE PROMOÇÃO DA ATIVIDADE FÍSICA: UM ESTUDO NO RIO GRANDE DO NORTE.....	70
DIMENSÃO DA POLÍTICA PÚBLICA PARADESPORTIVA NO RIO GRANDE DO NORTE.....	71
SAÚDE SEXUAL E JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA: EXPERIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE NO TERRITÓRIO DO SEMIÁRIDO POTIGUAR.....	72



PLANDITES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PLANEJAMENTO E DINÂMICAS TERRITORIAIS NO SEMIÁRIDO

UERN

SUMÁRIO

GRUPO DE TRABALHO IV - DESENVOLVIMENTO, PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO

ALTERAÇÕES DOS LIMITES DAS ÁREAS TERRITORIAIS DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: UMA DISCUSSÃO A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO DE 1988.....	74
BARREIRAS MOBILÍSTICAS NO ESPAÇO URBANO DE PAU DOS FERROS-RN.....	75
GESTÃO PÚBLICA, PLANEJAMENTO TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE: UM ESTUDO SOBRE A LEI 1766/21 E O PLANO DIRETOR DE PAU DOS FERROS-RN.....	76
ORDENAMENTO URBANO E POLÍTICAS HABITACIONAIS NO MUNICÍPIO DE PAU DOS FERROS-RN: UMA REVISÃO INTEGRATIVA.....	77
INFLUÊNCIA DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS NO ORDENAMENTO URBANO DE PAU DOS FERROS-RN.....	78
ENSAIO TEÓRICO: O TERRITÓRIO COMO BASE ESTRATÉGICA DE PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL.....	79
PARA ONDE CAMINHA A POLÍTICA TERRITORIAL BRASILEIRA? UM DEBATE SOBRE O FINANCIAMENTO DA POLÍTICA URBANA E AMBIENTAL NO BRASIL E A REALIDADE DE PEQUENOS MUNICÍPIOS DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO.....	81
AS LIMITAÇÕES DA AUTONOMIA DOS MUNICÍPIOS NO FEDERALISMO BRASILEIRO E A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO URBANO.....	82
BRICS E O CENÁRIO GEOPOLÍTICO MUNDIAL.....	83
POLÍTICAS FISCAL E MONETÁRIA NO GOVERNO LULA (2003- 2010): UMA ABORDAGEM CONTEMPORÂNEA.....	84
MULHERES RURAIS E POBREZA: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE EMPODERAMENTO NO RIO GRANDE DO NORTE.....	85
O FINANCIAMENTO NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – UM OLHAR SOBRE OS DESEMBOLSOS DO BNDES E BNB NO SEMIÁRIDO NORDESTINO.....	86
ALTERNATIVAS AO LIBERALISMO ECONÔMICO À LUZ DE KARL POLANYI: ECONOMIA SOLIDÁRIA, DECRESCIMENTO E JUSTIÇA SOCIAL.....	87
A INTEGRAÇÃO DO NORDESTE BRASILEIRO AO SISTEMA DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS CHINESES: OPORTUNIDADES E DESAFIOS.....	88
ECONOMIA DO MARANHÃO: UM RETRATO DO SEU COMÉRCIO INTERNACIONAL ENTRE OS ANOS DE 2018 A 2023.....	89
IMPACTOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DE CULTURAS DE SEQUEIRO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE ADAPTAÇÃO.....	90
O IMPACTO DA INSTALAÇÃO DE PARQUES EÓLICOS SOBRE A RENDA DO SETOR AGRÍCOLA EM MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL.....	91



PLANDITES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PLANEJAMENTO E DINÂMICAS TERRITORIAIS NO SEMIÁRIDO

UERN

SUMÁRIO

GOVERNANÇA PÚBLICA MUNICIPAL NA REGIÃO IMEDIATA DE PAU DOS FERROS-RN À LUZ DO ÍNDICE DE GOVERNANÇA (IGM-CFA).....	92
INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E INOVAÇÃO: O PAPEL DO CAPF/UERN NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	95
PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE): UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL SOBRE O FINANCIAMENTO DESCENTRALIZADO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL.....	96
GOVERNANÇA PARTICIPATIVA E TURISMO RESPONSÁVEL: O CASO DE SUCESSO DO PROGRAMA DEL TURISMO EM APODI-RN.....	97
ESTRUTURA PRODUTIVA E REDE URBANA INTERIORIZADA DO SEMIÁRIDO POTIGUAR: OS CASO DOS CENTROS URBANOS DE ASSÚ, PAU DOS FERROS, CAICÓ E CURRAIS NOVOS.....	98
ORGANIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES): UMA ANÁLISE DA UNIVERSIDADE ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - UERN.....	99
MIGRAÇÃO COM ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA.....	100
ALGUNS ASPECTOS SOBRE O FUNCIONAMENTO DO TRABALHO HOME OFFICE NO CAMPUS DA UER EM PAU DOS FERROS.....	101
CUSTO-PROCESSO: LÓGICA PARA UM JUDICIÁRIO DESTERRITORIALIZADO EM UM EXEMPL POTIGUAR.....	102



PLANDITES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PLANEJAMENTO E DINÂMICAS TERRITORIAIS NO SEMIÁRIDO

UERN

SUMÁRIO

GRUPO DE TRABALHO V - CULTURA, LINGUAGEM E IDENTIDADES REGIONAIS

EDUCAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: REFLEXÕES SOBRE O NORDESTE BRASILEIRO ESTEROTIPADO.....	104
ENTRE TRILHOS E MEMÓRIAS: AS RUGOSIDADES ESPACIAIS DA ESTRADA DE FERRO MOSSORÓ-SOUSA (EFMS) EM FRUTUOSO GOMES-RN.....	105
A RESISTÊNCIA CULTURAL DA CAPOEIRA NA REGIÃO SEMIÁRIDA DO NORDESTE BRASILEIRO.....	106
CARTOGRAFIA DA SECA: CONEXÕES DO PASSADO PRESENTE NA IDENTIDADE DO SEMIÁRIDO NORDESTINO.....	109
USO DAS REDES SOCIAIS E PERCEPÇÃO DA AFETAÇÃO DA SAÚDE MENTAL.....	110
A IMPORTÂNCIA DA CANTORIA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL NORDESTINO BRASILEIRO.....	111



PLANDITES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PLANEJAMENTO E DINÂMICAS TERRITORIAIS NO SEMIÁRIDO

UERN



GRUPO DE TRABALHO I

DINÂMICA URBANO-REGIONAL

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

A CIDADE INTERMEDIÁRIA E O EMPREGO: UMA ANÁLISE DA ESTRUTURA E DA DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO NA CIDADE DE PAU DOS FERROS/RN NO PERÍODO DE 2000 A 2022

Ronie Cleber de Souza¹
Eliane Maria de Oliveira²
Marianne da Costa Porfírio³

Após os anos 2000, a região Nordeste tornou-se mais integrada e urbanizada, e as cidades médias e intermédias ampliaram seu papel regional e, por conseguinte, sua centralidade urbano-regional. Essa dinâmica favoreceu o mercado formal de trabalho e a cidade de Pau dos Ferros, no interior do estado do RN, se insere nesse contexto. Assim, a pesquisa teve como objetivo analisar a estrutura e a dinâmica do mercado de trabalho na cidade intermediária de Pau dos Ferros-RN, no período 2000 – 2022, considerando a expansão do emprego formal e o rendimento médio mensal da mão de obra. Para isso, realizamos pesquisa bibliográfica - apoiada em autores da economia regional e urbana (como Guimarães Neto, 1989; 2014; Brandão, 2007; Araujo, 1995; 1999 e outros), e autores que discutiram o caso urbano-regional de Pau dos Ferros-RN (Dantas, 2014; Bezerra, 2016; Souza, 2019) – e pesquisa documental, utilizando dados dos Censos do IBGE (2000, 2010 e 2022) e da RAIS (2010-2022). Como resultados, constatamos que o mercado de trabalho pau-ferrense entre 2000 e 2010 apresentou-se dinâmico, com baixa taxa de desemprego, 7,7% em 2010, em relação ao ano 2000, de 14,7%. Os setores que apresentaram maior crescimento foram os setores da construção civil (3,6% a.a.) e comércio e reparação (2,9% a.a.), seguido do setor público (Adm. pública, Defesa e Seguridade social), com 1,6% a. a., condizentes com o movimento geral da economia nordestina. Na década seguinte, 2010-2022, conforme dados da RAIS, Pau dos Ferros apresenta uma estrutura marcada pela predominância de vínculos formais nos setores de Serviços (51,85%) e de Comércio (41,67%), no ano de 2022. Quanto a distribuição percentual das classes de rendimento mensal em salários mínimos, a maioria das pessoas ocupadas recebiam entre 1,01 e 1,50 salários mínimos, com o percentual de 46,6% em 2021, e já em 2022, o percentual nessa faixa caiu para 17,4%. Em contrapartida, a faixa de rendimento entre 1,51 e 2,00 salários mínimos apresentou um crescimento expressivo no mesmo período, saindo de 9,7% em 2021 para 47,8% em 2022. Conclui-se que no período de 2000 a 2022 houve um crescimento do emprego formal, com avanço nas oportunidades de emprego e melhorias nos rendimentos médios do trabalho, consolidando Pau dos Ferros como um centro urbano intermediário importante e integrado às dinâmicas econômicas do semiárido brasileiro.

Palavras chaves: Cidade intermediária. Semiárido. Mercado de trabalho.

¹ Professor Dr. do curso de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES), *Campus* de Pau dos Ferros (CAPF); Vice-líder Grupo de Estudos e Pesquisas em Economia, Cultura e Território (GEPECT). E-mail: roniecleber@uern.br.

² Técnica de Nível Superior (TNS), Ma. do Departamento de Geografia, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), *Campus* de Pau dos Ferros (CAPF). E-mail: elianemaria@uern.br.

³ Estudante do curso de Ciências Econômicas, do Departamento de Economia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), *Campus* de Pau dos Ferros (CAPF). E-mail: marianne costa@alu.uern.br.

**PLURALIDADE E TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO RURAL:
ENTRE VELHAS E NOVAS TERRITORIALIDADES**

Maria Milena de Oliveira¹
Maria Valéria Silva Leite²
Antonio Lucielhington Maia³

Ao longo da história, com as revoluções industriais e o surgimento do modo de produção capitalista, o espaço rural passou a ser modificado através das relações de poder exercidas pelo capital. Essas transformações promoveram a reorganização das dinâmicas territoriais, nas quais o rural deixou de ser relacionado apenas com os espaços para produção agrícola, passando a incorporar novas funções. No estudo do espaço rural, as concepções teóricas revelam que esse território não é homogêneo. Em diferentes regiões, prevalecem formas de organização rural mais desenvolvidas, articuladas à tecnologia e à modernização, assumindo uma questão hierárquica em muitos casos de poder no território. Em contraponto, outros espaços não apresentam esse desenvolvimento acentuado, demonstrando que o mesmo território pode manifestar-se diferentes realidades, refletindo desigualdades estruturais e distintas formas de apropriação do espaço. Diante disso, o presente trabalho surge com o objetivo geral refletir sobre o espaço rural e os vários rurais existentes, reconhecendo sua pluralidade e complexidade. A pesquisa, de natureza qualitativa e fundamentada na revisão de literatura, busca compreender como as transformações históricas, políticas e econômicas influenciam na construção das territorialidades rurais. A partir do avanço na investigação, torna-se evidente a importância de ampliar o debate sobre as novas e velhas territorialidades que coexistem no campo, bem como os sujeitos que vivem nele. Os resultados mostraram que o espaço rural não deve ser reduzido a uma simples delimitação geográfica subordinada às necessidades do ambiente urbano. Trata-se de um território com identidade própria, dotado de valores, saberes e modos de vida que expressam resistência e múltiplas formas de pertencimento.

Palavras-chave: Espaço rural. Territorialidades. Capitalismo.

¹ Discente do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES) – UERN.

² Discente do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES) – UERN.

³ Discente do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES) – UERN.

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

A INFLUÊNCIA ECONÔMICA DA CHINA NO BRASIL: ANÁLISE DOS INVESTIMENTOS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Raquel Lauane da Silva¹
Ruth Mariana da Silva²
Leticia Figueiredo de Queiroz³
Ronie Cleber de Souza⁴

Desde os anos 2000 o comércio do Brasil com a China tem crescido exponencialmente, bem como os investimentos diretos chineses no território brasileiro, aumentando a cooperação Sul-sul. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é compreender de que forma essa relação impacta no desenvolvimento nacional e seus rebatimentos regionais, identificando as principais áreas de atuação dos investimentos chineses no Brasil e seus efeitos sobre o mercado brasileiro. Para isso, nos valem de bibliografia recente e pesquisa documental que aborda as relações Brasil-China a partir dos anos 2000. Os resultados são que a China tornou-se o principal parceiro comercial do Brasil, desde 2009, o que gerou discussões sobre a crescente dependência do Brasil, em setores tecnológicos e o aprofundamento da reprimarização da pauta exportadora. Os investimentos diretos chineses também têm aumentado, possibilitando benefícios como criação de empregos e transferências de tecnologia. O atual governo tem enfatizado a importância da cooperação internacional, principalmente no âmbito dos BRICS. Destaca-se a necessidade de compreender os diferentes tipos de investimento, para subsidiar políticas econômicas eficazes e estratégias que favoreçam o crescimento autônomo no cenário global e mais harmônico pelo território nacional. É fundamental que essa parceria seja guiada por uma visão estratégica de longo prazo, buscando equilibrar interesses, proteger a soberania econômica brasileira e gerar oportunidades de crescimento que envolvam inclusão social e inovação para as regiões do país como um todo. O sucesso dessa colaboração vai depender da capacidade do Brasil de transformar os investimentos recebidos em oportunidades sustentáveis para o desenvolvimento do país.

Palavras-chave: Relações Brasil-China. Investimentos chineses. Desenvolvimento econômico.

¹ Discente do curso de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), *Campus* de Pau dos Ferros (CAPF). Email: raquel20230032577@alu.uern.br.

² Discente do curso de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), *Campus* de Pau dos Ferros (CAPF). Email: ruth20230032595@alu.uern.br.

³ Discente do curso de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), *Campus* de Pau dos Ferros (CAPF). E-mail: leticiafigueiredo@alu.uern.br.

⁴ Professor do curso de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES), *Campus* de Pau dos Ferros (CAPF). E-mail: roniecleber@uern.br.

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

A EXPANSÃO DO SETOR DE SERVIÇOS NO MUNICÍPIO DE PAU DOS FERROS (RN)

Carla Mirelle de Freitas Monteiro¹
Francisco Charles Pereira da Silva²
Carla Camila Gomes Freitas³

As transformações socioeconômicas no final do século XX reconfiguraram a forma de pensar o território, com a saída da população dos grandes centros urbanos para cidades de diferentes portes e funções, influenciada, sobretudo, por meio da expansão de políticas públicas transversais para o interior. No Rio Grande do Norte, como resposta à crise das economias tradicionais, houve um investimento no setor de serviços, resultando na formação de centros de influência urbano-regional. O município de Pau dos Ferros, embora não seja classificado como cidade média, apresenta estruturas de comércio e serviços em expansão, enquanto centro sub-regional. Diante disso, surge o seguinte questionamento: como está ocorrendo a expansão do setor de serviços no município de Pau dos Ferros? O objetivo geral é analisar essa expansão no município, com os seguintes objetivos específicos: a) Compreender o conceito de serviços e a dinâmica regional; b) Identificar as principais atividades que compõem o setor de serviços de Pau dos Ferros; c) Comparar a expansão das atividades de comércio, serviços, agropecuária e administração pública; d) Compreender os principais fatores que influenciam o desempenho do setor de serviços. A metodologia adotada possui abordagem qualitativa e quantitativa, com dados coletados por meio do IBGE (2018; 2020; 2024), SEBRAE (2022) e RIAS (2022), além de suporte teórico a partir dos estudos de Araújo, Araújo e Carneiro (2013), Alves (2018) e Freitas (2021), que abordam o município como polo regional. Os resultados evidenciam a presença de instituições de ensino superior, como a UERN, Ufersa, IFRN e FACEP, as quais atraem fluxo pendular e demanda por moradia. Na área da saúde, destaca-se a recente expansão de clínicas privadas na porção sul da cidade, adensando o espaço centro-sul. O comércio formal alcançou, em 2023, quase 2 mil estabelecimentos. Em 2024, o setor de serviços empregava 4.747 pessoas; o comércio, 1.980; a indústria, 375; a agricultura, apenas 4; e a administração pública, 1.044. Esses dados confirmam a relevância crescente dos serviços na economia local. Pau dos Ferros influencia diretamente 34 municípios da região geográfica imediata, e sua recente expansão extrapola os limites estaduais. Assim, constata-se que o município, mesmo sem ser classificado como cidade média, consolida-se como um polo regional de serviços, dada sua diversidade, acessibilidade e impacto no desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Setor de serviços. Dinâmicas. Interiorização.

¹Graduanda em Geografia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

²Graduando em Geografia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

³Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PROPGEO) da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

POLÍTICA DE INOVAÇÃO NO NORDESTE: UM ESTUDO DA LEI DO BEM

Alexsandro Fernando do Carmo¹

A principal política de estímulo à inovação empresarial no Brasil é a Lei do Bem (Lei nº 11.196/2005) que, por meio de subsídios tributários, incentiva a pesquisa e desenvolvimento (P&D) em todos os setores e regiões do país. No entanto, há um hiato na distribuição regional dos benefícios. Os dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) revelam que, entre 2019 e 2023, mais de R\$122 bilhões foram concedidos em incentivos, e somente 4,3% foram absorvidos por empresas na região Nordeste. Essa pequena fatia dos incentivos, por sua vez, dilui-se em um território economicamente heterogêneo, onde zonas modernas coexistem com áreas pouco dinâmicas ou estagnadas. Busca-se compreender se essa política se insere no contexto nordestino contribuindo para diminuir as incoerências da economia regional ou se reforça estruturas econômicas preexistentes. Assim, o presente trabalho objetiva analisar como os incentivos fiscais à inovação, via Lei do Bem, foram distribuídos setorial e regionalmente no Nordeste de 2019 a 2023, a fim de elucidar a sua atuação territorial. Para isso, foi feita uma análise quali-quantitativa, baseada nos estudos sobre a heterogeneidade econômica nordestina e o conceito de inovação schumpeteriana. Ademais, realizamos o cruzamento de estatísticas do MCTI e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Constatou-se que, no período observado, 311 empresas, instaladas em 84 municípios da região, foram incentivadas através de 2.894 projetos de pesquisa e desenvolvimento. A estratificação regional mostra que os estados do Ceará, Bahia e Pernambuco captaram cerca de 78% das isenções. As capitais estaduais absorveram aproximadamente 50%, com destaque para Fortaleza, Recife e Salvador. Outros centros produtivos como Camaçari e Feira de Santana, na Bahia, Maracanaú e Eusébio, no Ceará, também se destacaram. Identificou-se que 35% dos municípios com empresas inovadoras possuem menos de 50 mil habitantes. A estratificação setorial mostrou que há uma predominância da indústria de transformação (37,6%), seguida da de Informação e Comunicação (17,5%), Eletricidade e Gás (9%) e Comércio; Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas (8,4%). Na indústria de transformação, a concentração ocorre em alimentos e bebidas, química e petroquímica, e no setor têxtil/calçadista. Em Comunicação, predomina a Tecnologia da Informação, especialmente o desenvolvimento de *software*. Os projetos aprovados para o setor elétrico abrangem toda a cadeia, enquanto no comércio o fomento equilibra as operações de atacado e varejo. Destarte, a leitura regional aponta um alinhamento da política com as estruturas regionais e econômicas tradicionais, denominadas na literatura como "frentes de expansão" ou "polos dinâmicos". No entanto, *insights* como a atuação de empresas inovadoras em pequenos municípios e o potencial do setor tecnológico demandam novas investigações.

Palavras-chave: Política Pública. Pesquisa e Desenvolvimento. Desenvolvimento regional.

¹Mestre em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES) da UERN/Campus Pau dos Ferros.

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

TRAJETÓRIA DOS INDICADORES DE POBREZA DO SEMIÁRIDO POTIGUAR (2000 – 2010): UMA ANÁLISE CONSIDERANDO A NOVA DELINEAÇÃO DE 2021

Eric Neres Vieira¹
Marcos Clégio Teodoro²
Ronie Cleber de Souza³

A região do Semiárido, geralmente, é lembrada pelas condições climáticas e pelas dificuldades socioeconômicas, configurando-se historicamente como território prioritário para ações de assistência. Diante disso, este trabalho buscou responder qual a trajetória dos indicadores de pobreza no Semiárido Potiguar entre os anos de 2000 e 2010, considerando a nova delimitação territorial definida em 2021 pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Para tanto, teve o objetivo de analisar a evolução dos indicadores de pobreza e os fatores que influenciaram sua trajetória nos municípios do Semiárido Potiguar no referido período. A pesquisa partiu do entendimento de que, embora o Semiárido tenha experimentado avanços econômicos e sociais nas últimas décadas, as desigualdades regionais ainda persistem. A metodologia adotada envolveu a análise de dados secundários do Atlas Brasil, especialmente o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e os percentuais de população em situação de Extrema Pobreza, Pobreza e Vulneráveis à Pobreza. A análise considerou apenas os municípios enquadrados no recorte do Semiárido de 2021 e agrupou-os por Regiões Geográficas Imediatas (RI), conforme critério do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para garantir a precisão dos resultados, os dados foram ponderados pelo tamanho populacional dos municípios. Os resultados apontam redução significativa nos indicadores de pobreza em todas as RI's do Semiárido Potiguar. As proporções de extremamente pobres caíram de até 41% em 2000 para até 22% em 2010; o percentual de pobres reduziu de até 64% para 41%, e os vulneráveis à pobreza passaram de até 84% para 66%. As RI's de Mossoró e Caicó apresentaram os melhores desempenhos. Em relação ao IDHM, houve avanço generalizado: regiões que antes apresentavam níveis “muito baixos” ou “baixos” alcançaram classificação “média”, especialmente pelo crescimento do IDHM Educação, com variações de até 89%. As transformações observadas estão associadas principalmente à interiorização das políticas públicas de educação, como a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, iniciada em 2005. Essa política contribuiu para o aumento da escolarização e melhoria do grau de instrução da população, revelando-se o principal motor da elevação do IDHM. Conclui-se que, apesar das melhorias, a pobreza relativa e as desigualdades socioeconômicas ainda persistem. A educação destacou-se como o elemento transformador do desenvolvimento humano na região, mas a superação das vulnerabilidades exige continuidade nas políticas estruturantes.

Palavras-chave: Semiárido Potiguar. Pobreza. IDHM.

¹ Mestrando em Planejamento e Dinâmicas Territoriais do Semiárido (PLANDITES/UERN). E-mail: eric20231005233@alu.uern.br.

² Mestre em Planejamento e Dinâmicas Territoriais do Semiárido (PLANDITES/UERN). E-mail: marcosteodoro@uern.br.

³ Doutor em Desenvolvimento Econômico (UNICAMP) e Docente do curso pós-graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais do Semiárido (PLANDITES/UERN). E-mail: roniecleber@uern.br.

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

EXPANSÃO URBANA E DESIGUALDADE: A INFLUÊNCIA DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NA URBANIZAÇÃO E PERIFERIZAÇÃO DE PAU DOS FERROS (RN)

Pedro Guilherme Xavier Araújo¹
Josué Alencar Bezerra²

O presente trabalho analisa os efeitos espaciais do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) em Pau dos Ferros, cidade localizada no semiárido nordestino. A proposta é compreender como a implementação do programa contribuiu para a expansão urbana e para o aprofundamento das desigualdades socioespaciais no município. O problema central está relacionado à forma como os empreendimentos do MCMV, ao serem implantados em áreas periféricas e com pouca infraestrutura, acabaram por reforçar processos de periferização. Com esse foco, o objetivo é investigar os impactos territoriais do programa, observando a localização dos conjuntos habitacionais e os efeitos gerados sobre o desenvolvimento urbano. A metodologia adotada combinou revisão bibliográfica com análise comparativa de imagens de satélite, utilizando o software QGIS 3.40 para mapear os bairros que mais concentraram unidades do MCMV. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Ministério das Cidades (MCID) também foram utilizados para compor a base empírica da análise. Os resultados apontam para um crescimento urbano acelerado ao longo de 15 anos de atuação do programa na cidade, com destaque para os bairros da zona sul — como Aluizio Diógenes, Chico Cajá, Nações Unidas e Zeca Pedro — que surgiram ou se expandiram com maior integração à malha urbana e atração de investimentos públicos e privados. Em contraste, bairros da zona norte, como Bela Vista e Nova Pau dos Ferros, apresentam crescimento mais limitado, ausência de infraestrutura básica e distanciamento em relação aos principais serviços e equipamentos urbanos, o que acentua a segregação territorial. Além disso, identificou-se a influência da especulação imobiliária, da lógica mercadológica e da falta de articulação entre as políticas habitacionais e o planejamento urbano como fatores determinantes no processo analisado. Apesar dos avanços do MCMV na redução do déficit habitacional, suas limitações ficam evidentes quando se observa a pouca atenção dada à integração territorial e à qualidade urbana das áreas atendidas. Por isso, destaca-se a importância de que futuras políticas públicas habitacionais estejam alinhadas ao planejamento urbano, priorizando o acesso a serviços essenciais e a maior proximidade com áreas centrais. O Plano Diretor de Pau dos Ferros, aprovado em 2021, é ressaltado como uma ferramenta essencial para orientar essas ações e promover uma distribuição mais equilibrada dos investimentos entre os bairros da cidade.

Palavras-chave: Minha Casa Minha Vida. Periferização urbana. Pau dos Ferros-RN.

¹Graduado em Geografia e mestrando do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES) pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

²Doutor em Geografia e professor do Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES).

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

POLÍTICAS AGRÁRIAS EM PERSPECTIVA COMPARADA: REFLEXÕES SOBRE MODELOS E CONTEXTOS NO BRASIL E NA CHINA

José Antônio da Silva Filho¹
Josefa Eliane de Aquino²

O acesso a terras, assim como as condições necessárias para trabalhá-la, possui impacto direto tanto no crescimento econômico quanto na redução da pobreza e desigualdades sociais e regionais, sobretudo em países em desenvolvimento com recursos naturais propícios para o desenvolvimento da agricultura. Nesse sentido, as escolhas políticas que os Estados implementam na sua política agrária são cruciais para a concretização de tais melhorias. Partindo desse pressuposto, ao olharmos para o modelo chinês e o brasileiro de políticas agrárias, nota-se aproximações, contrastes e divergências com rebatimentos socioeconômicos diversos nestes territórios. Nesse contexto, trabalhamos com a seguinte questão norteadora: em que medida o modelo chinês se contrapõe ao brasileiro e se coloca como um caminho a ser implementado no semiárido brasileiro? Assim sendo, o presente trabalho tem como objetivo uma análise comparativa entre os modelos e contextos de políticas agrárias chinesa e brasileira. Para cumprir com esse objetivo, realizou-se uma pesquisa de caráter exploratório através de uma revisão bibliográfica e documental. Como arcabouço teórico utilizou-se autores como: Escher (2016); Medeiros, Espíndola e Sampaio (2023); Agripino (2005), Stédile (2011), Girardi (2019) e Alentejano (2020). Entre os resultados encontrados, destaca-se que na China adotou-se um modelo agrário baseado, historicamente, em pequenos produtores rurais, mantendo-se forte presença do Estado no controle das terras, com marcante emprego de tecnologias e altos investimentos; contudo, nos últimos anos, verifica-se no país uma transição controlada para formas de usufruto das terras o que inclui cooperativas, arrendamentos de terra e empresas agrícolas de grande escala. Enquanto no Brasil, optou-se por manutenção de grandes propriedades de terras com produção direcionada a commodities para exportação, e uma difusão desigual de tecnologias produtivas que beneficiou os grandes em detrimento da pequena propriedade.

Palavras-chave: Políticas agrárias. China-Brasil. Semiárido.

¹ Graduado em Geografia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Mestre em Planejamento e Dinâmicas Territoriais do Semiárido pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (PLANDITES). josebmrn@gmail.com

² Graduada em Geografia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES) josefa20241005531@alu.uern.br

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

GRANDES PROJETOS E INFRAESTRUTURAS ECONÔMICAS NO SEMIÁRIDO: REORDENAMENTO URBANO NAS CIDADES INTERMEDIÁRIAS CEARENSES

Francisco do O' de Lima Júnior¹

William Eufrásio Nunes Pereira²

O padrão de crescimento urbano mais evidente a partir dos anos 2000 deu destaque ao papel dos centros intermediários. Tais centros se notabilizam pelo perfil de articulação multiescalar entre hierarquias superiores e inferiores da rede urbana, bem como de suas hinterlândias rurais. Este papel reforça a importância das infraestruturas econômicas como plataformas de acomodação de dinâmicas e movimentos populacionais, produtivos e fluxos mais gerais. O presente trabalho objetiva estudar os grandes projetos em infraestruturas econômicas no conjunto de cidades nas cidades de Iguatu, Crateús, Quixadá, Quixeramobim, Sobral e no aglomerado formado por Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, conhecido por CRAJUBAR. Este conjunto de centros foi definido a partir de critérios como sua posição articuladora dos respectivos territórios de entorno bem como sua posição no estudo sobre rede urbana do IBGE, a saber o REGIC em sua última versão de 2018. Ademais, foram também receptores de grandes investimentos em infraestrutura no Estado do Ceará, o que permitir fortalecer suas economias. Os investimentos mais evidentes foram: rodovias, segurança viária e mobilidade, saneamento, equipamentos turísticos, dentre outros. Como recursos metodológicos, além dos estudos sobre hierarquia de cidades no Ceará acompanhado de uma revisão de literatura sobre o tema e sobre pesquisas em infraestrutura, utilizou-se de banco de dados de órgãos oficiais (IBGE, RAIS-MTE, IPECE, IPEA) para observar a dinâmica de setores econômicos dando destaque ao período após a implantação do conjunto de infraestruturas. Observou-se que os centros estudados reforçaram sua posição na rede urbana, principalmente com o fortalecimento de segmentos econômicos potencializados pelas instalações infraestruturais. Alguns casos de destaque são a maior diversificação em atividades da indústria em Sobral, o mesmo ocorrendo com os serviços no aglomerado do CRAJUBAR com ênfase em alguns segmentos como o turismo em suas diversas modalidades (religioso, científico, de natureza), os serviços em saúde e educação, sendo estes dois últimos observados também em Crateús, Quixadá e Quixeramobim.

Palavras-chave: Infraestruturas Econômicas. Cidades Intermediárias. Estado do Ceará.

¹ Professor do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri (URCA); Pesquisador com Bolsa de PDS-CNPQ; E-mail: lima.junior@urca.br

² Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); E-mail: william.pereira@ufrn.br

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

MOBILIDADE E CENTRALIDADE URBANO-REGIONAL: A REDE VIÁRIA E O TRANSPORTE INTERMUNICIPAL EM CAICÓ-RN

Beatriz Esteliza Soares de Lima¹
Josué Alencar Bezerra²

O presente estudo corresponde a uma etapa da dissertação de mestrado em desenvolvimento e busca analisar a rede viária e o transporte intermunicipal em Caicó-RN, articulando essas dimensões à centralidade urbano-regional que a cidade desempenha no contexto do Seridó potiguar. Localizada no interior do Rio Grande do Norte, Caicó configura-se como centro sub-regional B de acordo com a Região de Influência das Cidades - REGIC (IBGE, 2018), atendendo aos seus municípios vizinhos, especialmente pela oferta de comércio e serviços. A reconfiguração da economia local, marcada pela retração das atividades agropecuárias e pela expansão do setor terciário, intensificou o processo de urbanização e consolidou Caicó como centro de influência regional. Essa centralidade é sustentada, em grande parte, pela estrutura viária que conecta a cidade a outros centros urbanos por meio das rodovias BR-427, RN-118 e RN-288. A localização estratégica entre as capitais Natal (RN) e João Pessoa (PB), bem como a sua integração ao eixo rodoviário Natal–Pau dos Ferros, reforça sua posição como nó de articulação regional. Nesse sentido, os transportes intermunicipais cumprem função estratégica ao suprir deficiências do sistema regular, viabilizando a integração funcional entre os centros urbanos e ampliando a área de influência da cidade. A investigação adota uma abordagem qualitativa, com levantamento de dados secundários oriundos de fontes institucionais (IBGE, DER-RN), além de observação direta realizada nos dois terminais rodoviários de Caicó – o terminal central, situado na área urbana e o novo terminal na zona norte da cidade. Essas observações buscaram identificar as condições físicas, o uso efetivo das estruturas e o sistema intermunicipal de transportes operantes. No campo da mobilidade, o transporte intermunicipal exerce papel central em Caicó, sendo operado por ônibus e micro-ônibus da empresa Viação Jardinense e, sobretudo, por vans de transporte alternativo, que apresentam maior abrangência territorial e presença no cotidiano regional. A cidade dispõe de dois terminais rodoviários, no entanto, os resultados parciais da pesquisa indicam a subutilização do novo terminal, enquanto o terminal antigo ainda concentra a maior parte dos embarques e desembarques. Essa dinâmica evidencia uma desarticulação entre a infraestrutura disponível e as práticas reais da população, além de expor os limites do sistema formal de transporte público intermunicipal. Nesse contexto, os transportes alternativos, assumem papel relevante na estrutura de mobilidade regional, contribuindo para a configuração de um padrão de deslocamento marcado pela migração pendular que serão melhor investigados nas próximas etapas da pesquisa, aprofundando a análise da centralidade urbano-regional de Caicó.

Palavras-chave: Mobilidade. Centralidade urbano-regional. Caicó.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) – Campus Pau dos Ferros.

² Professor Doutor do Departamento de Geografia/Campus Avançado de Pau dos Ferros, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Docente permanente do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES).

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO TÉCNICO E SUPERIOR E A AMPLIAÇÃO DOS PAPÉIS URBANOS-REGIONAIS DAS CIDADES PARAIBANAS NA REDE URBANA

Taynan Araújo de Oliveira¹

A pesquisa apresentada neste resumo insere-se no campo de estudos da Geografia Urbana, com foco na discussão sobre a rede urbana. Os resultados aqui evidenciados fazem parte de um recorte da Tese de Doutorado em Geografia, desenvolvida entre os anos de 2019 e 2023, cujo objetivo foi compreender a constituição de novos arranjos e dinâmicas na rede urbana paraibana, tomando por base distintos vetores de análise, entre os quais se destaca a atuação do Estado enquanto agente produtor do espaço urbano. A expansão dos serviços educacionais, por meio das instituições de ensino superior e técnico, ocorreu principalmente nas duas primeiras décadas do século XXI, condicionando um conjunto de novas relações entre os centros urbanos, sobretudo entre as Capitais Regionais e os Centros Sub-regionais. Essas hierarquias urbanas, localizadas predominantemente no recorte territorial do semiárido brasileiro, tiveram seus papéis urbano-regionais visivelmente ampliados diante desse novo cenário. Dito isso, a pesquisa parte da seguinte pergunta de investigação: qual a interferência das instituições de ensino técnico e superior na ampliação dos papéis das cidades paraibanas na rede urbana? O objetivo geral é analisar a interferência dessas instituições na dinâmica das cidades e na reacomodação de seus papéis na rede urbana, tendo como pano de fundo as políticas públicas educacionais responsáveis pela implantação dessas instituições. Para alcançar tal objetivo, o trabalho parte de uma revisão teórica acerca das políticas públicas educacionais no Brasil e sua relação com a rede urbana. Em seguida, são apresentados dados primários e secundários, coletados a partir de trabalho de campo exploratório realizado entre os anos de 2022 e 2023, expressos por meio de gráficos, mapas, quadros e tabelas. A partir da coleta e espacialização dos dados, constatou-se que a chegada das instituições de ensino às localidades estudadas — Centros Sub-regionais e Centros de Zona do estado da Paraíba — gerou alterações no padrão de relacionamento na rede urbana, ampliando-o, em alguns casos, para além de suas regiões de influência. Ademais, ressalta-se que as instituições educacionais não promoveram os mesmos impactos em todos os lugares, em virtude das especificidades do contexto político brasileiro. No entanto, nos Centros Sub-regionais e Centros de Zona, as transformações nas estruturas urbanas e nos relacionamentos em rede foram significativas, especialmente porque, até certo período, essas instituições não estavam presentes nas cidades nem na região. Conclui-se, portanto, que a ampliação das instituições de ensino superior e técnico nos últimos anos constitui-se como um elemento de extrema importância para a leitura da rede urbana. Tal expansão reforça as análises sobre o papel do setor terciário no processo de urbanização e na consolidação das relações urbano-regionais no Nordeste brasileiro.

Palavras-chave: Rede Urbana. Papéis Urbanos-regionais. Paraíba.

¹ Graduado, Mestre e Doutor em Geografia. Pesquisador pela Fundação de Apoio à Pesquisa no Rio Grande do Norte (FAPERN) no Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido.

**INFRAESTRUTURA FERROVIÁRIA E REESTRUTURAÇÃO
URBANA NO SEMIÁRIDO: A INFLUÊNCIA DA ESTRADA DE
FERRO MOSSORÓ–SOUSA NA CONFORMAÇÃO URBANA DE
MOSSORÓ (1950–1980)**

Juliana de Castro Souza¹

Este trabalho analisa a influência da Estrada de Ferro Mossoró–Sousa na conformação urbana da cidade de Mossoró, no interior do Rio Grande do Norte, entre os anos de 1950 e 1980. Situado no Semiárido nordestino, o município experimentou transformações significativas em sua estrutura urbana a partir da implantação da ferrovia. A hipótese central da pesquisa é a de que a estrada atuou como vetor de reorganização territorial, induzindo novas centralidades, modificando a morfologia urbana e consolidando Mossoró como um polo regional de escoamento de produção e articulação econômica. A abordagem adotada é histórico-geográfica, ancorada na análise de fontes primárias como jornais da época – a exemplo do *O Mossoroense* – mapas urbanos, relatórios técnicos da companhia ferroviária e fotografias históricas, além de revisão bibliográfica sobre infraestrutura, território e morfologia urbana. O recorte temporal engloba o período de maior expansão e posterior declínio da malha ferroviária no Brasil, e permite observar com clareza os efeitos urbanos e regionais da presença da ferrovia. A pesquisa demonstra que, mais do que apenas uma infraestrutura de transporte, a Estrada de Ferro Mossoró–Sousa moldou o crescimento urbano de Mossoró, estabelecendo uma lógica de expansão centrada no eixo dos trilhos, resultando no surgimento de novos bairros, na valorização de áreas próximas à estação e no redirecionamento das dinâmicas econômicas e de circulação da cidade, promovendo alterações significativas no desenho urbano de Mossoró. A ferrovia também reforçou o papel regional de Mossoró como centro de escoamento da produção e como nó estratégico na articulação intermunicipal, contribuindo para o fortalecimento de redes urbanas no interior do Semiárido potiguar. Sua influência extrapolou o transporte de mercadorias e a lógica capitalista e passou a integrar o processo de formação territorial, estabelecendo novas relações cidade-campo, criando centralidades e promovendo mudanças estruturais na morfologia do município. O caso de Mossoró ilustra como grandes projetos de infraestrutura podem atuar como ferramentas de indução territorial e urbanística, especialmente em contextos de interiorização do desenvolvimento. Ao revisitar esse processo à luz da análise urbana e regional, a pesquisa contribui para o entendimento das dinâmicas do Semiárido e para o debate sobre planejamento territorial e políticas públicas voltadas à valorização de cidades médias no interior do Brasil.

Palavras-chave: Ferrovia. Morfologia Urbana. Semiárido.

¹Arquiteta e urbanista formada pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido, UFERSA, Campus Pau dos Ferros.

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

UM NOVA CENTRALIDADE – PLANEJADA - NA CIDADE DE MOSSORÓ/RN NO SÉCULO XXI

Liêssa de Paula Dias¹

A produção das cidades brasileiras tem seguido um padrão de urbanização inspirado no modelo norte-americano, baseado na policentralidade e na concentração do consumo em espaços coletivos privados. Essa tendência representa uma mudança de paradigma na forma de organização do espaço urbano, configurando um fenômeno que se dissemina por diversas regiões do território nacional, com estratégias econômicas diversas, tanto em áreas metropolitanas quanto em cidades médias. Em Mossoró, cidade média localizada no interior do estado do Rio Grande do Norte, tais repercussões se manifestam na consolidação de uma nova centralidade, estruturada ao longo do século XXI e situada no setor noroeste do município. A gênese de sua formação e o processo de sua estruturação configuram-se como um campo aberto a múltiplos descortinamentos. Nesse contexto, tem-se como objetivo central compreender o recente processo de consolidação da nova centralidade em Mossoró, a partir da investigação dos aspectos fundiários, urbanísticos e legislativos que sustentaram sua estruturação. O objeto de estudo refere-se à área formada por duas antigas propriedades rurais — São Severino e São Pedro — pertencentes a uma mesma família, onde atualmente concentra-se a produção imobiliária voltada para as classes de médio e alto padrão da cidade. Para tanto, foi realizada pesquisa documental no 6ª Comarca de Registro de Imóveis de Mossoró, obtendo-se as certidões de inteiro teor das propriedades rurais originárias da área analisada. Também foram coletadas, junto à Secretaria Executiva de Urbanismo da Prefeitura Municipal de Mossoró, três bases gráficas referentes à morfologia urbana do setor: as versões digitais dos mapas da cidade de 2017 e 2023, além da versão física do *Master Plan* Conceitual – Zoneamento, registrada em 2019. Os dados obtidos permitiram constatar que a questão fundiária estruturante, o Plano Urbanístico que orientou a configuração de uma morfologia urbana planejada de conteúdo neoliberal e a concretização de uma parceria público-privada como elemento delimitador do processo, consolidaram uma nova centralidade - planejada - na cidade de Mossoró/RN no século XXI.

Palavras-chave: Centralidade Planejada. Plano Urbanístico. Mossoró-RN.

¹ Universidade Federal da Paraíba.

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

IMPACTOS DO ENVELHECIMENTO POPULACIONAL SOBRE A REPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NA MICRORREGIÃO DE PAU DOS FERROS

Antônio Flávio de Souza Duarte ¹
Amanda Cristina de Menezes Bezerra ²
Fábio Lúcio Rodrigues³

O envelhecimento populacional representa um dos principais desafios demográficos e econômicos contemporâneos, com impactos diretos na estrutura e reposição da força de trabalho. Em regiões onde a transição demográfica avança rapidamente, como no Brasil, torna-se fundamental compreender como esse fenômeno afeta a disponibilidade de mão de obra, especialmente em micro contextos como a microrregião de Pau dos Ferros. A substituição geracional na força de trabalho pode ser comprometida à medida que a proporção de idosos aumenta e a participação de jovens diminui. Neste sentido, este estudo objetiva analisar como o envelhecimento populacional impacta a reposição da força de trabalho masculina e feminina na microrregião de Pau dos Ferros. O período de análise compreende os anos de 2019 a 2023 visando analisar a dinâmica laboral recente, incluindo os efeitos provocados pela pandemia de COVID-19. O estudo foca a microrregião de Pau dos Ferros por suas especificidades socioeconômicas e demográficas pouco exploradas, sendo composta por 17 municípios. São utilizados três métricas: taxa de reposição, que mede a substituição de trabalhadores idosos por jovens; taxa de envelhecimento, que avalia a proporção de idosos ativos; e índice de desigualdade, que compara a reposição entre homens e mulheres. Os microdados da RAIS são utilizados por se constituírem em registros administrativos de cobertura nacional para todos os vínculos formais. Os resultados mostram que, em 2019 e 2020, as mulheres eram maioria na força de trabalho formal. A partir de 2021, essa relação se inverte, com os homens assumindo a maioria e alcançando 52,93% em 2023. Nesse mesmo período inicial, as taxas médias de reposição foram ligeiramente superiores entre as mulheres. A partir de 2021, os homens registram taxas mais altas em dois dos três anos seguintes, sugerindo maior dinamismo na reposição masculina no pós-pandemia. A taxa média de envelhecimento foi, em geral, maior entre os homens. Em 2022, há leve inversão, com a taxa feminina superando a masculina, e essa diferença se amplia em 2023, indicando envelhecimento mais acelerado da força de trabalho feminina. Em 2019 e 2020, o índice de desigualdade foi inferior a 1, indicando maior reposição entre mulheres. A partir de 2021, o cenário muda e os homens passam a ter vantagem crescente, com o índice atingindo 1,21 em 2023. Isso reflete uma retomada do emprego focada em setores masculinos, enquanto as mulheres enfrentaram mais obstáculos.

Palavras-chave: Envelhecimento Populacional. Reposição da Força de Trabalho. Desigualdade Laborais.

¹ Programa de Pós-Graduação em Economia (PPE/UERN).

² Programa de Pós-Graduação em Economia (PPE/UERN).

³ Programas de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES / UERN) e em Economia (PPE/UERN).

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E CICLOMOBILIDADE: PRIMEIRAS ANÁLISES

Danielle Dantas de Macedo¹
Fábio Fonseca Figueiredo²

Um dos desafios contemporâneos mais urgentes é como tornar a mobilidade urbana sustentável, resiliente, justa e inclusiva conforme recomendações do objetivo sete dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU. As cidades, cada vez mais abarrotadas de carros individuais, expõem a perversidade de um modelo de desenvolvimento urbano que elege como forma de deslocamento, no espaço urbano, a exclusão, a segregação e a insustentabilidade. Pensando nessas, e outras questões, este trabalho faz uma primeira análise sobre a cidade fragmentada e segregada, que nega e hostiliza a possibilidade da mobilidade ativa através das bicicletas. Contando com uma minuciosa revisão bibliográfica, primeiras pedaladas realizadas pelos autores nas ruas de Natal/RN desde março de 2025 e conversas informais com usuários de bicicletas abordados durante os pedais, já é possível compreender a relação teórico-conceitual entre segregação socioespacial e a ciclomobilidade enquanto fenômenos interligados, que moldam a estrutura da cidade, afetam como as pessoas se deslocam no meio urbano bem como essa forma de mobilidade urbana, individual e irracional, reforça as desigualdades socioespaciais, além de, paradoxalmente, afetar na qualidade dos deslocamentos de todos. No nosso caso de estudo, Natal/RN, já se pode afirmar que há uma explícita correlação entre ações da prefeitura na promoção e reprodução do modelo global de deslocamentos urbanos de forma individual através de veículos motorizados. Tal modelo é reforçado quando se tem um sistema de transporte público baseado majoritariamente no ônibus sendo deficiente e caro, estruturas deficitárias de caminhabilidade e cicloestruturas insuficientes, má conservadas e construídas em locais onde não há tráfego de bicicletas. E, mesmo quando há alguma ação pública no sentido de incentivar o maior uso das bicicletas no meio urbano e, portanto, fomentar uma cultura ciclística na cidade, essa ação apenas reforça a carrocracia, visto que o uso das bicicletas é, para a prefeitura, uma forma alternativa de deslocamento, o que contradiz o Código de Trânsito Brasileiro que desde 1997 coloca a bicicleta como mais um modal de deslocamento urbano.

Palavras-chave: Ciclomobilidade. Espaço urbano. Segregação socioespacial.

¹Discente do Programa de Pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professora efetiva de Sociologia na Rede Estadual de Educação do Estado do Rio Grande do Norte.

²Doutor em Geografia Humana pela Universidade de Barcelona, Espanha. Professor Associado do Instituto de Políticas Públicas e do Programa de Pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Membro do grupo de pesquisa Socioeconomia do Meio Ambiente e Política Ambiental da UFRN.

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

A DINÂMICA URBANA DE CATOLÉ DO ROCHA (PB) NA LEITURA DO USO E OCUPAÇÃO DO BAIRRO SÃO PAULO

Lindalva Freire¹

O processo de urbanização do território brasileiro está entrelaçado com o desenvolvimento industrial ocorrido no país nas primeiras décadas do século passado, o que promoveu a dissolução de grandes investimentos produtivos pelo território. Estas estão inseridas em políticas públicas de Estado de diversas naturezas e, consequentemente, um aumento da população urbana, não apenas nas áreas mais desenvolvidas do território, onde se encontram a maioria das grandes cidades e centros metropolitanos. Assim, processo de formação de muitas cidades do semiárido brasileiro possui em sua hermenêutica a formação sem o devido planejamento urbano e territorial. Catolé do Rocha, cidade localizada na porção Oeste do estado da Paraíba, não difere da realidade de outras deste território, o que nos impulsiona a investigar a formação e dinâmica urbana dessa cidade na região, identificando alguns elementos que contribuíram para o crescimento urbano da cidade e enfatizando os problemas de uso e ocupação da área do bairro São Paulo, construído dentro de um açude aterrado. Com a urbanização, cidades como Catolé do Rocha-PB, enfrentam em sua malha urbana inúmeros problemas, seja a falta de saneamento básico, pavimentação e construções sem a devida infraestrutura em alguns bairros que compõem o referido município. Mediante este estudo se percebe que a dinâmica urbana de Catolé do Rocha acontece rapidamente pela demanda populacional que exige a criação de novos espaços de moradia e consumo urbano. Esse processo faz com que loteamentos sejam abertos, muitas vezes sem respeitar a legislação urbana vigente. A presente pesquisa bibliográfica e de cunho qualitativo objetiva analisar os problemas enfrentados pelos moradores do bairro São Paulo na época das chuvas a fim de elucidar questões pertinentes caracterização socioespacial do território estudado e os fatores que levam as pessoas a comprarem/construírem suas casas em áreas inapropriadas do ponto de vista ambiental. Fundamenta-se em autores como Sposito (1988), Santos (2005,1993), Bezerra (2020), Correa (1989), que discutem esta temática. Este estudo apresenta um olhar para possíveis discussões acerca da ação política e econômica de determinados grupos e da estrutura de casas construídas em ambientes passíveis de problemas futuros.

Palavras-chave: Dinâmica Urbana. Catolé do Rocha. Loteamento.

¹ Mestranda em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

PAU DOS FERROS (RN), REDE URBANA INTERIORIZADA E DINÂMICA URBANO-REGIONAL

Francisco Charles Pereira da Silva¹

Larissa Ferreira da Silva Alves²

O final do século XX marcou uma importante transformação na dinâmica urbana brasileira, com a interiorização da população e o fortalecimento de cidades médias e pequenas, impulsionadas por políticas públicas transversais que adentraram o território. No Rio Grande do Norte, esse processo contribuiu para o avanço do setor terciário, principalmente comércio e serviços, em resposta à crise das economias tradicionais. Esse novo cenário influenciou a migração de populações do campo para centros urbanos intermediários, gerando novos fluxos urbanos e fortalecendo o que se convencionou chamar de “novo urbano”. O município de Pau dos Ferros, localizado no estado do Rio Grande do Norte, ganha destaque como centro regional, mesmo sem ser oficialmente classificado como cidade média. O município apresenta estrutura de comércio e serviços robusta, que atende não só a população local, mas também a de municípios vizinhos. Assim, o objetivo é analisar a posição de Pau dos Ferros na rede urbana interiorizada e identificar os equipamentos e serviços que o caracterizam como centro de influência urbano-regional. Os objetivos específicos incluem: (a) compreender conceitos como rede urbana interiorizada, centralidade urbano-regional, setor de serviços e migração pendular; (b) investigar a posição de Pau dos Ferros na classificação da REGIC; e (c) analisar o papel do comércio e serviços na dinâmica urbano-regional do município. A metodologia adota abordagem qualitativa, com estudo de caso e análise de dados secundários do IBGE, RAIS e SEBRAE. Pesquisas recentes reforçam a importância estratégica do município: Araújo, Araújo e Carneiro (2013) e outros autores destacaram o crescimento dos serviços a partir de 2010; Bezerra (2016) analisou sua centralidade urbana; Alves, Dantas e Souza (2018) estudaram sua posição em uma região de fronteira interna; Costa (2018) e Freitas (2021) abordaram a expansão do ensino superior; e Taveira, Barreto e Bezerra (2023) discutiram o fortalecimento do setor terciário. A REGIC (2018) classifica Pau dos Ferros como Centro Sub Regional B, indicando forte influência sobre a região imediata. Em 2022, 41,7% dos trabalhadores do município atuavam no comércio, 28,3% nos serviços e 22% na administração pública. O setor agropecuário representa apenas 7% do PIB municipal, enquanto o comércio e serviços somam quase 80%. Na região imediata, Pau dos Ferros responde por 40% dos serviços, mas apenas 1% da agropecuária. Esses dados confirmam sua centralidade regional e demonstram como o fortalecimento do setor de serviços tem impulsionado a migração pendular e consolidado o município como centro urbano no interior do estado.

Palavras-chave: Centralidade urbano regional. Setor de Serviços. Pau dos Ferros.

¹Graduando em Geografia, Campus Avançado de Pau dos Ferros (CAPF) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Email: franciscocharles@alu.uern.br.

²Doutora em Geografia, Docente do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES), Campus Avançado de Pau dos Ferros (CAPF) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Email: larissafferreira@uern.br.

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO URBANO BRASILEIRO

Marcos Anderson Lisboa de Freitas¹

Juliana Carla Moraes Lopes²

Antonia Mikaelly Xavier de Oliveira³

O processo de planejamento e ordenamento urbano torna-se cada vez mais debatido e necessário diante do atual cenário de desenvolvimento das cidades. As áreas urbanas estão cada vez mais caóticas e deficientes, com problemas estruturantes graves que atingem diretamente todos os seus usuários, sobretudo, as populações mais vulneráveis. Convivemos com distintos cenários na ótica do espaço urbano, alguns positivos, como de inovações tecnológicas ou de desenvolvimento sustentável, entretanto, apesar dos avanços, estamos longe de alcançarmos condições dignas e igualitárias para todos. A falta ou a ineficácia dos setores responsáveis pela gestão e o ordenamento das áreas urbanas, acarreta e estimula a diversificação de diversos problemas como a falta de acessibilidade, trânsito caótico, ausência ou o distanciamento de acesso aos equipamentos de comércio e serviço, e das infraestruturas básicas, aumento da criminalidade, entre outros. Diante disso, o presente trabalho surge com o objetivo de discorrer sobre as especificidades da gestão e do ordenamento do território urbano, com ênfase as particularidades do Brasil. A pesquisa é de natureza qualitativa e fundamentada em revisão de literatura, busca compreender o processo de urbanização pela qual passou e ainda ocorre no país, analisar o papel do estado na gestão do território urbano, e alguns entraves que perpetuam no desenvolvimento das cidades, além dos principais instrumentos (políticas/leis) de gestão do território urbano. Os resultados mostram que no Brasil, em específico, torna-se evidente os diversos desequilíbrios existentes, resultante do processo de urbanização radical, rápido e segregador que se arrasta até a atualidade, com cidades produzidas para atender as demandas do capital privado, e os interesses das elites, não da sociedade civil como um todo.

Palavras-chave: Cidades. Planejamento Urbano. Urbanização.

¹Discente do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES) – UERN.

²Discente do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES) – UERN.

³Discente do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES) – UERN.



GRUPO DE TRABALHO II

GESTÃO E MEIO AMBIENTE NO SEMIÁRIDO

**GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA BACIA
HIDROGRÁFICA APODI-MOSSORÓ: DIAGNÓSTICO E
PERSPECTIVAS A PARTIR DE UMA ANÁLISE SWOT
GEOTERRITORIAL**

Antonio Lucielhington Maia¹

Maria Milena de Oliveira²

Maria Losângela Martins de Sousa³

Este trabalho analisa os múltiplos usos dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio Apodi-Mossoró (BHRAM), considerando suas duas principais formações geológicas: a porção sedimentar e a porção cristalina. A pesquisa delimita como problema central a complexidade ambiental, social e econômica da bacia, agravada por limitações estruturais e desigualdades regionais que dificultam a gestão eficiente e integrada da água, especialmente diante da chegada das águas do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF). O objetivo do estudo é analisar as potencialidades e limitações do uso dos recursos hídricos na BHRAM, à luz das especificidades geológicas e socioeconômicas de suas diferentes porções, utilizando como referência a metodologia SWOT, uma análise estratégica que permite identificar Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças relacionadas à gestão hídrica na região. A metodologia adotada foi baseada em levantamento documental, revisão bibliográfica e análise de dados institucionais fornecidos por órgãos como ANA, EMATER e estudos recentes sobre esse território. Os resultados apontam que a porção sedimentar apresenta elevada potencialidade para usos múltiplos, com destaque para o aproveitamento das águas subterrâneas, embora limitada por altos custos energéticos de captação. Já a porção cristalina é marcada pela forte demanda por abastecimento humano, mas enfrenta sérias deficiências em infraestrutura de saneamento e riscos decorrentes de instabilidades políticas. O PISF é identificado como oportunidade relevante para ambas as porções, especialmente por promover segurança hídrica e reduzir os impactos das estiagens, embora também represente um desafio em termos de governança, regulação e equidade na distribuição da água. Como consideração final, a pesquisa reforça a importância de se adotar uma abordagem integrada, territorializada e participativa para a gestão dos recursos hídricos na BHRAM. A incorporação da análise estratégica contribui para a construção de políticas públicas mais eficazes, capazes de equilibrar interesses diversos e garantir o uso sustentável da água em uma região semiárida.

Palavras-chave: BHRAM. Gestão Hídrica. Análise SWOT.

¹ Discente do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES) - UERN.

² Discente do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES) - UERN

³ Docente do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES) - UERN

GESTÃO HÍDRICA NO SEMIÁRIDO: A DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DE ÁGUA A PARTIR DE APODI-RN

Rafaela Moreira Gurgel da Costa¹

A gestão da água no Semiárido brasileiro apresenta desafios que extrapolam a escassez natural, exigindo estratégias que articulem disponibilidade, acesso e logística. Este estudo analisa a distribuição territorial da água proveniente de Apodi-RN por meio da operação de carros-pipa, considerando sua inserção em um arranjo regional que ultrapassa os limites municipais e estaduais. O problema investigado refere-se à necessidade de compreender como a potencialidade hídrica local sustenta demandas externas e conforma um sistema descentralizado de abastecimento. O objetivo é analisar a atuação dos carros-pipa como instrumento de gestão hídrica que conecta Apodi a diversos municípios circunvizinhos. A metodologia adotada foi quantitativa, com aplicação de entrevistas e questionários a proprietários de mananciais e motoristas de carros-pipa, além de coleta de coordenadas geográficas, registros fotográficos e análise cartográfica via QGIS. A pesquisa identificou três mananciais subterrâneos em Apodi, todos regularizados por outorga e com infraestrutura específica para captação e comercialização da água. Os dados revelam a distribuição para municípios do RN, CE e PB, majoritariamente em áreas rurais, atendendo a uma população expressiva e destacando a relevância estratégica do território. A distribuição é viabilizada tanto por políticas públicas, como a Operação Carro-Pipa, quanto por iniciativas privadas. Observou-se que a maioria dos veículos transportava entre 10 e 15 mil litros por viagem, com elevada rotatividade. Conclui-se que, apesar das críticas, os carros-pipa representam uma alternativa viável de acesso à água em regiões com baixa cobertura de infraestrutura fixa, reafirmando a centralidade de Apodi na dinâmica hídrica regional e a importância de políticas públicas adequadas à realidade socioespacial do Semiárido.

Palavras-chave: Gestão hídrica. Semiárido. Distribuição territorial da água.

¹ Mestra em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES), Campus Avançado de Pau dos Ferros, na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

MARCOS REGULATÓRIOS NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, BRASIL

José Emanuel Tavares Araújo¹
Maria Losângela Martins de Sousa²

A gestão dos recursos hídricos no Rio Grande do Norte é um tema crucial devido às crises hídricas e aos desafios ambientais do Semiárido brasileiro, região de clima quente e seco, marcado por longos períodos de secas e estiagens que por anos assolam essa região do Nordeste. Nesse sentido, torna-se fundamental a busca de estratégias eficazes de gestão hídrica para garantir o acesso e uso racional pela população. O objetivo dessa pesquisa é analisar os principais marcos regulatórios da gestão dos recursos hídricos no estado do Rio Grande do Norte, elencando os principais instrumentos legais e institucionais que regem a gestão hídrica. A pesquisa se caracteriza como bibliográfica e documental. Os marcos regulatórios que regem o uso dos recursos hídricos no estado e avaliam sua eficácia na garantia do acesso sustentável e justo a esse recurso foram sendo implementados durante anos, se tornando essenciais para o consumo humano e atividades econômicas. Os resultados mostram que o Rio Grande do Norte possui uma Política Estadual de Recursos Hídricos com um arcabouço legal, que visa a integração entre seus órgãos gestores e a sociedade civil para uma gestão integrada dos recursos hídricos. O problema central reside na fragilidade institucional, na fiscalização e obstáculos de implementação dessas políticas hídricas, agravadas pelas secas e estiagens recorrentes. A efetividade dos marcos regulatórios depende de maior investimento em governança, capacitação técnica e adaptação às mudanças climáticas. A gestão hídrica no Rio Grande do Norte requer ainda mais ações integradas, pois receberá as águas do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF), impulsionando os múltiplos usos da água e a ocorrência de conflitos.

Palavras-chave: Recursos hídricos. Bacia hidrográfica. Gestão da água.

¹ Mestre em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

² Doutora em Geografia. Universidade Federal do Ceará (UFC) Professora do Departamento de Geografia e do mestrado em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Campus Avançado de Pau dos Ferros (CAPF).

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

ACESSO E USO DA ÁGUA NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE MARTINS/RN: PERCEPÇÕES E ESTRATÉGIAS DE CONVIVÊNCIA COM A ESCASSEZ HÍDRICA

Mayara Raquel de Oliveira¹

Marcos Willian Targino²

Danilo Alves Torres Silva³

Andreza Tacyana Felix Carvalho⁴

No Brasil, no ano de 2023, 67,7% dos domicílios localizados em áreas rurais não possuíam abastecimento de água ligado à rede geral (IBGE, 2023). Não diferente disso, no município de Martins, localizado no Semiárido do Estado do Rio Grande do Norte, essa situação também é bastante preocupante. De acordo com o Instituto Água e Saneamento (2024), entre os 8.179 habitantes do município, 1.635 habitantes (19,99%) não possuem acesso à rede de água, enquanto 1.488 (18,19%) dependem exclusivamente do abastecimento por poços artesianos ou profundos. Tendo em vista que a população rural é muito afetada pelos problemas relativos à falta de água, a presente pesquisa tem como objetivo analisar o acesso e o uso da água na zona rural do município de Martins-RN, além de entender a percepção dos moradores da zona rural sobre a qualidade da água disponível e a atuação do poder público no enfrentamento desse problema. A metodologia adotada é qualitativa que inclui aplicação de formulários, tendo como público-alvo os residentes de diferentes comunidades rurais do município, além de observações de campo e análise de dados secundários fornecidos por órgãos como a Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais. Enquanto resultados, a pesquisa obteve 30 respostas, através das quais foi possível constatar que a rede pública é responsável pelo atendimento de 40% dos entrevistados, seguida de poço ou cacimba (30%), cisternas (16%), moto pipa (6,7%), carro pipa (3,3%) e outro modo (3,3%). Ainda foi constatado que 90% avaliam que o abastecimento é falho em algum nível, enquanto 10% afirmaram que o abastecimento nunca falha. Já ao serem questionados sobre como avaliam a atuação do poder público em relação ao abastecimento de água na comunidade em que habitam, 50% consideram ruim, 36,7% regular e apenas 13,3% consideram boa. A pesquisa ainda identificou que, nos períodos de seca, 50% dos participantes precisam comprar água para uso doméstico, enquanto 36,7% enfrentam a escassez hídrica através do armazenamento de água em reservatórios improvisados, como cisternas, tanques, baldes, caixas d'água dentre outros. Assim, a pesquisa visa contribuir para que haja seções de encontros com a população no intuito de debates sobre a gestão dos recursos hídricos em áreas vulneráveis, destacando a importância de políticas públicas adequadas às especificidades do abastecimento de água na zona rural do município.

Palavras-chave: Segurança hídrica. Sustentabilidade hídrica. Vulnerabilidade socioambiental.

¹ Graduanda do curso de Geografia-UERN/CAPF.

² Graduando do curso de Geografia-UERN/CAPF.

³ Graduando do curso de Geografia-UERN/CAPF

⁴ Professora Adjunta DGE-UERN/CAPF.

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

DIAGNÓSTICO DE SANEAMENTO DO MUNICÍPIO DE MARCELINO VIEIRA: PLANO DE SANEAMENTO 2017 E REALIDADE 2025

Maria Francilene de Souza Silva¹

Jéssika Cibelly Moraes de Souza²

Agda Maria Castro Marques³

Daniela de Freitas Lima⁴

Bárbara Barbosa Tsuyuguchi⁵

O saneamento básico é essencial para a saúde pública, desenvolvimento urbano e preservação ambiental. Nessa perspectiva, os Planos Municipais de Saneamento Básico são estruturados com base nos quatro eixos estabelecidos pela Lei nº 11.445/2007, sendo eles o abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, que, de forma integrada, são estratégicos para a universalização do saneamento básico. Assim, o objetivo deste estudo é comparar o panorama do saneamento básico exposto no diagnóstico do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) de Marcelino Vieira, Rio Grande do Norte, com a situação observada em 2025, com ênfase na área urbana do município. A metodologia adotada consistiu na leitura e análise do Produto C do PMSB de Marcelino Vieira, elaborado em 2017, seguida de uma visita *in loco* aos locais mencionados no plano, o que possibilitou verificar a situação atual do saneamento no município, identificando os aspectos que foram aprimorados, mantidos ou agravados ao longo do período. A análise comparativa evidenciou que diversas fragilidades identificadas no planejamento ainda persistem. Por exemplo, no Sistema de Abastecimento de Água, a captação ainda ocorre diretamente no açude Raimundo Conrado Fontes, por gravidade até a estação elevatória, sem controle de acesso ou proteção. Embora haja a estrutura adequada na estação de tratamento, não há um funcionamento pleno. No entanto, a distribuição de água atende normalmente a zona urbana por meio de dois reservatórios elevados e uma sede que atualmente necessita de manutenção. A gestão de resíduos sólidos no município, realizada pela prefeitura, apresentou melhorias em relação à frequência da coleta e limpeza urbana. Entretanto, todo o material recolhido ainda é destinado a um lixão a céu aberto, sem qualquer tipo de tratamento ou controle ambiental, e não há coleta seletiva, triagem ou destinação adequada para resíduos perigosos. No tocante ao sistema de esgotamento sanitário, o mesmo continua inexistente, sendo ainda frequente a adoção de medidas individuais inadequadas, como o lançamento de efluentes diretamente em vias públicas e cursos d'água que deságuam em córregos sem qualquer

¹ Graduanda de Engenharia Civil na Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, Pau dos Ferros/RN, Brasil.

² Graduanda de Engenharia Civil na Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, Pau dos Ferros/RN, Brasil.

³ Mestranda em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, Pau dos Ferros/RN, Brasil.

⁴ Professora lotada no Departamento de Engenharias e Tecnologia, Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, Pau dos Ferros/RN, Brasil.

⁵ Professora lotada no Departamento de Engenharias e Tecnologia, Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, Pau dos Ferros/RN, Brasil.

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

tipo de tratamento. A situação se torna ainda mais agravante com a presença de ligações clandestinas ao sistema de microdrenagem, ampliando assim, os riscos de contaminação ambiental. Desse modo, verifica-se que o município de Marcelino Vieira, em 2025, ainda enfrenta desafios significativos identificados no diagnóstico de 2017, para a efetiva implementação das diretrizes previstas em seu PMSB, demonstrando urgência de investimentos em infraestrutura, planejamento e gestão, capazes de garantir a sustentabilidade ambiental, melhores condições de saúde pública, universalização dos serviços e o cumprimento dos objetivos propostos pela Agenda 2030.

Palavras-chave: Infraestrutura urbana. Políticas públicas. Gestão local.



ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO EM PERSPECTIVA: UMA LEITURA COMPARATIVA DOS BAIRROS PRINCESINHA DO OESTE E MANOEL DEODATO

Murillo Soares da Silva¹
Daniela de Freitas Lima²
Agda Maria Castro Marques³
Bárbara Barbosa Tsuyuguchi⁴

O presente estudo tem como enfoque temático a infraestrutura do saneamento básico, por meio de uma leitura comparativa entre os bairros Princesinha do Oeste e Manoel Deodato, ambos localizados no município de Pau dos Ferros, no estado do Rio Grande do Norte (RN). A pesquisa parte da problemática das desigualdades sociais, ambientais e espaciais que se manifestam na oferta e no acesso à infraestrutura de saneamento básico, com ênfase nos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Essas disparidades revelam um quadro de fragmentação urbana, no qual a distribuição dos serviços públicos acompanha padrões históricos de exclusão social. O objetivo do estudo é apresentar um panorama detalhado do percentual de domicílios atendidos pela rede geral de água e esgoto, bem como daqueles que recorrem a formas alternativas de abastecimento e descarte, buscando compreender de que forma essas diferenças refletem a condição social das populações locais. A metodologia adotada é de natureza descritiva e comparativa, com abordagem quantitativa, utilizando dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A análise foi realizada por meio da construção de quadros comparativos e mapas temáticos com os principais indicadores relacionados à infraestrutura de saneamento. Os resultados apontam que o bairro Princesinha do Oeste, planejado e urbanizado desde 1986, apresenta 94% dos domicílios com acesso à rede geral de água e 89% conectados à rede de esgoto, evidenciando uma boa cobertura dos serviços básicos. Em contrapartida, o bairro Manoel Deodato, de ocupação histórica e espontânea desde o século XIX, possui 91% dos domicílios atendidos por rede de água, mas apenas 72% com esgotamento sanitário por meio da rede geral, restando 28% com alternativas inadequadas, como fossas rudimentares ou esgoto a céu aberto. Essa diferença evidencia a persistência de barreiras estruturais no acesso a direitos fundamentais, como o saneamento, reforçando desigualdades sociais históricas. A pesquisa contribui para o debate sobre a justiça socioespacial, ao demonstrar que, mesmo em áreas geograficamente próximas, o acesso desigual aos serviços públicos revela dinâmicas urbanas excludentes e negligenciadas.

Palavras-chave: Saneamento básico. Desigualdade socioespacial. Planejamento urbano.

¹ Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA).

² Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA).

³ Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA).

⁴ Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA).

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

ANÁLISE DOS INDICADORES DE SANEAMENTO DA MICRORREGIÃO DE PAU DOS FERROS – RIO GRANDE DO NORTE UTILIZANDO SIG

Alex Pinheiro Feitosa¹
Thiago José Lima Rosa²
Sayro Rhuan Santos Luna³

Este estudo analisa os indicadores de saneamento básico na microrregião de Pau dos Ferros, no estado do Rio Grande do Norte, abordando os serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e drenagem urbana. A pesquisa parte da constatação de que ainda existem desigualdades significativas entre os municípios quanto à oferta desses serviços, o que dificulta o cumprimento das metas da Agenda 2030 e do Novo Marco Legal do Saneamento Básico no Brasil. O principal objetivo foi avaliar o nível de atendimento urbano a esses serviços essenciais, oferecendo subsídios técnicos para a gestão pública da região. A metodologia baseou-se na coleta de dados secundários do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), abrangendo os anos de 2010 a 2020. Foram aplicados indicadores como o Índice de Atendimento Urbano de Água (IN023), de Esgotamento Sanitário (IN024) e de Coleta de Resíduos Domiciliares (IN016). Os dados foram processados e analisados com o uso do software QGIS (versão 3.22.5), que permitiu a geração de mapas temáticos e a visualização espacial das desigualdades. Para classificar o desempenho de cada município, utilizou-se uma escala baseada em critérios da Agência Reguladora do Estado do Ceará (ARCE), além da consideração do tipo de destinação final dos resíduos sólidos. Os resultados mostram variações marcantes entre os municípios. Enquanto Alexandria e Itaú apresentaram avanços consistentes nos indicadores de saneamento, municípios como Rafael Fernandes e Tenente Ananias registraram queda significativa. Também foi identificada a ausência de dados em alguns períodos, o que evidencia fragilidades na gestão das informações públicas. De forma geral, os mapas temáticos reforçam a diferença entre áreas urbanas e rurais, destacando a urgência de políticas mais eficazes e integradas. Conclui-se que, embora existam melhorias pontuais, ainda são grandes os desafios para garantir a universalização dos serviços de saneamento na região. O uso de geotecnologias mostrou-se eficiente para o diagnóstico territorial e pode ser um importante aliado no planejamento de ações que promovam saúde, qualidade de vida e justiça socioambiental para a população.

Palavras-chave: Saneamento Básico. SIG. Indicadores de Saneamento.

¹ Engenheiro Agrícola e Ambiental (UFERSA). Mestrado em Engenharia Sanitária (UFRN) Doutorado em Manejo de solo e água (UFERSA).

² Bacharel em Ciências e Tecnologia. Bacharel em Engenharia Ambiental e Sanitária (UFERSA).

³ Engenheiro Civil (UFERSA).

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

ANÁLISE HIDROMORFOLÓGICA DE RESERVATÓRIOS NO ALTO CURSO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO APODI-MOSSORÓ, RN

Denise Kauanny de Araújo Rosendo¹
Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho²

A gestão eficiente de reservatórios é fundamental para garantir a segurança hídrica e prevenir desastres associados à falha de barragens, especialmente no semiárido nordestino, onde a escassez de água e a irregularidade climática ampliam os riscos. Este estudo teve como objetivo realizar o mapeamento, a caracterização estrutural e a análise hidromorfológica de reservatórios localizados no alto curso da Bacia Hidrográfica do Rio Apodi-Mossoró (RN), utilizando geotecnologias, análise de dados secundários, estudo de caso e observações de campo. Foram identificados oito reservatórios com área superior a 20 hectares, majoritariamente de titularidade pública, refletindo a transição histórica de um modelo centralizado de combate à seca para uma gestão descentralizada voltada à convivência com o semiárido. O barramento de terra foi o tipo predominante, com estruturas variando entre 11 e 16 metros de altura e coroamentos de 185 a 600 metros, características que demandam atenção especial à estabilidade e drenagem. A avaliação técnica revelou elevado número de anomalias físicas, estruturais e biológicas, como erosões, falhas no rip-rap, vegetação invasora e tocas de animais, com destaque negativo para os reservatórios Tradição, Bodó e Angicos. Análises por seção indicaram que o talude de montante é o mais suscetível a falhas, seguido da crista e do talude de jusante. A ausência de manutenção preventiva e a deficiência na fiscalização foram fatores recorrentes. Os resultados reforçam a necessidade de um plano sistemático de inspeções, intervenções corretivas e políticas públicas que garantam a segurança das barragens. A aplicação de boas práticas de engenharia e de monitoramento contínuo é fundamental para assegurar a integridade das estruturas e a segurança das populações a jusante.

Palavras-chave: Gestão de recursos hídricos. Segurança de barragem. Monitoramento ambiental.

¹ Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

² Universidade Federal Rural do Semi Árido (UFERSA).

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

ANÁLISE DOS SISTEMAS DE GESTÃO AMBIENTAL NOS MUNICÍPIOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO APODI-MOSSORÓ, RN

Francisca Wigna da Silva Freitas¹
Zoraide Souza Pessoa²

A emergência climática tem intensificado as incertezas já presentes nas perspectivas globais sobre os desastres socioambientais — seja pela escassez de recursos, como o aumento das estiagens, seja pelo descontrole causado pelo excesso de chuvas, que desencadeia diversos problemas, especialmente em áreas urbanizadas. Esse cenário levanta questionamentos sobre como os municípios estão organizados para discutir, propor e aplicar ações diante dessa emergência. Os desafios tornam-se mais emergentes no momento atual, em que as mudanças climáticas intensificam as incertezas, tanto em escala global quanto local, especialmente nesta última, ao sobrepor dimensões e vulnerabilidades sociais, ambientais e climáticas (Alves, 2009). Nesse contexto, a área em estudo é a bacia hidrográfica do rio Apodi-Mossoró, localizada no estado do Rio Grande do Norte, com aproximadamente 15.500 km², abrangendo áreas territoriais de 51 municípios do estado (Carvalho; Kelting; Silva, 2011). O objetivo é analisar como está estruturada a organização dos sistemas de gestão ambiental na bacia hidrográfica do rio Apodi-Mossoró. A metodologia do presente trabalho é descritiva. Como aporte teórico, foi realizada uma revisão bibliográfica e, para a análise da estrutura organizacional dos sistemas de gestão dos municípios da bacia, foram utilizados dados do Sistema Estadual de Informações Ambientais (SEIA). Os resultados demonstraram que, na bacia, 80% dos municípios possuem órgãos ambientais e 49% contam com conselhos de Meio Ambiente. Contudo, em relação à existência de códigos e fundos ambientais, esse percentual cai para 14%. Além disso, apenas 2% dos municípios integram todos esses segmentos e contam com uma equipe multidisciplinar para realizar o licenciamento ambiental, evidenciando as fragilidades dos sistemas ambientais locais. Os dados analisados indicam que os municípios da bacia não apresentam um sistema ambiental estruturado, e que 20% deste não dispõe sequer do órgão ambiental de forma principal, o que levanta questionamentos sobre como as cidades estão organizando as abordagens emergenciais das mudanças climáticas.

Palavras-chave: Emergência climática. Conselhos de meio ambiente. Equipe multidisciplinar.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais – PPEUR/UFRN.

² Professora adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Norte no Departamento de Gestão de Políticas Públicas e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais – PPEUR/UFRN.

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

APLICABILIDADE DA METODOLOGIA DO OREGON NATURAL HAZARDS WORKGROUP (ONHW) NO PLANEJAMENTO MUNICIPAL RESILIENTE

Edjane Alves de Oliveira Paula ¹
Wendson Dantas de Araújo Medeiros ²

O agravamento recente das crises ambientais, intensificado pelas mudanças climáticas e pelo uso inadequado dos recursos naturais, ampliou a exposição dos territórios aos desastres ambientais. Eventos extremos, como inundações, tempestades e secas intensas, evidenciam não apenas os impactos ambientais, mas fragilidades no planejamento territorial de muitos municípios brasileiros. Nesse contexto, torna-se essencial adotar metodologias de avaliação de riscos adaptáveis às realidades locais e capazes de orientar decisões estratégicas para a gestão de riscos e fortalecer políticas públicas voltadas à resiliência socioambiental. Este estudo objetiva analisar a aplicabilidade da metodologia proposta pelo Oregon Natural Hazards Workgroup (ONHW, 2007) que hierarquiza riscos com base em quatro critérios: história, vulnerabilidade, ameaça máxima e probabilidade. A matriz de severidade resultante permite identificar áreas críticas e apoiar a definição de prioridades para ações preventivas. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e multidimensional, estruturada em três eixos: a) revisão normativa sobre gestão de riscos; b) levantamentos de campo com georreferenciamento de pontos críticos; e c) contatos com agentes institucionais das áreas ambiental e urbana e população local. A aplicação empírica ocorreu no município de Galinhos, litoral semiárido do RN, caracterizado por elevada suscetibilidade a eventos extremos. Os resultados indicam que a metodologia ONHW é tecnicamente viável no contexto municipal brasileiro, permitindo classificar e representar riscos de forma integrada e fundamentada, mesmo em localidades com limitações institucionais. Foram identificadas zonas críticas associadas à erosão costeira e inundações, revelando a utilidade da matriz para diagnóstico e planejamento adaptativo. Ademais, a proposta contribui para políticas públicas alinhadas ao ODS 11, que visa promover cidades seguras e resilientes. Contudo, a escassez de dados históricos e a ausência de sistemas locais de monitoramento limitaram a aplicação plena da metodologia em Galinhos, evidenciando a necessidade de fortalecer capacidades institucionais e consolidar bancos de dados regionais. Conclui-se que a utilização da metodologia ONHW pode representar um avanço importante na gestão de riscos em nível local, desde que articulada a ações estruturantes voltadas à cultura de risco, ao uso de geotecnologias e à cooperação entre os diferentes níveis de governo e sociedade civil.

Palavras-chave: Gestão de riscos. Planejamento urbano. Resiliência municipal.

¹ Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN.

² Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN.

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

ESTRATÉGIAS INFORMACIONAIS E DE INOVAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE DO ARARIPE GEOPARQUE MUNDIAL DA UNESCO

Juliana Moreira Freire de Sá Lima¹
Eduardo da Silva Guimarães²

O presente trabalho objetiva descrever as estratégias inovadoras e informacionais para comunicação e divulgação do Geoparque Araripe Mundial da UNESCO. Utilizou-se de referencial acerca dos conceitos do geoparque, seu desenvolvimento e potencialidades. Na sequência realizou-se visitas de campo detectando estratégias com recursos inovadores da produção e difusão de informações para o alcance dos objetivos, seus principais equipamentos e gestão. Os Geoparques Mundiais da UNESCO são territórios de patrimônio geológico e natural raros de reconhecimento internacional e importantes para compreensão científica evolutiva do planeta Terra. Apresentam espaços icônicos e valorados denominados geossítios. Suas particularidades se desdobram no desenvolvimento de um padrão territorial transversal que a partir da geodiversidade, biodiversidade e diversidade cultural, alcança elementos fundantes de pertencimento com base na antropologia, cultura, economia, história e religião. A promoção e preservação do rico patrimônio em territórios de geoparques são essenciais para o desenvolvimento sustentável e garantia da vida. Atualmente são 229 geoparques reconhecidos pela UNESCO em 50 países, organizados pela Rede Global de Geoparques e o Brasil possui 06 geoparques mundiais da UNESCO. O Geoparque Araripe, localizado no sul do estado do Ceará, é o primeiro do Brasil, das Américas e do Hemisfério Sul, formado pelos municípios de Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri. São 11 geossítios: Colina do Horto, Batateiras, Arajara, Mirante do Caldas, Riacho do Meio, Cachoeira de Missão Velha, Floresta Petrificada, Ponte de Pedra, Pedra Cariri, Parque dos Pterossauros e Pontal de Santa Cruz. As suas ações se sistematizam pelo tripé geoconservação-geoeducação-geoturismo sendo o uso de técnicas e tecnologias de informação uma de suas estratégias. Observou-se a gradual inserção e melhoria no uso de estratégias e inovações informativas como: placas no geossítios, livros, folders e encartes com QR-Codes de audiodescrição e vídeodescrição; trilhas com acessibilidade, placas em Libras e Braile; guiamento/receptivo pelos bolsistas em Português, Inglês, Espanhol e Libras; recursos de simulação interativa; vídeos, teaser e curta metragem com legendas multilíngue o que triplicou o número de seguidores nas mídias nos últimos 4 anos e permitiu melhor conhecimento, ampliação de visitação e saberes acerca do geoparque, seu patrimônio e sua preservação.

Palavras-chave: Geoparque Mundial da UNESCO. Inovação informacional. Desenvolvimento. Sustentabilidade

¹ Especialista em Administração Financeira pela Universidade Regional do Cariri (URCA); Graduada em Administração pela Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA). E-mail: julianafreiremoreiradesalima@gmail.com

² Professor do Departamento de Educação Física da Universidade Regional do Cariri (URCA), Mestre em Saúde Coletiva (UNISANTOS) e Doutorando em Ciências do Desporto pela Cátedra UNESCO em Geoparques Desenvolvimento Regional Sustentável e Estilo de Vida Saudável da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) de Portugal. E-mail: eduardo.guimaraes@urca.br

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

GESTÃO AMBIENTAL NA UERN: AVANÇOS E DESAFIOS NA CONSOLIDAÇÃO DE POLÍTICAS SUSTENTÁVEIS

Francisco Madson de Queiroz¹
Maria Tatiana Peixoto²
Rafaela Moreira Gurgel da Costa³
Mary Jeane Ferreira Rocha⁴
Robson Fernandes Barbosa⁵

A presente pesquisa teve como objetivo analisar as ações voltadas à sustentabilidade na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), especialmente no que se refere à gestão ambiental e à aderência às diretrizes da Agenda 2030, da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). O problema investigado referiu-se à ausência de uma política ambiental institucional consolidada, que integre práticas sustentáveis às rotinas acadêmicas e administrativas da universidade. A metodologia adotada foi qualitativa, com base em análise documental dos relatórios de gestão da UERN entre 1997 e 2023, do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2016-2026) e do Plano de Gestão 2021-2025, além de registros de projetos certificados com o Selo ODS Educação. Os resultados revelaram avanços significativos a partir de 2013, quando o tema sustentabilidade foi incorporado à missão institucional da universidade. A partir de então, a UERN passou a desenvolver eventos, políticas e projetos alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com destaque para a realização da Semana do Meio Ambiente, adesão à Rede ODS, implantação de projetos em ensino, pesquisa e extensão e participação em conferências nacionais sobre sustentabilidade. O Plano de Gestão 2021-2025 reforçou o compromisso com a A3P, prevendo ações como coleta seletiva, implantação de energia fotovoltaica, redução de descartáveis e campanhas educativas. Em 2024, a UERN obteve destaque nacional ao ter 47 projetos certificados pelo Selo ODS Educação. No entanto, apenas um projeto esteve relacionado diretamente ao ODS 12 (consumo e produção responsáveis), evidenciando a necessidade de fortalecer institucionalmente esse eixo. Apesar do crescimento nas iniciativas, observou-se a inexistência de relatórios consolidados e materiais de apoio à comunidade acadêmica, além da ausência de um órgão centralizador das ações ambientais. Conclui-se que, embora a UERN tenha avançado significativamente na promoção da sustentabilidade, ainda enfrenta desafios quanto à formalização de parcerias, ao fortalecimento da coleta seletiva e à institucionalização de uma política ambiental efetiva, capaz de integrar permanentemente os princípios da PNRS, A3P e dos ODS.

Palavras-chave: Sustentabilidade institucional. Gestão ambiental. Universidade pública.

¹ Mestre em Administração Pública (PROFIAP/UFCG).

² Mestra em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES/UERN).

³ Mestra em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES/UERN).

⁴ Mestranda em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES/UERN).

⁵ Doutor em Recursos Naturais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFGC).

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

ENERGIA SOLAR NO SEMIÁRIDO NORDESTINO: OS IMPACTOS TERRITORIAIS, SOCIOECONÔMICOS E AMBIENTAIS E AS LACUNAS DE PESQUISA INDENTIFICADAS

Allef Lopes Freire de Souza¹

José Elesbão de Almeida²

Jeisla Larissa de Oliveira³

Frente aos problemas ambientais que o planeta vivencia, algumas medidas estão sendo tomadas na tentativa de interromper o andar perigoso ao qual o mundo prossegue, buscar uma fonte de energia alternativa é uma das atuais opções para a conservação ambiental. O nordeste brasileiro constitui uma localidade propícia a implementação de energias consideradas renováveis como por exemplo a energia solar fotovoltaica. Diante da disseminação desse tipo de energia e a carência de estudos complexos a esta área, este artigo objetiva expor os impactos territoriais, socioeconômicos e ambientais advindos da implementação da energia solar na região semiárida do país, assim como as lacunas existentes nessa temática. O estudo adotou por método a revisão narrativa, com o objetivo de apresentar uma perspectiva ampla e crítica sobre os impactos ligados à temática. A abordagem foi exploratória e reuniu informações bibliográficas com foco em identificar, descrever, analisar conceitos, e entender os impactos e lacunas relacionadas ao tópico apresentado. O estudo conclui que a energia solar, embora tenha impactos ambientais, é menos poluente que outras fontes e tem grande potencial no semiárido nordestino. Sua implementação exige forte atuação do poder público em planejamento, inclusão social e sustentabilidade. As barreiras existentes são superáveis, e estudos futuros devem aprofundar essas questões para garantir uma transição energética justa no Brasil.

Palavras-chave: Energia Solar Fotovoltaica. Impactos. Semiárido nordestino.



¹ Discente do PLANDITES/UERN.

² Docente do PLANDITES e do curso de Economia na UERN.

³ Discente do PLANDITES/UERN.

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

ALGUMAS DAS CAUSAS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS RECENTES E SUAS RESSONÂNCIAS NO SEMIÁRIDO NORDESTINO

Jeisla Larissa de Oliveira¹

Gabriela Cipriano Soares Nogueira²

Historicamente, o sistema capitalista foi o responsável direto por gerar a maior produção de riqueza material dos últimos dois séculos. A qual se deu à custa de um crescimento exponencial do uso de combustíveis fósseis e recursos materiais não renováveis, causando uma série de problemas adversos aos ecossistemas e à sobrevivência humana e animal, cujas consequências vêm sendo advertidas há pelo menos mais de meio século, como é pontuado no estudo *The limits to growth* (1972). Ao longo do tempo, vale ressaltar que a população global não obteve apenas ganhos materiais, pois se de um lado foi possível notar um crescimento exponencial de riquezas, com diminuição das desigualdades e melhoria do bem-estar, proporcionados pelo capitalismo, por outro, a atividade capitalista provocou um acentuado aumento nas emissões de gases de efeito estufa na atmosfera, a partir do uso intensivo de energia fóssil e recursos não renováveis, acarretando impactos danosos ao meio ambiente e à natureza. Além disso, outras consequências negativas têm se tornado cada vez mais evidentes, a exemplo o aumento das temperaturas terrestres e marítimas. Todos esses fenômenos são provenientes do incremento das atividades humanas – ou do sistema econômico, se assim se preferir – que transformam e deslocam matéria prima através do globo. As temperaturas globais seguem em constantes aumentos, de modo que possibilitam, diretamente, a propagação de desastres globais consideráveis, em escala planetária, acarretando perdas na biodiversidade, dos ecossistemas e degradação ambiental em toda a terra. Esse trabalho tem como objetivo os principais fatores causados pelo homem, que contribuem para o aquecimento global, com ênfase em suas manifestações no semiárido nordestino, especialmente no que se refere ao agravamento da aridez e as transformações nos ecossistemas locais. A metodologia adotada nesse estudo baseou-se em uma abordagem qualitativa de caráter descritivo e explicativo, articulando revisão bibliográfica com análise documental. Foram utilizados textos acadêmicos, relatórios técnicos e documentos institucionais que discutem as mudanças climáticas globais e seus impactos específicos na região semiárida brasileira. O estudo mostrou que a partir de determinado período surgiu certa preocupação com os limites impostos pela natureza, ficando cada vez mais evidentes as mudanças climáticas, fenômeno que tem sido exaustivamente advertido nas Conferências da ONU. Todavia, em que pesem as evidências, o enfrentamento do fenômeno não tem sido levado a termo com a urgência que a situação requer, por negligências dos governos e passividade da sociedade e do empresariado. Não parece haver mais dúvidas que as Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) lançadas na atmosfera têm contribuído diretamente para a elevação das temperaturas, que influenciam diretamente na ocorrência de desastres globais em várias dimensões.

Palavras-Chave: Temperaturas. Desastres. Semiárido.

¹ Graduada em Economia pela UERN e aluna do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido – PLANDITES/UERN. E-mail: jeislalarissa@alu.uern.br

² Graduada em Economia pela UERN e aluna do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido – PLANDITES/UERN. E-mail: gabrielaciprianosoares@gmail.com

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

IMPACTO DA EDUCAÇÃO PARTICIPATIVA NA PROMOÇÃO DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NO SEMIÁRIDO POTIGUAR

Beatriz Fernandes de Negreiros¹
Maycon Douglas Nunes Fonseca²
Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho³

Desde os tempos da Revolução Industrial, a humanidade vivencia um aumento exponencial na produção de resíduos, consequência direta da urbanização acelerada, do crescimento populacional e do avanço dos padrões de consumo. No Brasil, essa realidade se intensificou a partir do século XX, especialmente em regiões mais vulneráveis como o semiárido nordestino, onde a ausência de políticas públicas eficazes contribuiu para a consolidação de lixões como forma predominante de descarte. A Bacia Hidrográfica do Rio Apodi-Mossoró, que abrange 52 municípios do Rio Grande do Norte, ainda reflete esse cenário: embora alguns municípios destinem seus resíduos ao aterro sanitário da empresa Orizon, muitos ainda recorrem a práticas inadequadas de disposição final. O presente projeto visa divulgar o modelo de gestão dos resíduos sólidos desenvolvido na região, promovendo a educação ambiental e o fortalecimento da consciência crítica sobre a responsabilidade compartilhada. Como metodologia, o projeto adota abordagem exploratória e descritiva, com foco na exibição do documentário “Gestão dos Resíduos Sólidos na Bacia Hidrográfica do Rio Apodi-Mossoró–RN” em escolas públicas das 44 cidades envolvidas. Desta forma, o projeto é financiado pela Fundação de Amparo e Promoção da Ciência, Tecnologia e Inovação do RN - FAPERN, que envolve ações estruturadas em três etapas: articulação com secretarias municipais de educação, exibição do documentário seguida de oficinas e rodas de conversa, e aplicação de questionários avaliativos antes e depois das atividades. Os resultados preliminares indicam adesão positiva das escolas participantes e impacto perceptível na mudança de percepção ambiental dos alunos. A proposta também prevê a entrega de relatórios técnicos às prefeituras, bem como a produção de artigos científicos com base nos dados coletados. Com isso, busca-se integrar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, principalmente os ODS 4 (Educação de Qualidade) e 12 (Consumo e Produção Responsáveis), fortalecendo o papel da extensão universitária como promotora de transformações sociais e ambientais no Semiárido Potiguar.

Palavras-chave: Resíduos sólidos. Responsabilidade compartilhada. Políticas ambientais.

¹ Universidade Federal Rural do Semi Árido – UFERSA, Campus Pau dos Ferros.

² Universidade Federal Rural do Semi Árido – UFERSA, Campus Pau dos Ferros.

³ Universidade Federal Rural do Semi Árido – UFERSA, Campus Pau dos Ferros.

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

IMPACTOS DA DESERTIFICAÇÃO NO SEMIÁRIDO NORDESTINO: ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL E ESTRATÉGIAS DE MITIGAÇÃO NA REGIÃO IMEDIATA DE PAU DOS FERROS-RN

Maria Samara de Lima Macena¹
Maria Losângela Martins de Sousa²

A Desertificação é um problema ambiental que atinge várias áreas do planeta Terra e que vem ganhando destaque ao longo do tempo, embora já existisse em séculos anteriores. De acordo com Nascimento (2013), a Desertificação e a Degradação Ambiental são processos que estão interligados e que merecem uma atenção especial, principalmente em regiões que apresentam climas áridos, semiáridos e subúmidos secos, por serem locais mais vulneráveis a esses problemas. A história da temática Desertificação teve início nos anos 30, isso porque aconteceu processos intensos de degradação ambiental nos estados do meio oeste americano, por causa de desmatamentos intensos e do uso inadequado e excessivo dos solos para a agricultura e pecuária, sendo intensificado por meio de uma grande seca que aconteceu entre os anos de 1929 e 1932, no qual, foram os principais fatores do processo que ficou conhecido como Dust Bowl (Matallo Júnior, 2003). A Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação – CCD estabelece que a desertificação é um processo de degradação das terras de zonas áridas, semiáridas e subúmidos secos, sendo formada através de causas como mudanças climáticas e por atividades antrópicas, sobretudo ao uso inadequado dos recursos naturais, como a vegetação, solo e água (Brasil, 2004). Desse modo, o tema norteador desta pesquisa será Impactos da Desertificação no Semiárido Nordeste: Análise Socioambiental e estratégias de mitigação na Região Imediata de Pau dos Ferros-RN. Sabe-se que no estado do Rio Grande do Norte, especificamente na região imediata de Pau dos Ferros já há algumas pesquisas publicadas sobre a temática da desertificação, porém estão relacionadas apenas com a bacia hidrográfica do rio Apodi/Mossoró, como a pesquisa de Souza (2023), Souza *et al* (2024) e de Souza, Souza e Sousa (2024) que discute sobre a suscetibilidade à desertificação na bacia, porém não há um estudo especificamente só desta região imediata. Nesse contexto, apesar de haver algumas pesquisas existentes a essa temática, a região imediata de Pau dos Ferros-RN apresenta algumas Áreas Suscetíveis à Desertificação (ASD) que ainda não foram estudadas e encontradas. Diante disso, essa pesquisa tem como objetivo: analisar os impactos socioambientais que a desertificação causa na região imediata de Pau dos Ferros-RN promovendo estratégias de mitigação para a sustentabilidade ambiental dos municípios que compõem a região imediata de Pau dos Ferros. Em vista disso, a pesquisa partiu-se do seguinte problema: Quais os principais impactos socioambientais causados pelo processo de desertificação na região imediata de Pau dos Ferros-RN e quais estratégias de mitigação podem ser executadas para promover a sustentabilidade ambiental destes municípios afetados? Diante disso, esta pesquisa seguiu alguns aspectos metodológicos para o alcance dos resultados, sendo considerada como uma pesquisa de natureza aplicada com objetivos exploratórios e descritivos, possuindo uma abordagem qualitativa. Para isto, a execução

¹ Mestranda do PLANDITES/UERN/CAPF.

² Professora do PLANDITES/UERN/CAPF.

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

da pesquisa será elaborada em pesquisas de gabinete e campo, entretanto para o momento nos deteremos aos trabalhos de gabinete. Não obstante, para alcançar o objetivo da pesquisa, é importante seguir alguns procedimentos metodológicos, como o levantamento bibliográfico, coleta de dados e por fim, propor estratégias de mitigação para diminuir os impactos ambientais e sociais que o processo de desertificação causa. Desse modo, espera-se a partir da análise bibliográfica entender que a desertificação é um problema ambiental grave que afeta principalmente a região do semiárido nordestino do Brasil. Então, conforme Nascimento (2013), a desertificação é uma das consequências do processo de degradação ambiental, que merece atenção dobrada. Sendo que esse fenômeno já acontece em cerca de 70% de terras áridas e semiáridas, representando 25% de todas as terras do planeta Terra. Ademais, a primeira vez que a desertificação foi temática de debate foi na Conferência de Estocolmo no ano de 1972, sendo aprofundado cinco anos após com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Diante desse aspecto, a Conferência das Nações Unidas sobre Desertificação (UNCOD), constatou que esse processo é um problema ambiental que traz diversos impactos negativos para a sociedade. A desertificação é um processo ambiental que afeta o mundo inteiro, dessa forma, de acordo com Nascimento (2013), os países mais afetados são Portugal, Namíbia, China e o Brasil, sendo que no último, a região mais atingida é o semiárido nordestino. Neste sentido, os primeiros estudos no Brasil sobre a temática da desertificação foram realizados por Vasconcelos Sobrinho em 1976, porém, outros pesquisadores discorreram sobre esse tema. Sendo assim, desde as primeiras pessoas que estudaram sobre esse tema até a idealização do Programa Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – PAN/Brasil (2004), a região do semiárido do Nordeste sempre foi realçada para o tratamento da desertificação e o controle da seca. Mediante Peixoto, Neto e Guedes (2021), o semiárido brasileiro, apresenta áreas intensas susceptíveis à desertificação. Esse processo impacta diretamente na paisagem da vegetação Caatinga, afetando sua forma física, social e econômica. Desse modo, no estado do Rio Grande do Norte (RN) o processo de desertificação é presente, principalmente por haver núcleos de desertificação reconhecidos, como é o caso da região do Seridó, e também por apresentar algumas manchas de áreas degradadas em toda extensão do semiárido potiguar sendo identificadas como áreas susceptíveis à desertificação. No estado do RN existe o Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca do Estado do Rio Grande do Norte – PAE/RN, sendo realizado com o propósito de promover ações de combate, mitigação e adaptação para as causas do processo de desertificação e da seca, no qual, 96,7% da extensão territorial do estado é suscetível a esse problema. No RN dos 167 municípios, 159 estão em Áreas Susceptíveis à Desertificação (Brasil, 2010). Nessa perspectiva, a pesquisa já identifica que a região imediata de Pau dos Ferros-RN mostra uma grande vulnerabilidade ambiental, havendo combinação de fatores naturais e antrópicos que potencializam cada vez mais o avanço dos processos de desertificação. Dessa forma, conforme Souza, Souza e Souza (2024), esta região possui um nível alto de suscetibilidade à desertificação, por associar aspectos físicos do sertão semiárido ao processo histórico de uso e ocupação do território que vem paulatinamente exaurindo os recursos naturais e comprometendo a sua capacidade de suporte. Diante disso, a região imediata de Pau dos Ferros é marcada pela abrangência do embasamento cristalino, dotado de litologia ígnea e metamórfica, associada a baixa disponibilidade de água subterrânea. A água superficial está à mercê da precipitação irregular no tempo e no espaço, com solos pedregosos e rasos, sujeitos aos processos erosivos frente a uma cobertura vegetal aberta e degradada. Sendo assim, para resolver essa problemática é

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

necessário implementar estratégias de mitigação para amenizar esse processo de desertificação nesta região. Promovendo a implementação de técnicas que possam reabilitar as áreas que estão em degradação. É importante que políticas públicas sejam implementadas para os municípios em busca de combater esse fenômeno. Para finalizar, o processo de desertificação na região imediata de Pau dos Ferros-RN, é considerado como uma problemática tanto ambiental como social, impactando na sociedade local. A partir disso, esse processo irá afetar também a biodiversidade desta região, a perda dos nutrientes do solo e dentre outros fatores agravantes que prejudicam o meio ambiente.

Palavras-chave: Degradação Ambiental. Susceptibilidade. Socioambiental.



ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

ANÁLISE DOS IMPACTOS E DESAFIOS DO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO (PISF): UMA REVISÃO DE LITERATURA

Luálison Lentine da Costa Monte¹
Anderson Rodrigues de Sousa²
Ingrid Fialho de Miranda³
Maria Natália Fernandes Noronha⁴
Valentina Raquel Aires dos Santos⁵

A análise crítica de grandes projetos de infraestrutura hídrica, como o Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF), é fundamental para compreender os desafios do planejamento socioespacial no semiárido nordestino, especialmente diante das agendas de sustentabilidade, governança participativa e justiça hídrica. Este trabalho tem como objetivo analisar criticamente os impactos e desafios socioespaciais do PISF, a partir de uma revisão de literatura, visando compreender de que modo a infraestrutura hídrica influencia os processos de planejamento e gestão territorial no semiárido. O Projeto de Integração do Rio São Francisco apresenta impactos significativos nas dimensões ambiental, social e econômica, revelando desafios complexos para a gestão territorial no semiárido nordestino. Os resultados evidenciam que o Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF), apesar de ampliar o acesso à água e fomentar o desenvolvimento econômico em algumas regiões do semiárido, enfrenta desafios significativos relacionados à sustentabilidade ambiental, à equidade na distribuição dos recursos e à participação social nos processos decisórios.

Palavras-Chave: Impactos. Projeto de integração do Rio São Francisco. Revisão integrativa.

¹ Mestrando em Planejamento e Dinâmicas Territoriais do Semiárido (PLANDITES).

² Mestrando em Planejamento e dinâmicas Territoriais do Semiárido (PLANDITES).

³ Mestranda em Planejamento e dinâmicas Territoriais do Semiárido (PLANDITES).

⁴ Mestranda em Planejamento e dinâmicas Territoriais do Semiárido (PLANDITES).

⁵ Mestranda em Planejamento e dinâmicas Territoriais do Semiárido (PLANDITES).

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

RISCOS AMBIENTAIS NO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ-RN

Ana Beatriz Gomes da Silva ¹
Wendson Dantas de Araújo Medeiros ²

A identificação e análise de riscos ambientais em contextos urbanos litorâneos exigem metodologias capazes de integrar aspectos físicos do território com a exposição de populações e infraestrutura. Este trabalho tem como objetivo principal analisar os riscos ambientais no município de Guamaré-RN, localizado no litoral semiárido do Nordeste brasileiro, por meio da identificação dos principais perigos, das áreas suscetíveis e dos elementos da sociedade vulneráveis a esses perigos. A metodologia adotada combina levantamento de campo, análise em ambiente de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) e aplicação da matriz de riscos adaptada do Oregon Natural Hazards Workgroup (ONHW, 2007), que considera cinco parâmetros: origem do processo perigoso, histórico de ocorrências, vulnerabilidade, ameaça máxima e probabilidade de ocorrência. Foram utilizadas bases secundárias, como dados ambientais, cartográficos e estatísticos, além de observações diretas e registros georreferenciados em campo. Os resultados indicam que os principais riscos ambientais em Guamaré estão associados ao avanço do mar, à erosão costeira, às inundações e alagamentos urbanos, além da poluição ambiental decorrente de atividades antrópicas intensivas. Essas ameaças incidem sobre áreas com densidade de ocupação heterogênea — ora intensamente ocupadas e com limitações para ações preventivas, ora menos ocupadas, o que pode favorecer intervenções de caráter antecipatório. Identificaram-se vulnerabilidades diversas associadas à insuficiência de infraestrutura de contenção, à baixa capacidade de resposta institucional e comunitária, além da ausência de estratégias sistemáticas de planejamento e gestão de riscos. A severidade dos impactos observados decorre tanto da dinâmica natural do território quanto da ocupação desordenada e da fragilidade das políticas públicas locais. A aplicação integrada da análise espacial, da observação de campo e da metodologia ONHW demonstrou-se eficaz na identificação e hierarquização dos riscos ambientais em escala municipal, contribuindo para o ordenamento territorial e a formulação de medidas de mitigação. Contudo, a escassez de dados históricos sistematizados e a baixa difusão da cultura de risco entre a população representam limitações significativas para o aprimoramento da gestão preventiva no município.

Palavras-chave: Processos perigosos. Gestão de riscos. Planejamento territorial.

¹ Discente do curso de Gestão Ambiental, Bolsista PIBIC da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN.

² Professor do Departamento de Gestão Ambiental e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN.



GRUPO DE TRABALHO III

AMBIENTE, SAÚDE E SOCIEDADE NO SEMIÁRIDO

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

TERRITORIALIZAÇÃO NO PROCESSO DE SAÚDE-DOENÇA DA POPULAÇÃO MASCULINA DO SEMIÁRIDO RURAL DO NORDESTE BRASILEIRO

Wagner Beserra da Cunha¹

Victoria de Oliveira Guedes²

Sara Taciana Firmino Bezerra³

Franklin Roberto da Costa⁴

Nerlândia Pinheiro de Oliveira⁵

As questões a respeito da virilidade e a situação dos homens nas mais amplas circunstâncias socioculturais estão expandindo os debates no terreno contemporâneo. O meio árido do nordeste brasileiro apresenta um espaço com evidentes fragilidades no que tange a saúde masculina, pois alguns fatores implicantes como a própria posição geográfica e condições culturais se mostram como um ambiente passível de transformações. Dessa forma, a ausência das ações políticas de modo bem sucedido pode gerar colapsos, principalmente no sistema de saúde. Mediante o cenário explanado é concebível enfatizar as manifestações do território e o processo de territorialização na manifestação dos fatores limitantes para a efetivação da Políticas Públicas e a resolução do vigente contexto de preconceito cultural instalado nos indivíduos do sexo masculino do semiárido rural nordestino brasileiro. Nessa perspectiva, o objetivo geral da pesquisa é identificar as influências do semiárido rural do nordeste brasileiro direcionadas à saúde da população masculina. O presente estudo teve como base a revisão integrativa de literatura sobre a temática de saúde do homem e caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa. Foram selecionados 16 artigos, nas bases de dados Scielo e Biblioteca Virtual de Saúde, no período de agosto a outubro de 2023. Utilizando como filtros aplicados: tempo de 10 anos, tipo de estudo: artigo, país ou região: Brasil, sendo excluídas teses, dissertações, estudos incompletos, sem acesso livre, que não evidenciasse o método utilizado e que ultrapassasse o período superior a 10 anos. Deste modo, para a composição do presente artigo, foi obtido um total de 16 estudos, distribuídos em forma de tabela, evidenciando o título, ano de publicação, revistas publicadas e os principais achados. Com base nessa premissa, vários são os fatores que se vinculam ao problema existente no cuidado à saúde dos homens, destes, pode-se elencar a frequente dificuldade encontrada de (re) conhecer as suas reais necessidades em saúde. A resistência de nutrir a visibilidade de “não poder” adoecer, é uma das masculinidades que demonstram como a questão cultural influencia na vulnerabilidade masculina. O fator econômico também interfere no processo de cuidado, haja vista a dificuldade do homem em se ausentar do trabalho, colocando em risco a provisão familiar e os meios de subsistência, deixando a saúde em segundo plano. Os aspectos que configuram as perturbadoras complexidades para implementação da PNAISH e a visão dos homens em relação à busca pelos serviços de saúde no meio rural, refletem para uma necessária reestruturação na formulação das estratégias voltadas a esse público.

Palavras-chave: Zona rural. Masculinidade. Territorialização.

¹ Mestrando do Programa de Planejamento e Dinâmicas Territoriais do Semiárido- Plandites- UERN.

² Mestranda do Programa de Planejamento e Dinâmicas Territoriais do Semiárido- Plandites- UERN.

³ Professora Doutora do Programa de Planejamento e Dinâmicas Territoriais do Semiárido-Plandites-UERN.

⁴ Professor Doutor do Programa de Planejamento e Dinâmicas Territoriais do Semiárido- Plandites- UERN.

⁵ Mestre em ensino pelo Programa de Pós Graduação em Ensino- PPGE- UERN.

**VULNERABILIDADE E PERCEPÇÃO DE SAÚDE DO HOMEM
NORDESTINO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA**

Anderson Rodrigues de Sousa¹
Kayla Reginaldo Andrade de Souza²

O artigo aborda a vulnerabilidade e percepção de saúde do homem nordestino, focando em como a construção sociocultural da masculinidade influencia suas práticas de autocuidado e o acesso aos serviços de saúde. Delimitação do Problema e Objetivo: Existe uma lacuna no conhecimento sobre as experiências e percepções que moldam a saúde do homem nordestino. O objetivo do estudo foi analisar e sintetizar os significados atribuídos à saúde e doença por essa população, bem como suas percepções e experiências que afetam o acesso aos serviços de saúde e a consequente vulnerabilidade a mortes por doenças preveníveis. Metodologia: Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, de abordagem qualitativa, com enfoque exploratório e descritivo. A pesquisa seguiu as orientações do guia internacional PRISMA-ScR e utilizou a estratégia PICO para a formulação da pergunta norteadora. Foram realizadas buscas em Lilacs, SciELO e CINAHL em julho de 2025. Incluíram-se 12 estudos qualitativos primários dos últimos 10 anos (2015-2025), com texto completo disponível. A análise e coleta das informações seguiram os princípios de Laurence Bardin (2011). Resultados: Os resultados revelaram que a masculinidade hegemônica no Nordeste, pautada no estereótipo do homem forte e invulnerável, desestimula o autocuidado e a busca por serviços de saúde, associando-os à fraqueza ou feminilização. Essa percepção leva à negligência de sintomas e ao diagnóstico tardio. Barreiras significativas incluem machismo, preconceito, vergonha, horários inadequados dos serviços e a percepção de que são espaços femininos. Para homens LGBT+, a discriminação, estigma e transfobia nos serviços de saúde são intensificados, resultando em afastamento do cuidado formal e adoção de práticas de risco, como a hormonização por conta própria. A baixa participação masculina na atenção à saúde contribui para a detecção de doenças em estágios avançados. Considerações Finais: A negação da fragilidade imposta pela masculinidade, aliada a um sistema de saúde que ainda não se adapta plenamente às necessidades masculinas e que pode reproduzir estigmas, perpetua um ciclo de diagnóstico tardio e aumento da morbimortalidade entre os homens nordestinos. Os estudos recomendam a capacitação de profissionais para um acolhimento inclusivo e o desenvolvimento de programas que desconstruam estereótipos para promover o autocuidado e o acesso equitativo.

Palavras-chave: Saúde do homem nordestino. Vulnerabilidade. Masculinidade.

¹ Mestrando em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES). Graduado e Licenciado em Enfermagem pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN.

² Especialista em Enfermagem Forense – Faculdade Unyleya. Graduada e Licenciada em Enfermagem pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN.

**ENTRE O ESTIGMA E O SILÊNCIO: PERCEPÇÕES DE
POPULARES SOBRE SUICÍDIO E SAÚDE MENTAL NO
SEMIÁRIDO NORDESTINO**

Maria Tatiana Peixoto¹
Bertulino José de Souza²

O presente resumo apresenta um recorte da pesquisa “Cinema, saúde mental, estigmatização e território”, tendo como objetivo compreender a percepção de sujeitos populares sobre o suicídio e refletir sobre o silenciamento social em torno do tema, inclusive em produções filmicas. A investigação foi realizada com 77 participantes, maiores de 18 anos, não universitários, residentes nos estados da Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte, por meio da aplicação de um questionário via *Google Forms*. A amostra foi composta majoritariamente por pessoas do Rio Grande do Norte (54,5%), com idade entre 18 e 24 anos (64%), ensino médio completo (90%), mulheres (61%), pardos (48%) e com renda de até um salário mínimo (47%). Verificou-se que assistir a filmes e séries era a principal atividade de lazer entre os participantes (55%), sendo o cinema frequentemente percebido apenas como entretenimento, o que pode limitar seu potencial crítico e educativo. No entanto, a sétima arte demonstrou ser relevante na promoção de reflexões subjetivas, especialmente sobre temas como sofrimento psíquico e suicídio. Entre os dados mais alarmantes, destaca-se que 52% dos participantes afirmaram preferir “sofrer calados” em momentos de dor emocional, e nenhum indicou buscar apoio profissional. Quando questionados sobre a frequência com que ouvem falar de suicídio em suas cidades, 27% evitaram o assunto (“melhor não mexer na ferida”) e 29% afirmaram que “ninguém nunca fala sobre isso”, apesar dos dados globais indicarem uma morte por suicídio a cada 40 segundos (OMS, 2016). Tais respostas revelam um cenário preocupante de silêncio e estigmatização que atravessa o sofrimento mental, dificultando o enfrentamento de questões emocionais e o acesso ao cuidado. A estigmatização foi compreendida como uma marca social que define uma pessoa por 34% dos respondentes, embora muitos ainda demonstrem desconhecimento sobre o real significado do termo. Diante desse contexto, o cinema desponta como uma ferramenta estratégica de comunicação, capaz de fomentar diálogos sobre temas evitados no cotidiano e contribuir para o enfrentamento dos estigmas que cercam a saúde mental. Observa-se que o desconhecimento conceitual pode ter influenciado as respostas. Sugere-se, a replicação do estudo com indivíduos vinculados ao meio acadêmico, a fim de possibilitar comparações e ampliar a compreensão sobre diferentes percepções sociais relacionadas à temática.

Palavras-chave: Estigmatização. Saúde mental. Suicídio.

¹ Programa de Pós-graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

² Programa de Pós-graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

DOAÇÃO DE SANGUE COMO ATO POLÍTICO E SOCIAL: UMA ABORDAGEM GEOGRÁFICA

Eduarda Estefane Alves do Santos¹

Joelma Lima de Oliveira²

Lucas Bezerra Moreira³

Larissa da Silva Ferreira Alves⁴

A Geografia, enquanto ciência social, deve contribuir para a formação de cidadãos críticos e conscientes em relação à sociedade. Nesse contexto, a Geografia da Saúde reforça esse compromisso social, ao analisar as relações entre saúde e espaço. O objetivo dessa pesquisa é analisar, sob perspectiva da geografia da saúde, a relação da doação de sangue e compromisso social, considerando as barreiras geográficas e sociais para realização desse ato. Toma-se como base a ação extensionista “Território e Saúde: Compromisso Social no Ato de Doar Sangue”, que tem como propósito promover a conscientização da comunidade do *Campus* de Pau dos Ferros da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) na doação voluntária e regular de sangue. O projeto, que está em sua fase inicial, já aprovado pelo Comitê de Ética da referida universidade, conta com uma pesquisa analítico-descritiva sobre geografia da saúde, e intervencionista a partir de ações de conscientização, bem como de mapeamento dos doadores de sangue da região do Alto Oeste Potiguar. Acredita-se que a articulação entre universidade, comunidade e serviços de saúde pode gerar impactos significativos e duradouros, proporcionando uma visão integral de saúde, uma ampliação da consciência da juventude universitária a respeito da responsabilidade com seus corpos e com o compromisso político e social do ato de doar sangue.

Palavras-chave: Doação de sangue. Geografia da saúde. Alto Oeste Potiguar.



¹ Graduanda de licenciatura em geografia, UERN/CAPF).

² Graduanda de licenciatura em geografia, UERN/CAPF).

³ Graduando de licenciatura em geografia, UERN/CAPF).

⁴ Doutora em Geografia. Professora do Departamento de Geografia UERN/CAPF).

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR NO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO

Cyron Rodrigo Dias da Silva¹
Themis Cristina Mesquita Soares²

A pesquisa tem como tema as políticas de saúde e segurança do trabalhador no serviço público brasileiro. A pesquisa analisa a atuação do Estado brasileiro em relação à saúde e segurança do trabalho (SST) no serviço público, especialmente após a Constituição Federal de 1988 e a criação de políticas como a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST) de 2011, a Política Nacional de Atenção à Saúde e Segurança do Servidor Público Federal (PASS) de 2007 e a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (PNSTT) de 2012. O objetivo é avaliar a efetividade dessas políticas na promoção de condições dignas de trabalho para servidores públicos. O estudo utiliza revisão narrativa de literatura e análise documental exploratório, examinando legislações, convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), políticas públicas e estudos acadêmicos sobre SST no serviço público. A abordagem qualitativa permite identificar lacunas e desafios na implementação das normas, com foco em instituições federais e estaduais de ensino superior localizadas no semiárido brasileiro. Constata-se que, embora o Brasil tenha avançado na regulamentação de SST para trabalhadores celetistas, os servidores públicos permaneceram em situação de desamparo até a promulgação de políticas específicas. A PNSST, PNSTT e a PASS representam marcos importantes, mas sua operacionalização ainda é predominantemente reativa, centrada em afastamentos e perícias médicas, em vez de prevenção e promoção da saúde. No contexto universitário, os docentes enfrentam altos níveis de estresse e adoecimento laboral, evidenciando a necessidade de políticas mais efetivas e adaptadas às particularidades do trabalho intelectual realizado por esses profissionais. Apesar dos avanços legais, a efetivação dos direitos fundamentais à saúde e segurança no serviço público ainda enfrenta obstáculos, como a falta de cultura preventiva e a fragmentação das ações. A pesquisa sugere a necessidade de maior articulação entre políticas nacionais e locais, além da adoção de modelos proativos de gestão, alinhados às convenções da OIT e às demandas específicas dos servidores. A transformação desse cenário exige compromisso político e investimento em estruturas capazes de garantir ambientes de trabalho saudáveis e sustentáveis.

Palavras-chave: Segurança e saúde do trabalhador. Serviço público. Políticas públicas.

¹ Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido.

² Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido.

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

O PAPEL TERRITORIAL E REGIONAL DO CAPS EM PEQUENOS MUNICÍPIOS DO SEMIÁRIDO: O CASO DE FRUTUOSO GOMES – RN

Larissa da Silva Ferreira Alves¹
Marcos Willian Targino²

Em regiões do interior do Brasil, as infraestruturas de saúde mental exercem uma função de suma importância na ordenação territorial da atenção psicossocial, como o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). O município de Frutuoso Gomes - RN, embora pouco populoso, com apenas 4.122 habitantes (IBGE, 2022), possui um CAPS que exerce centralidade quanto à saúde mental, estendendo seus atendimentos a municípios do entorno. A presença de um serviço público de saúde mental com tais características em uma pequena cidade, localizada no Semiárido potiguar, levanta questionamentos sobre seu papel regional e a forma de como ocorre a dinâmica espacial de suas atividades. Nessa perspectiva, este trabalho tem por objetivo compreender a territorialização dos atendimentos realizados pelo Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) Vereador José Araújo Carlos, localizado em Frutuoso Gomes -RN, destacando sua importância como equipamento de saúde no contexto municipal e nas dinâmicas intermunicipais. A presente pesquisa trata-se de um estudo de caso, tendo como cerne o CAPS de Frutuoso Gomes. A coleta de dados ocorreu por meio de pesquisa de campo, com visitas técnicas *in loco*, nas quais foi possível obter dados primários anonimizados com os profissionais responsáveis pela organização e gestão do serviço, além de registros internos sobre abrangência e atendimentos. Foi constatado que além de Frutuoso Gomes (251 pacientes ativos), o CAPS estudado ainda atende os municípios de Almino Afonso - RN (153 pacientes ativos), Lucrécia – RN (96 pacientes ativos) e Rafael Godeiro - RN (92 pacientes ativos). Os registros internos evidenciam que o Centro atende em média 160 pacientes mensalmente, pois, dependendo das particularidades de cada atendido, a frequência de visitas ao CAPS pode variar (alguns frequentam diariamente, outros semanalmente, outros mensalmente etc.). Ademais, evidenciou-se que existe uma parceria entre os municípios atendidos pelo equipamento de saúde e a boa qualidade infraestrutural do município é um ponto chave para a manutenção dos atendimentos, entretanto existem entraves no transporte e no acesso a algumas medicações dos pacientes que não residem no município sede. Conclui-se que o CAPS é um equipamento de saúde extremamente importante não só para Frutuoso Gomes, como para outros municípios próximos, atendendo uma demanda constante de pessoas. Essa atividade evidencia uma centralidade do município sede no que se refere à saúde mental.

Palavras-chave: Geografia da saúde. Saúde mental. Pequenas cidades.

¹ Docente do Departamento de Geografia (DGE) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) – Campus Avançado Pau dos Ferros (CAPF).

² Graduando em Geografia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) - Campus Avançado Pau dos Ferros (CAPF).

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE: UM ESTUDO DE CASO DO PROJETO DE PREVENÇÃO ÀS ARBOVIROSES URBANAS NO MUNICÍPIO DE ITAÚ/RN

Maionara Ketley Alves Pinheiro¹
Francisca Wigna da Silva Freitas²
Magnus Kelly de Oliveira Pinheiro³

As políticas públicas de saúde no Brasil são resultados de embates políticos e ideológicos de diferentes atores sociais ao longo dos anos (Kucharski et al, 2022). Pensar a gestão destas em escala local instiga a necessidade de inserir a participação de forma intersetorial dos atores sociais (Milani, 2008). No município de Itaú/RN, a partir de 2021, teve início o projeto de prevenção às arboviroses urbanas, integrando os setores municipais da educação, meio ambiente e urbanismo. Nesse cenário, o presente estudo visa analisar o papel do projeto de prevenção às arboviroses urbanas no fortalecimento das políticas públicas do município de Itaú, RN. A metodologia do presente estudo é descritiva, tendo como dados das arboviroses os disponibilizados na 6ª região da Secretaria de Estado da Saúde Pública do Rio Grande do Norte – SESAP, em que o município em estudo está localizado, no recorte temporal de 2017 a 2023, pois é o período em que os dados estão disponíveis por município. O referido projeto já está em sua 5ª edição (2021 a 2025) tendo início com o planejamento que é realizado no último trimestre do ano para as ações que serão desenvolvidas durante o primeiro semestre do ano (jan-dez) seguinte. Estas ações parte de um programa de rádio informativo; mutirões de limpeza e conscientização da população em todos os bairros e nas comunidades rurais com foco na prevenção; visitas de inspeções em prédios públicos e nos depósitos de bebidas e borchacharias que são fontes do vetor das arboviroses; e ciclos de rodas de conversas em todas as escolas do município, incluindo as estaduais e privada; e palestras em momentos como hiperdia e atendimentos noturnos nas Unidades Básicas de Saúde - UBS. O projeto, além de demonstrar um perfil preventivo, inclui no calendário de ações momentos que antes estavam inseridos somente na pasta da saúde, assim como, integra o trabalho dos Agentes de Combate às Endemias com uma equipe de profissionais das secretarias de meio ambiente, educação e urbanismo. Segundo dados na 6ª região da SESAP, os casos positivos de dengue no município foram, em 2019, 22 casos e em 2020 8 casos, passou a ser de 0 caso em 2021 e 1 caso nos anos de 2022 e 2023. Mesmo com dados positivos, o viés do projeto demonstra a importância da notificação, para que a política seja avaliada e não fique na subnotificação. Dessa forma, é possível observar que o projeto fortaleceu a temática e a aplicação das políticas públicas de saúde no município.

Palavras-chave: Meio ambiente; prevenção; intersetorial.

¹ Graduanda em Licenciatura em Geografia – UERN.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais – UFRN.

³ Mestrando em Ciências da Computação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Computação, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Mossoró – RN, Brasil. E-mail: magnus.pinhoiro@alunos.ufersa.edu.br.

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

OBSTÁCULOS À EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL DA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL

Clara Thalya Alves Gurgel Soares¹

José Giovani Nobre Gomes²

A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) foi instituída como um compromisso do Ministério da Saúde para combater as desigualdades no sistema único de saúde e regida pelo princípio de que as desigualdades interseccionais influenciam diretamente os determinantes sociais da saúde. Contudo, apesar de sua gênese em um processo político emancipatório, essa política ainda não tem sido plenamente efetivada, principalmente devido à persistência do racismo institucional e estrutural. Objetivo: Identificar, por meio da literatura publicada, os desafios e os impactos do racismo na efetivação da PNSIPN. Este estudo configura-se como qualitativo, de caráter descritivo e exploratório do tipo revisão narrativa da literatura, no qual utilizou as bases de dados PubMed, e SciELO. O período escolhido foi entre 2015 e 2024, para incluir estudos recentes e relevantes sobre o tema. Os termos de pesquisa utilizados foram "Política Nacional de Saúde Integral da População Negra", "racismo", e "desigualdades raciais em saúde". Foram incluídos artigos científicos, que abordam a temática, com metodologia clara e disponíveis em texto completo, resultando em 9 estudos que se encaixaram nos critérios de pertinência ao objeto de estudo e pela contribuição para a compreensão dos entraves na implementação da política. A análise revelou que a plena implementação da PNSIPN é dificultada pelo racismo institucional e estrutural, que se configura como um dos maiores entraves. Adicionalmente, observa-se como lacuna a falta de diálogo e conscientização de gestores e profissionais da saúde no que se refere as barreiras que impedem o acesso da população negra aos serviços, ou até mesmo sua chegada a essa população. Nesse contexto, ao analisar a implementação da PNSIPN, é necessário ainda pensar a saúde a partir do território e suas especificidades, uma vez que a análise dos dados epidemiológicos revela que as iniquidades em saúde afetam desproporcionalmente a população negra, com índices piores em óbitos, mortalidade materna e infantil, além de maior prevalência de doenças crônicas, infecciosas e exposição à violência. Mesmo com às políticas históricas, a população negra e seus movimentos continuam a construir políticas emancipatórias, como a própria PNSIPN, embora a consolidação de uma saúde democrática e antirracista caminhe a passos lentos. Apesar dos avanços e das lutas, a consolidação de uma saúde democrática e antirracista para a população negra, é um processo que caminha com obstáculos, uma vez que a população negra continua enfrentando dificuldades no acesso à saúde por causa do racismo institucional e de suas ferramentas.

Palavras-chave: Políticas públicas em saúde. Saúde da população negra. Racismo.

¹ Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

² Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

ENTRE SABERES TRADICIONAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: A INSERÇÃO DAS PLANTAS MEDICINAIS NA ATENÇÃO À SAÚDE NO SEMIÁRIDO

Francisco Clébison Chaves Lopes¹
José Giovani Nobre Gomes²

O uso de plantas medicinais remonta aos primórdios da humanidade e constitui uma das formas mais antigas de cuidado à saúde, sendo especialmente valorizado em regiões como o semiárido nordestino. Nesse território, o bioma Caatinga abriga uma rica biodiversidade com grande potencial terapêutico, historicamente apropriada pelas comunidades locais. No entanto, observa-se um distanciamento entre os saberes populares e sua inserção nos serviços formais de saúde, sobretudo na Atenção Primária. Este estudo teve como objetivo identificar as políticas públicas nacionais relacionadas ao uso de plantas medicinais e analisar sua implementação no contexto do semiárido. Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, realizada por meio de pesquisa nas bases eletrônicas Scientific Electronic Library Online (Scielo), Biblioteca Virtual de Saúde (BVSMS) e Google Acadêmico. Foram usados os "Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): "Plantas Medicinais", "Atenção Primária à Saúde" e "Política de Saúde", incluindo artigos publicados até junho de 2025. Além disso, foi realizado um levantamento documental complementar. Os resultados indicam que, embora existam políticas relevantes, como a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) e a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, ambas instituídas em 2006, sua institucionalização nos serviços de saúde ainda enfrenta desafios significativos. A análise do Chamamento Público nº 3/2024, direcionado à estruturação de Farmácias Vivas, evidencia a baixa participação de municípios nordestinos entre os selecionados, apesar da expressiva tradição regional no uso dessas plantas. Além disso, muitos profissionais de saúde relatam sentir-se despreparados para orientar ou prescrever plantas medicinais e fitoterápicos com segurança e fundamentação técnica, o que ressalta a necessidade de estratégias contínuas de capacitação. Esses elementos apontam para a fragilidade da institucionalização do uso de plantas medicinais na região. Conclui-se que é urgente fortalecer a articulação entre políticas públicas, conhecimento tradicional e formação profissional, valorizando os saberes locais e a biodiversidade da Caatinga como componentes fundamentais para a promoção da saúde. Iniciativas que visem integrar o uso de plantas medicinais à atenção básica podem contribuir para a sustentabilidade do SUS, promover a autonomia das comunidades e preservar o patrimônio sociocultural do semiárido.

Palavras-chave: Plantas medicinais. Políticas públicas de saúde. Semiárido.

¹ Farmacêutico. Mestre em Saúde Coletiva. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais do Semiárido – PLANDITES/UERN.

² Enfermeiro. Doutor em Ciências da Saúde (UFRN/UERN). Docente do Curso de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

A DESTINAÇÃO DO LIXO EM SERRINHA DOS PINTOS-RN: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A SUSTENTABILIDADE EM PEQUENAS CIDADES NO SEMIÁRIDO

Valeska Eduarda dos Santos Silva¹
Maria Juliana de Queiroz²

A destinação adequada dos resíduos sólidos urbanos é um dos principais desafios enfrentados por pequenos municípios do semiárido brasileiro. Em Serrinha dos Pintos-RN, essa realidade tem passado por importantes transformações. Até recentemente, os resíduos eram depositados em um lixão a céu aberto localizado em uma escarpa ambientalmente frágil. No entanto, o município passou a destinar seus resíduos ao Ecoparque de Rodolfo Fernandes, um aterro sanitário regional que atende diversos municípios do Oeste Potiguar, contribuindo para o encerramento de lixões irregulares. Com o fechamento do antigo lixão, o terreno – de propriedade privada – foi aterrado e aguarda ações de reabilitação ambiental, como o replantio, embora ainda haja risco de descarte irregular e queimadas por moradores da zona rural. Esta pesquisa tem como objetivo analisar a atual situação da gestão dos resíduos sólidos urbanos em Serrinha dos Pintos-RN, identificando os avanços recentes, os desafios remanescentes e as perspectivas futuras, à luz da Política Nacional de Resíduos Sólidos. A metodologia adotada foi qualitativa e descritiva, baseada em revisão bibliográfica, levantamento de dados junto à Prefeitura Municipal e observação in loco. Os resultados indicam avanços importantes, como o fim do lixão, a regularidade da coleta na zona urbana e o fortalecimento da coleta seletiva. Esta última, ainda em fase inicial, enfrenta desafios estruturais, como a necessidade de um espaço mais adequado para triagem. Iniciativas de educação ambiental começaram a ser incorporadas em escolas, promovendo eventos voltados à sustentabilidade. Porém, a ausência de um Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e a fragilidade institucional ainda limitam a consolidação de uma política pública efetiva. Conclui-se que, embora os avanços sejam significativos, é essencial estruturar ações contínuas de educação ambiental, fortalecer a coleta seletiva com inclusão e elaborar um plano municipal de gestão, de modo a consolidar um sistema sustentável.

Palavras-chave: Resíduos sólidos. Sustentabilidade. Semiárido brasileiro.

¹ Graduanda em Geografia na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN (Campus Avançado de Pau dos Ferros).

² Pós-Graduanda em Educação Ambiental e Geografia do Semiárido – IFRN.

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

OCORRÊNCIA DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO-PMSB NOS MUNICÍPIOS DA BACIA HIDROGRÁFICA APODI-MOSSORÓ NO RIO GRANDE DO NORTE

Juliana Carla Morais Lopes¹

José Elesbão de Almeida²

Marcos Anderson Lisboa de Freitas³

Maria Valéria Silva Leite⁴

O Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB) estabelece, como meta a ser cumprida até 2033, a universalização do acesso aos serviços de saneamento básico, buscando ampliar e fortalecer essas ações em todo o território nacional. Nesse contexto, o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) configura-se como um instrumento essencial, que deve estar alinhado às diretrizes e metas do PLANSAB. Além disso, o PMSB é fundamental para a efetivação das políticas públicas, consolidando-se como um instrumento técnico e legal com metas definidas, capaz de contribuir com os territórios em múltiplas dimensões, promovendo um ambiente salubre e propício ao desenvolvimento social e econômico. Com isso, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a ocorrência do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) nos municípios da Bacia Hidrográfica Apodi-Mossoró, com foco nos reflexos desse instrumento enquanto política pública voltada ao saneamento ambiental no território estudado. Ainda, tem como objetivos específicos: discutir o conceito de política pública no contexto da formulação e implementação do PMSB; evidenciar o processo de elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico nos municípios da Bacia Hidrográfica Apodi-Mossoró; observar o estágio de construção e implementação dos PMSBs nos municípios que compõem a área de estudo. Quanto à natureza, a pesquisa se enquadra como exploratória, adotando os métodos bibliográfico e documental, considerando a utilização de materiais já publicados e documentos oficiais relacionados ao tema. As análises dos resultados são apresentadas por meio de tabelas e gráficos, com o propósito de demonstrar a classificação da situação dos 52 municípios em relação aos seus status sobre o plano.

Palavras-chave: Saneamento básico. Políticas públicas; Gestão ambiental.

¹ Assistente Social; Especialista em Saúde e Serviço Social; Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais do Semiárido (PLANDITES), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); E-mail: juliana20231005298@alu.uern.br.

² Doutor em Economia; Docente do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais do Semiárido (PLANDITES), da UERN. E-mail: elesbaoalmeida@uern.br.

³ Arquiteto e Urbanista; Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais do Semiárido (PLANDITES), da UERN. E-mail: marcoslisboaanderson@gmail.com

⁴ Psicóloga; Especialista em Saúde Mental, Psicopatologia e Atenção Psicossocial; Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais do Semiárido (PLANDITES) da UERN; Docente de Psicologia pela FACEP. E-mail: psivalerialeite@gmail.com.

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA PREVENÇÃO DE PARASIToses EM ESCOLARES: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ana Beatriz Moraes de Freitas¹

Natália Amorim Ramos Félix²

As parasitoses intestinais constituem um expressivo problema de saúde pública, afetando de forma significativa crianças em idade escolar. Sua elevada incidência está relacionada a contextos de vulnerabilidade socioeconômica e hábitos higiênicos inadequados. A implementação de ações de educação em saúde revela-se fundamental para a prevenção e o controle dessas enfermidades, ao incentivar práticas que minimizam a transmissão e os impactos decorrentes dessas infecções. Objetiva-se relatar a experiência vivenciada por acadêmicos de enfermagem durante a realização de uma ação de educação em saúde sobre prevenção de parasitoses com escolares em uma creche localizada no território do semiárido nordestino. Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, realizado no mês de junho de 2025, tendo como público cerca de 50 crianças de dois a cinco anos. A ação integrou o Programa Saúde na Escola e contou com a atuação de uma equipe multiprofissional, composta por enfermeiros, técnicos de enfermagem, acadêmicos de enfermagem, dentista, nutricionista e Agentes Comunitários de Saúde. A intervenção foi planejada com base nas necessidades observadas no território, onde a incidência de parasitoses está relacionada a fatores socioambientais como vulnerabilidades sociais e hábitos de higiene insuficientes. A atividade aconteceu em dois momentos, inicialmente, com a contação de uma história lúdica com utilização de fantoches, voltada à compreensão das formas de transmissão e prevenção das parasitoses. Em seguida, foi realizado um jogo educativo, que consistia na identificação de comportamentos protetivos, como uso de calçados, higienização das mãos e dos alimentos, manter unhas cortadas e evitar levar as mãos sujas à boca. As crianças foram orientadas a selecionar imagens e fixá-las em um mural coletivo, demonstrando o que haviam aprendido. A utilização de estratégias lúdicas e adaptadas à faixa etária mostrou-se efetiva para a assimilação dos conteúdos. A contação de histórias com fantoches favoreceu a atenção e a interação durante a atividade, enquanto o jogo permitiu avaliar a compreensão dos conceitos trabalhados. Todas as turmas conseguiram identificar corretamente os comportamentos protetivos, o que evidencia o êxito da metodologia utilizada. A abordagem educativa, centrada nas especificidades territoriais e socioculturais, favoreceu o engajamento das crianças e possibilitou o fortalecimento dos vínculos entre a equipe de saúde, a escola e as famílias. Considera-se que a intervenção contribuiu para a promoção da saúde infantil ao articular o cuidado coletivo com estratégias acessíveis, respeitando o contexto socioterritorial do semiárido. O trabalho reforça a importância do papel da enfermagem e da equipe multiprofissional em práticas educativas no âmbito da atenção primária.

Palavras-chave: Parasitoses. Educação em saúde. Estudantes.

¹ Discente do Curso de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN - Campus Avançado de Pau dos Ferros.

² Docente do Curso de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN - Campus Avançado de Pau dos Ferros.

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

ALCANCE DE PROGRAMAS E INICIATIVAS DE PROMOÇÃO DA ATIVIDADE FÍSICA: UM ESTUDO NO RIO GRANDE DO NORTE

Bianca Monielly de Queiroz Silva¹
Themis Cristina Mesquita Soares²

A promoção da atividade física (AF) é fundamental para a saúde pública, mas a efetividade de programas e iniciativas, na área, enfrenta barreiras de acesso e participação, sobretudo entre grupos em situação de vulnerabilidade. Avaliar o alcance dessas ações é essencial para verificar se estão sendo implementadas de forma equitativa. Esta pesquisa teve como objetivo analisar o alcance de programas de promoção da AF com foco em inclusão e equidade, observando sua eficácia na participação de diferentes grupos populacionais. Foi adotada uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, em que foi realizado um estudo de campo por meio da aplicação de entrevistas semiestruturadas com gestores de 24 municípios da 6ª Região de Saúde do Estado do Rio Grande do Norte. Para a análise, calculou-se a proporção de pessoas atendidas em relação ao total de habitantes de cada município e identificou-se o perfil do público alcançado. Os resultados mostram variações significativas: embora os percentuais sejam geralmente baixos, algumas localidades apresentaram participação relativamente expressiva, sugerindo maior adesão ou acessibilidade. Em contrapartida, certos municípios registraram cobertura inferior a 1%, indicando dificuldades na implementação. Os dados revelam que 14 municípios atendem o público geral, 3 voltam-se exclusivamente a grupos específicos (como idosos ou pessoas com obesidade) e 7 combinam ambos os formatos. Esse modelo misto pode ser estratégico para ampliar o alcance e promover cuidados diferenciados. Observou-se também a predominância de mulheres nas ações realizadas por meio dos programas, evidenciando a influência de fatores culturais e de gênero no engajamento com a AF. O acesso às atividades não é uniforme entre os municípios e reflete características e prioridades locais. Conclui-se, portanto, que o baixo índice de alcance aponta para a necessidade urgente de ampliar e qualificar as iniciativas, com estratégias mais eficazes e adaptadas às realidades regionais, garantindo o acesso equitativo aos benefícios da prática de atividade física. É fundamental que gestores e formuladores de políticas públicas considerem as desigualdades existentes, promovendo ações que realmente contemplem a diversidade social, econômica e cultural da população.

Palavras-chave: Atividade física. Alcance. Equidade.

¹ Mestranda PLANDITES- Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

² Professora PLANDITES- Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

DIMENSÃO DA POLÍTICA PÚBLICA PARADESPORTIVA NO RIO GRANDE DO NORTE

Maria do Desterro Ciriaco de Souza¹

Bianca Monielly de Queiroz Silva²

Themis Cristina Mesquita Soares³

Tendo em conta a importância do processo de inclusão da Pessoa com Deficiência na sociedade e compreendendo que na prática esportiva não deve ser diferente, estes têm o direito garantido por lei de participarem do meio esportivo de forma efetiva. Pensamos a relevância do referido trabalho, trata-se de um recorte dos resultados da pesquisa desenvolvida no mestrado, o estudo teve como objetivo analisar o desenvolvimento das políticas públicas voltadas ao paradesporto no Rio Grande do Norte. Tendo em vista que o estado do RN tinha de acordo com o IBGE cerca de 345 mil pessoas de dois anos ou mais com algum tipo de deficiência. Deste modo pensando a relevância do esporte na vida dessas pessoas é que ressaltamos a importância desse trabalho. No que tange à metodologia, trata-se de uma pesquisa descritiva de abordagem qualitativa, teve como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada, na qual participaram 10 gestores. Tendo como finalidade discutir sobre a dimensão da política paradesportiva no estado, o estudo encontrou que esta se desenvolve a partir dos programas existentes e as parcerias realizadas, quando questionados sobre os programas os respondentes citaram 7, associada a essa questão os pesquisados foram questionados sobre o alcance dessas ações, se estas têm chegado ao interior do estado, tivemos 90% dos respondentes que sinalizaram a partir de suas falas uma tentativa de interiorização das ações, o que reflete em uma iniciativa voltada ao desenvolvimento. E quando questionados sobre a existência de uma rede de cooperação, 60% disse que existe uma rede, 10% afirmou que não existe e 30% que está existindo, a partir da análise dos dados foi possível concluir que a política paradesportiva se desenvolve a partir das parcerias, e que os programas são fundamentais para que as ações aconteçam, e que muito embora a maioria dos respondentes afirma existir uma rede, entendemos que há a necessidade de uma sistematização dessa rede voltada para o paradesporto no Estado.

Palavras-chave: Paradesporto. Política pública. Desenvolvimento.

¹ Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

² Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

³ Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

SAÚDE SEXUAL E JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA: EXPERIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE NO TERRITÓRIO DO SEMIÁRIDO POTIGUAR

Rickelme Dantas da Silva¹
Ândela Aparecida Fonseca Ferreira²

A sexualidade na juventude constitui um importante campo de atenção das políticas públicas de saúde, especialmente no que se refere à prevenção das Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), à gravidez precoce e à desconstrução de tabus culturais. No território de Pau dos Ferros-RN, região do Alto Oeste Potiguar, foi desenvolvida uma intervenção educativa com foco na educação sexual de jovens universitários, à luz da Política Nacional de Educação Popular em Saúde no SUS (PNEPS-SUS), especialmente no Eixo III - Cuidado em Saúde. A ação, realizada em fevereiro de 2023, pautou-se nos princípios do vínculo, da escuta qualificada e do protagonismo dos sujeitos, promovendo o cuidado em saúde por meio do diálogo e da construção coletiva do conhecimento. O objetivo foi ampliar o acesso à educação sexual entre jovens universitários do semiárido norte-rio-grandense, fortalecendo as políticas públicas de saúde no território. Trata-se de um estudo qualitativo, do tipo relato de experiência, realizado com estudantes do curso de Letras Português da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), utilizando metodologias ativas como dinâmicas de grupo, jogos educativos, roda de conversa e entrega de material informativo. A intervenção evidenciou desconhecimento significativo sobre temas centrais da educação sexual, revelando a urgência de ações sistemáticas no ambiente universitário. Observou-se alta participação e envolvimento dos discentes, que demonstraram interesse, surpresa e reconhecimento da importância da temática abordada. Conclui-se que práticas educativas pautadas na Educação Popular em Saúde, especialmente quando alinhadas ao Eixo III da PNEPS-SUS, contribuem para o fortalecimento dos vínculos, para a promoção do autocuidado e para a ampliação territorializada do acesso das juventudes às políticas públicas de saúde.

Palavras Chaves: Políticas públicas de saúde. Educação sexual. Território.

¹ Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

² Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).



GRUPO DE TRABALHO IV
DESENVOLVIMENTO, PLANEJAMENTO E POLÍTICAS
PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

ALTERAÇÕES DOS LIMITES DAS ÁREAS TERRITORIAIS DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: UMA DISCUSSÃO A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

Antonia Teankydydys Leymange Silva Nunes¹
Josué Alencar Bezerra²

Os estados e municípios fazem parte juntamente com a União, dos entes federativos brasileiros, responsáveis pela administração político-administrativo do país, todos autônomos e dotados de poderes para legislar sobre a sua área territorial. Portanto, qualquer modificação nos limites das áreas estaduais e municipais, podem impactar na administração político-administrativa destes territórios. Dito isso, existem por todo Brasil, demandas por alterações nos limites entre os estados e/ou municípios, sejam para instituir um novo limite entre os entes federados já existentes, ou para a criação de uma nova unidade político-administrativa. Dadas circunstâncias são regulamentadas pela Constituição Federal, leis estaduais e emendas constitucionais posteriores à Carta Magna de 1988. Assim sendo, o dado trabalho tem como objetivo, discutir a legislação federal, que trata sobre a criação, incorporação, fusão, desmembramento e anexação de unidades federativas, enfatizando a menor unidade da federação – os municípios, a partir da Constituição Federal de 1988. Para tal, baseou-se em uma revisão de literatura sobre o tema, e pesquisa documental. Como resultado, verificamos que embora a Constituição Federal vigente, tenha tratado e facilitado novas configurações dos limites municipais, posteriormente foram sancionadas leis, que praticamente inibem estas situações, seja para a criação de novas unidades política-administrativas, ou nos casos, que as alterações configurem situações de desmembramentos e anexações, sem que ocorra a fundação de um novo município.

Palavras-chave: Legislação. Limites. Entes federativos.

¹ Plandites - UERN.

² Plandites – UERN.

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

BARREIRAS MOBILÍSTICAS NO ESPAÇO URBANO DE PAU DOS FERROS-RN

Francisco Galtierry Fernandes Santana¹

Daniela de Freitas Lima²

Agda Maria Castro Marques³

Marília Cavalcanti Santiago⁴

A acessibilidade urbana exerce um papel fundamental na construção de cidades inclusivas, garantindo condições adequadas de deslocamento para todos os cidadãos, principalmente, aquelas pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. O direito de ir e vir, previsto na Constituição Federal, impulsionou o desenvolvimento de políticas públicas e normas técnicas voltadas à inclusão e eliminação de barreiras físicas nos espaços urbanos. Entretanto, mesmo diante desses avanços, muitas cidades brasileiras ainda enfrentam desafios para garantir uma acessibilidade plena e efetiva. Um exemplo é o município de Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte (RN), Brasil, cuja área central concentra o principal núcleo comercial da cidade, apresentando fluxo intenso de pedestres e veículos, além de estar situada em uma região de topografia acentuada. Esse setor tem passado por um processo de expansão da infraestrutura urbana, impulsionado pelo crescimento da atividade econômica local, o que reforça a necessidade de avaliar em que medida esse desenvolvimento tem considerado os princípios da universalidade de acesso. Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo analisar as barreiras mobilísticas presentes no espaço urbano de Pau dos Ferros/RN. Para tanto, foram realizadas visitas *in-loco* com observação direta e registros fotográficos, por meio das quais foram levantadas as vagas de estacionamento disponíveis, inclusive as destinadas a pessoas com deficiência, além de identificadas ocupações irregulares do passeio público e obstruções em rampas de acesso. Os resultados apontaram que a quantidade de estacionamentos disponíveis na área comercial de Pau dos Ferros é insuficiente frente ao fluxo constante de veículos particulares, o que tem levado a recorrentes práticas de estacionamento irregular. Como consequência, foram registradas obstruções em calçadas e rampas de acesso, comprometendo a mobilidade dos pedestres, e uso indevido de vagas reservadas a pessoas com deficiência. Além disso, também foram identificadas inadequações na infraestrutura, incluindo calçadas estreitas, com presença de materiais publicitários que bloqueiam a passagem, desníveis e ausência de piso tátil. Conclui-se que, embora existam normativas legais e técnicas que orientem a acessibilidade, a ausência de fiscalização e intervenções estruturais comprometem sua efetivação, mantendo distante a concretização de um ambiente urbano inclusivo e seguro para todos os cidadãos.

Palavras-chave: Acessibilidade urbana. Mobilidade. Pessoa com deficiência.

¹ Graduando em Engenharia Civil pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, Pau dos Ferros/RN, Brasil.

² Professora lotada no Departamento de Engenharias e Tecnologia, Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, Pau dos Ferros/RN, Brasil.

³ Mestranda em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, Pau dos Ferros/RN, Brasil.

⁴ Engenheira Civil e Mestre em Engenharia Civil pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Campina Grande/PB, Brasil.

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

GESTÃO PÚBLICA, PLANEJAMENTO TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE: UM ESTUDO SOBRE A LEI 1766/21 E O PLANO DIRETOR DE PAU DOS FERROS-RN

Natália Cristina Vieira de Melo Lima¹
Daiane Kelly de Queiroz²

Este estudo tem como objetivo analisar como a Lei Municipal nº 1766/2021, que institui a política de incentivo ao desenvolvimento territorial e setorial em Pau dos Ferros/RN, pode contribuir para corrigir vulnerabilidades no ordenamento territorial, a partir de políticas públicas voltadas ao meio ambiente. A pesquisa se justifica pela necessidade de integrar instrumentos legais já existentes — como a Lei 1766/21 e o Plano Diretor Participativo — de forma articulada, visando à sustentabilidade e ao desenvolvimento urbano responsável. O problema central da pesquisa questiona se a referida lei, aplicada por meio de chamadas e editais públicos, tem sido efetiva na resolução de fragilidades ambientais identificadas no município. A metodologia adotada é de caráter qualitativo, exploratório e descritivo, e envolveu três etapas: pesquisa bibliográfica, documental e de campo, com entrevistas aplicadas a gestores públicos municipais. A análise foi feita com base na comparação entre os dados empíricos e os referenciais legais e teóricos levantados. Os resultados indicam que, apesar de avanços em áreas como coleta seletiva, erradicação do lixo e implementação da educação ambiental, ainda há desafios significativos, como o desconhecimento da Lei 1766/21 por parte dos gestores, a inexistência de editais voltados ao tema ambiental, e fragilidades em políticas de arborização e proteção de mananciais. A pesquisa mostra que, se devidamente divulgada e aplicada, a Lei 1766/21 pode atuar como ferramenta estratégica para impulsionar ações ambientais intersetoriais e fortalecer a governança territorial no município. Considera-se, portanto, que a articulação entre o Plano Diretor e a Lei 1766/21 possui grande potencial de transformação local. Recomenda-se ampliar a divulgação da política de incentivo, fomentar parcerias público-privadas e estimular a participação social na formulação de projetos ambientais. A pesquisa também aponta a importância de continuidade do monitoramento e avaliação das ações propostas, contribuindo para um modelo de planejamento territorial mais justo e sustentável.

Palavras-chave: Políticas públicas. Ordenamento territorial. Meio ambiente.

¹ Graduanda em Administração pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. Email: melolima@alu.uern.br.

² Graduada em Economia e Mestra em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido - PLANDITES/UERN. Email: daianekellysm@gmail.com.

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

ORDENAMENTO URBANO E POLÍTICAS HABITACIONAIS NO MUNICÍPIO DE PAU DOS FERROS-RN: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Rafaela Duarte de Almeida¹
Ângelo Magalhães Silva²

Este trabalho analisa criticamente o ordenamento urbano e as políticas habitacionais no município de Pau dos Ferros/RN, cidade de porte intermediário no Alto Oeste Potiguar. Por meio de uma revisão integrativa de literatura, foram examinados artigos publicados nos últimos 10 anos, utilizando-se bases como SciELO, ResearchGate e Periódicos da CAPES. A pesquisa foi estruturada em duas categorias: (1) produção e disparidades do espaço urbano e (2) organização fundiária, imobiliária e habitacional. Os resultados evidenciam que a expansão urbana do município ocorreu de forma desigual, marcada por especulação fundiária, processos periféricos de urbanização e falhas de infraestrutura. A atuação do Estado, via programas habitacionais como o Minha Casa Minha Vida, contribuiu para o crescimento urbano, mas não resolveu o déficit habitacional nem reduziu a segregação socioespacial. Bairros como São Geraldo, Chico Cajá e Manoel Deodato exemplificam diferentes expressões da urbanização desigual, refletindo a lógica de valorização do solo e ausência de planejamento territorial eficaz. Conclui-se que as políticas públicas devem superar abordagens setoriais e fragmentadas, incorporando instrumentos de planejamento integrador e territorializado, com vistas à justiça socioespacial e ao direito à cidade.

Palavras-chave: Ordenamento urbano. Políticas habitacionais. Semiárido.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido – PLANDITES, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: rafaela20241005658@alu.uern.br

² Doutor em Ciências Sociais (PPGCS/UFRN). Professor do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido – PLANDITES/UERN. E-mail: angelomagalhaes@ufersa.edu.br

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

INFLUÊNCIA DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS NO ORDENAMENTO URBANO DE PAU DOS FERROS-RN

Maria Natália Fernandes Noronha¹

Maria Cleide Nunes²

Valentina Raquel Aires dos Santos³

Ingrid Fialho de Miranda⁴

Luálison Lentine da Costa Monte⁵

O presente trabalho analisa a influência das atividades econômicas no ordenamento urbano de Pau dos Ferros/RN, destacando seu papel fundamental para um desenvolvimento urbano sustentável e equilibrado nos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Diante dos desafios da urbanização desordenada e das pressões ambientais, o estudo busca compreender como o ordenamento urbano pode contribuir para o crescimento econômico e o aumento do fluxo populacional da cidade. Nesse contexto, formula-se a seguinte questão problema: Como a interação entre as atividades econômicas e a urbanização tem impactado o ordenamento do espaço urbano em Pau dos Ferros/RN? Tendo como objetivo investigar a relação entre a urbanização e as atividades econômicas, considerando o impacto dessas dinâmicas no espaço urbano. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, baseada em revisão bibliográfica de artigos e livros especializados. Dessa forma, o estudo pretende contribuir para um planejamento territorial mais eficiente, promovendo o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população. Os resultados indicam o potencial de Pau dos Ferros para alcançar maior autonomia e desenvolvimento econômico regional, consolidando-se como uma cidade de representatividade urbana. Por fim, o estudo ressalta o papel das cidades médias no desenvolvimento econômico e na descentralização do crescimento urbano, apontando para a necessidade de políticas públicas voltadas para a valorização dessas localidades. O caso de Pau dos Ferros/RN exemplifica como o fortalecimento de atividades econômicas, aliado a investimentos em infraestrutura e políticas sociais, pode contribuir para a autonomia e o crescimento regional, reduzindo a dependência de grandes centros urbanos.

Palavras-chave: Desenvolvimento econômico. Rede urbana. Pau dos Ferros-RN.

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES - UERN/PAU DOS FERROS).

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES - UERN/PAU DOS FERROS).

³ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES - UERN/PAU DOS FERROS).

⁴ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES - UERN/PAU DOS FERROS).

⁵ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES - UERN/PAU DOS FERROS).

**ENSAIO TEÓRICO: O TERRITÓRIO COMO BASE
ESTRATÉGICA DE PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL**

Laiane Freire Gurgel ¹

Sara Taciana Firmino Bezerra²

Larissa da Silva Ferreira Alves³

O território deve ser considerado elemento fundamental no planejamento e na condução das políticas públicas. As ações do Estado precisam partir de uma leitura sensível e estratégica do território, observando suas desigualdades internas, suas potências e seus bloqueios. Pensar o território implica reconhecer que ele é fruto de relações desiguais de poder e, portanto, exige abordagens políticas que enfrentem essas assimetrias, com foco na promoção da justiça social e na democratização do acesso aos bens e serviços públicos. A abordagem territorial pode contribuir para a construção de políticas públicas mais integradas, equitativas e comprometidas com o desenvolvimento regional. Trata-se, portanto, de reconhecer o território não apenas como espaço de intervenção, mas como elemento vivo, relacional e político, que deve estar no centro das decisões públicas. **Objetivo:** discutir o papel do território como base estratégica para o planejamento e o ordenamento das políticas públicas no Brasil, a partir de uma leitura crítica e ampliada do conceito. **Metodologia:** O presente ensaio teórico originou-se a partir das discussões realizadas em sala de aula através da disciplina Planejamento Territorial e Políticas do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES) da Universidade do Estado do Rio Grande Norte (UERN). As referências utilizadas para a construção deste trabalho foram as referências basilares disponibilizadas pelos professores da disciplina. **Resultados:** O território não é apenas um espaço físico, mas uma construção política e social resultante de múltiplas ações, entre as quais o Estado exerce papel central. Ao implementar políticas públicas, o Estado organiza, transforma e influencia diretamente o território. Contudo, essa atuação nem sempre gera equidade, muitas vezes reforçando desigualdades e centralizações. O papel do Estado sobre o território exige mais que ação técnica. É necessário compromisso com a equidade, escuta ativa dos territórios e articulação entre diferentes atores sociais e institucionais para garantir um desenvolvimento mais justo e sustentável. A estrutura federativa brasileira, embora constitucionalmente bem definida desde 1988, enfrenta desafios significativos para sua efetiva operacionalização, sobretudo na articulação entre os diferentes níveis de governo e na gestão territorial integrada. A descentralização formal garante a divisão de competências entre União, estados e municípios, mas a prática mostra frequentes conflitos de atribuições e sobreposições, o que dificulta a construção de políticas públicas coerentes e contínuas em âmbito territorial. Em suma, o federalismo brasileiro apresenta uma base legal sólida, mas sua efetivação enfrenta obstáculos históricos, culturais e institucionais. Superar essas barreiras exige investimento em capacidades locais, construção de pactos federativos efetivos e uma mudança cultural em relação ao

¹ Enfermeira. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido.

² Professora Doutora do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido.

³ Professora Doutora do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido.

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

ordenamento territorial, valorizando o diálogo e a cooperação entre os diversos níveis de governo e atores sociais. A região, enquanto construção político-administrativa e socioespacial, assume papel central nesse debate por permitir a mediação entre escalas locais e nacionais, servindo como base para o desenho e implementação de estratégias diferenciadas de desenvolvimento. O processo de regionalização, nesse contexto, deve ser entendido não apenas como recorte técnico ou geográfico, mas como ferramenta que organiza a ação pública e busca reconhecer as especificidades dos espaços. Tal recorte contribui para a gestão territorial ao considerar desigualdades históricas, vocações econômicas e redes urbanas regionais. O território, região e planejamento devem ser concebidos de forma integrada, como dimensões complementares para enfrentar os desafios sociais e espaciais do Brasil. Superar práticas fragmentadas e tecnocráticas requer uma mudança profunda na cultura de planejamento, que valorize os territórios como sujeitos ativos das políticas públicas e promova um ordenamento territorial comprometido com a equidade e a justiça. Em síntese, integrar a dimensão territorial às políticas públicas não é apenas uma questão técnica, mas sobretudo política e estratégica. Requer vontade institucional, capacidade de articulação intergovernamental e valorização das vozes locais. O planejamento territorial, urbano e regional deve ser orientado por princípios de justiça socioespacial, sustentabilidade e inovação, de modo a garantir um desenvolvimento mais equilibrado, inclusivo e enraizado nos territórios. **Considerações finais:** foi possível aprofundar a compreensão do território como uma construção social, política e econômica fundamental para o planejamento e a formulação de políticas públicas no Brasil. A partir da análise das contribuições teóricas e dos estudos empíricos, evidencia-se que o território não pode ser tratado como um mero espaço físico ou como um recorte administrativo descolado das dinâmicas sociais. Pelo contrário, ele é um elemento vivo, que reflete e molda relações de poder, desigualdades e potencialidades.

Palavras-chaves: Território. Planejamento. Políticas públicas.



ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

PARA ONDE CAMINHA A POLÍTICA TERRITORIAL BRASILEIRA? UM DEBATE SOBRE O FINANCIAMENTO DA POLÍTICA URBANA E AMBIENTAL NO BRASIL E A REALIDADE DE PEQUENOS MUNICÍPIOS DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

Marianna Almeida Nascimento¹

Larissa da Silva Ferreira Alves²

A presente pesquisa tem objetivo analisar o modelo de financiamento da política territorial brasileira, com foco na interface entre as políticas urbana e ambiental, identificando seus impactos na efetividade e na integração das ações e programas voltados para o desenvolvimento urbano sustentável e a proteção ambiental no Brasil, com foco na autonomia dos municípios para o planejamento e desenvolvimento de suas ações. A partir do método institucionalista, muito fortemente em sua vertente do institucionalismo histórico, buscaremos compreender melhor os efeitos do atual modelo de financiamento na realidade de pequenos municípios do Semiárido brasileiro. Para tanto, será levantado referencial teórico bibliográfico e documental sobre políticas territoriais, com foco no urbano e ambiental, entrevistas com gestores públicos municipais do Alto Oeste potiguar, semiárido brasileiro, levantamento de gastos públicos a partir da análise de peças orçamentárias e de execução de despesas, tal como a Lei Orçamentária Anual (LOA), Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD), e dos RREO – Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária dos municípios do Alto Oeste Potiguar, além de demais fontes de dados quali-quantitativas. Espera-se ter um panorama dos gastos públicos quando a política em foco na região e refletir na proposição de caminhos e possibilidades para um modelo de financiamento de política territorial urbana e ambiental que vise maior autonomia no planejamento e ações aos pequenos municípios do Semiárido.

Palavras-chave: Políticas públicas territoriais. Financiamento. Alto Oeste Potiguar.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) – Campus Pau dos Ferros. Pós-Graduanda em Educação Ambiental e Geografia do Semiárido (IFRN).

² Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Professora Adjunta do Departamento de Geografia e Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN, Campus de Pau dos Ferros.

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

AS LIMITAÇÕES DA AUTONOMIA DOS MUNICÍPIOS NO FEDERALISMO BRASILEIRO E A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO URBANO

Renato Filgueira Alves¹
Francisco do O' de Lima Júnior²

As preocupações com a organização federativa brasileira têm sido frequentemente retomadas principalmente no que concerne aos limites das garantias formais da autonomia dos municípios. Neste sentido, o presente trabalho tem por objetivo estudar esta autonomia especialmente no contexto do desenvolvimento urbano, para entender como as limitações financeiras e de gestão impactam a eficácia da governança local. Para tanto, a metodologia empregada consiste em análise bibliográfica, para basilar a discussão sobre a autonomia municipal no cenário federativo. Neste contexto, o federalismo brasileiro se traduz na organização do Estado em entes federativos autônomos entre si (União, Estados e Municípios). Cada ente possui competências particulares e outras comuns, estabelecidas pela Constituição Federal de 1988. A autonomia dos municípios é assegurada constitucionalmente (Art. 34) por meio de princípios como os poderes de auto-organização, autogoverno, normativo próprio, autoadministração e a autonomia financeira, instrumentalizada pela decretação de tributos e aplicação das rendas municipais (MEIRELLES, 2021). No entanto, a pauta do desenvolvimento urbano no Brasil não passou por uma reforma propositada do Estado visando uma descentralização efetivamente autônoma, em todos os sentidos do termo para os entes federados. Isso se evidencia pela deficitária autonomia financeira dos municípios, que, diante da ausência de fontes de recursos próprias e estáveis, somada à não estruturação de um sistema com uma hierarquização clara e formalizada das competências de gestão, impede uma governança urbana mais eficiente e responsiva às demandas locais (ROLNIK, KLINK, 2011). Em consequência de uma autonomia formal, mas não plena, dos municípios, o país tende a sofrer problemas de coordenação dos objetivos gerais de desenvolvimento e da implementação de políticas públicas, chegando a gerar competição entre os diferentes níveis de governo em vez de colaboração. Tal competição, inflada por "barganhas federativas" e "guerras fiscais", acaba por mitigar a capacidade de coordenação do Estado e as políticas de fomento (PEREIRA SILVA, 2013). Conclui-se que a formalidade da autonomia municipal contrasta com uma dependência financeira significativa, proveniente de repasses e convênios, em conjunto com o binômio assimétrico entre competências e receitas tributárias. Isso restringe a capacidade dos municípios de planejar e executar políticas públicas autônomas e eficazes.

Palavras-chave: Autonomia financeira municipal. Federalismo brasileiro. Planejamento de políticas públicas.

¹ Mestrando do Programa de Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (PLANDITES - UERN); E-mail: renato20241005630@alu.uern.br

² Professor do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri (URCA); Pesquisador Bolsista PDS-CNPQ; E-mail: lima.junior@urca.br

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

BRICS E O CENÁRIO GEOPOLÍTICO MUNDIAL

Augusto Cezar Vieira de Souza¹
Carla Camila Gomes Freitas²

O presente trabalho analisa as ações do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) no contexto geopolítico e econômico internacional, com uma centralidade para condutas no desenvolvimento e planejamento do semiárido. A pesquisa tem como objetivo compreender o papel do bloco na reorganização das estruturas de poder global, destacando seu crescimento econômico em diversas áreas financeiras como exemplo a agricultura e a extração de matéria-prima, além das suas alternativas para um modelo político multilateral que possa auxiliar áreas em desenvolvimento, como o semiárido que contém a agricultura e o extrativismo como setor primário de sua economia. A metodologia utilizada é quantitativa, com análise documental de relatórios oficiais e dados econômicos, além de uma análise qualitativa que examina discursos políticos recentes e suas implicações para o desenvolvimento sustentável. Os principais resultados apontam para a consolidação do BRICS como um agente estratégico na promoção do multilateralismo, na defesa do Sul Global e na formulação de novas propostas de governança global, como o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), que pode ser um instrumento crucial para financiar projetos de desenvolvimento em regiões semiáridas. O estudo conclui que o BRICS representa um esforço concreto de países emergentes por maior protagonismo e autonomia no sistema internacional, com potencial para influenciar positivamente o planejamento e a implementação de políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável em contextos desafiadores, como o semiárido.

Palavras-chave: BRICS. Economia global. Governança internacional.

¹ Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

² Universidade Estadual do Ceará (UECE).

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

POLÍTICAS FISCAL E MONETÁRIA NO GOVERNO LULA (2003-2010): UMA ABORDAGEM CONTEMPORÂNEA

Claudenilza da Silva Fernandes¹
Viviane Kalyne Queiroz de Lima²

O presente artigo tem como objetivo analisar as políticas fiscal e monetária adotadas pelo governo Lula, nos seus dois primeiros mandatos, de 2003 a 2010, com foco na estabilização econômica e nos desafios econômicos enfrentados. Para esse estudo foi adotado uma abordagem descritiva e comparativa a partir de pesquisas bibliográficas e dados estatísticos de fontes acadêmicas e institucionais, além da análise de indicadores macroeconômicos do período. Os resultados obtidos constam que no primeiro mandato prevaleceu uma política fiscal contracionista focada na obtenção de superávits primários e no controle da dívida pública, enquanto no segundo mandato houve maior flexibilização fiscal, com expansão de gastos sociais, aumento real do salário mínimo e investimentos em infraestrutura, combinada com a expansão do crédito às empresas e ao consumidor, visando estimular a produção e o consumo das famílias. Na política monetária, verificase o uso rigoroso da taxa Selic, para controlar a inflação e atrair a credibilidade dos agentes financeiros internacionais. A comparação com outros países latino-americanos evidencia que o Brasil apresentou trajetória de crescimento moderado, com avanços na distribuição de renda e resistência superior à crise de 2008, sustentada pelas políticas macroeconômicas adotadas e pela continuidade de diretrizes que fortaleceram a confiança interna e externa na economia brasileira.

Palavras chaves: Governo Lula. Estabilidade. Crédito.



¹ Graduanda do curso de Ciências Econômicas da UERN, Campus de Pau dos Ferros/RN. E-mail: claudenilzasilva@alu.uern.br.

² Graduanda do curso de Ciências Econômicas da UERN, Campus de Pau dos Ferros/RN. E-mail: vivianekalyne.vivi@hotmail.com.

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

MULHERES RURAIS E POBREZA: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE EMPODERAMENTO NO RIO GRANDE DO NORTE

Cynthia Girlaine da Silva Oliveira¹

O trabalho analisa os desafios enfrentados por mulheres rurais em situação de pobreza no Rio Grande do Norte e as estratégias de empoderamento utilizadas por elas para superar as desigualdades. A pesquisa parte do pressuposto de que a pobreza, quando atravessada por questões de gênero, assume formas específicas, que exigem respostas igualmente específicas das políticas públicas e da ação coletiva. O objetivo principal do estudo foi compreender os desafios e identificar estratégias de empoderamento no combate à pobreza. A metodologia adotada foi qualitativa e descritiva, com base em dados secundários do Censo agropecuário, dados institucionais locais e aplicação de questionários com mulheres participantes das feiras agroecológicas de Mossoró/RN. Foram investigados aspectos como o perfil socioeconômico, acesso a políticas públicas, participação em cooperativas/associações, capacitações e estratégias produtivas adotadas. Os resultados demonstram que, apesar das adversidades como baixa renda, falta de acesso a crédito, restrições à terra e dupla jornada de trabalho, as mulheres rurais constroem alternativas por meio de quintais produtivos, participação em feiras, capacitações e iniciativas coletivas. A atuação em meios coletivos, especialmente via cooperativas e associações, foi apontada como fator principal de empoderamento econômico dessas mulheres. Conclui-se que políticas públicas voltadas à agricultura familiar, a capacitação e ao incentivo ao cooperativismo são fundamentais para o enfrentamento da pobreza rural feminina. O estudo reafirma a importância de considerar a perspectiva de gênero no planejamento territorial e no desenvolvimento sustentável do semiárido.

Palavras-chave: Mulheres rurais. Pobreza. Empoderamento.



¹ Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. E-mail: oliveiracynthiasilva@gmail.com

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

O FINANCIAMENTO NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – UM OLHAR SOBRE OS DESEMBOLSOS DO BNDES E BNB NO SEMIÁRIDO NORDESTINO

Daiane Kelly de Queiroz¹

José Elesbão de Almeida²

O propósito deste artigo é fazer uma análise sobre o papel do sistema monetário e do mercado financeiro nacional, com vetores impulsionadores do desenvolvimento regional, com ênfase particular para o caso da região Nordeste do Brasil. A análise se voltará para o papel desempenhado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), notadamente no que se refere ao fomento do desenvolvimento das áreas mais carentes do país, particularmente do semiárido nordestino. A principal questão que motivou o desenvolvimento deste trabalho consiste em averiguar qual a importância desempenhada pelo crédito e pelo sistema monetário no financiamento do desenvolvimento regional. A maioria dos estudos concentra-se em discutir as questões econômicas, sociais, ambientais e o problema da concentração industrial em nível espacial. No entanto, acabam quase sempre por excluir a importância do papel da moeda como elemento financiador e impulsionador do crescimento e do desenvolvimento econômico. O desenvolvimento não pode ser analisado de forma isolada, sem considerar o papel exercido pelo capital monetário. Importantes investimentos nacionais foram desempenhados por intermédio da atuação de grandes bancos, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil (BB) e Banco do Nordeste do Brasil (BNB). O fluxo monetário tem desempenhado importantes funções como vetores propulsores da expansão da atividade econômica no semiárido nordestino. Para a consecução deste trabalho, recorreremos a uma base de dados estatísticos disponibilizada pelo BNDES e BNB, além de levantamento de algumas referências importantes sobre o referido tema. Foi utilizada como referência alguns autores especializados na literatura econômica regional, tais como Cano (2002), Almeida (2004), Brandão (2019) e Araújo (1997), além de documentos e relatórios divulgados pelo BNB, BNDES e IPEIA. Como resultado, constatamos que a atuação do mercado de capitais no Nordeste teve início na década de 1950, com a criação dos Bancos de Desenvolvimento (BNB e BNDE). No entanto, os investimentos financeiros na região foram impulsionados pela atuação da Sudene, na década de 1960. Nos anos 1980-90, em virtude da severa crise fiscal e financeira que se abateu sobre o país, houve uma redução drástica no financiamento do desenvolvimento regional, sobretudo no Nordeste. No que se refere à atuação do mercado de capitais na região, ressalta-se que o mesmo só exerceu importância a partir de meados dos anos 2000, com a ampliação do crédito para a execução de projetos de desenvolvimento. Em síntese, os dados demonstram que o fluxo monetário é essencial para dinamizar o desenvolvimento, uma vez que favorece o financiamento de importantes empreendimentos, garantindo a expansão entre os setores econômicos, gerando emprego e renda.

Palavras-Chave: Crédito. Desembolsos monetários. Desenvolvimento.

¹ Graduada em Economia e Mestra em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido pelo PLANDITES/UERN. E-mail: daianekellysm@gmail.com.

² Doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, professor permanente do PLANDITES/UERN e do Departamento de Economia/UERN/CAPF. Email: elesbaoalmeida@uern.br

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

ALTERNATIVAS AO LIBERALISMO ECONÔMICO À LUZ DE KARL POLANYI: ECONOMIA SOLIDÁRIA, DECRESCIMENTO E JUSTIÇA SOCIAL

Valentina Raquel Aires dos Santos¹

Ingrid Fialho de Miranda²

Luálison Lentine da Costa Monte³

Maria Natália Fernandes Noronha⁴

Anderson Rodrigues de Sousa⁵

O presente artigo, trata-se de um estudo de caso descritivo e analítico a partir da obra "A Grande Transformação" de Karl Polanyi (1944), e os casos das Redes Bodegas (CE) e Xique-Xique (RN), analisando criticamente os limites do liberalismo econômico, tomando como base para refletir sobre alternativas que promovam o equilíbrio entre economia, sociedade e meio ambiente. Polanyi argumenta que o mercado autorregulado não surgiu de maneira espontânea, mas foi construído por meio de intervenções institucionais, ao custo da mercantilização de elementos essenciais como trabalho, terra e dinheiro. Essa mercantilização, segundo o autor, gerou profundas crises sociais e ambientais. A partir de sua crítica, o estudo apresenta propostas contemporâneas que dialogam com sua visão, como o decrescimento econômico, a renda básica universal e as práticas da economia solidária. Destacam-se os exemplos das Redes Bodegas (CE) e Xique-Xique (RN), iniciativas enraizadas no semiárido nordestino que demonstram a viabilidade de alternativas ao modelo capitalista hegemônico. O artigo reforça que a transição para um modelo econômico mais sustentável e justo depende do fortalecimento de políticas públicas inclusivas, da valorização das práticas comunitárias e da integração entre economia, justiça social e sustentabilidade ambiental.

Palavras-chave: Liberalismo econômico. Economia solidária. Decrescimento. Justiça social. Semiárido nordestino.

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES - UERN/PAU DOS FERROS).

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES - UERN/PAU DOS FERROS).

³ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES - UERN/PAU DOS FERROS).

⁴ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES - UERN/PAU DOS FERROS).

⁵ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES - UERN/PAU DOS FERROS).

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

A INTEGRAÇÃO DO NORDESTE BRASILEIRO AO SISTEMA DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS CHINESES: OPORTUNIDADES E DESAFIOS

Gabriela Cipriano Soares Nogueira¹

Jeisla Larissa de Oliveira²

A expansão comercial da China tem desempenhado um papel fundamental no cenário global, nos últimos trinta anos, oferecendo produtos sofisticados a preços acessíveis, a todos os países que integram acordos de intercâmbio comercial. Nas últimas décadas, esse mercado se expandiu significativamente para países como o Brasil, que tem se beneficiado não apenas da abertura de mercado para produtos primários, mas também com a importação de bens duráveis, máquinas, equipamentos e automóveis (Sarmiento, 2021). Essa abertura gerou novas oportunidades para países em desenvolvimento e impulsionou o papel estratégico do comércio exterior. Nos últimos anos, as relações entre Brasil e China se intensificaram, especialmente a partir de 2009, quando aquele país passou a demonstrar maior interesse pelos recursos naturais brasileiros. Em 2010, o Brasil recebeu 62,7% dos investimentos chineses no mundo (CEBC, 2013). Esse processo está relacionado à política de internacionalização da economia chinesa (Biato, 2010; Pereira, 2018) e à abertura comercial brasileira dos anos 1990 (Costa, 2018), com impactos significativos sobre o comércio e a infraestrutura. Este estudo tem como objetivo analisar a integração do Nordeste ao sistema de comércio e investimentos chineses, na perspectiva de identificar os setores econômicos mais favorecidos, os gargalos estruturais, os impactos econômicos e as políticas públicas envolvidas. A metodologia adotada consiste em uma revisão de literatura sobre o comércio sino-brasileiro e uma compilação de dados estatísticos e documentais do Conselho Empresarial do Brasil. A pesquisa se caracteriza como uma abordagem qualitativa e caráter descritivo e explicativo. Resultados parciais apontam que o Nordeste possui áreas estratégicas com potencial de atração de investimentos chineses, como o agronegócio, energia renovável, infraestrutura e fruticultura irrigada (Braga; Melo; Holanda, 2015). Entretanto, fatores como deficiência logística, baixo nível de inovação e de integração das cadeias produtivas da indústria regional criam limites para avanços e melhor aproveitamento desse intercâmbio comercial. Ainda assim, a presença chinesa tem gerado efeitos econômicos relevantes em estados como Bahia, Pernambuco e Ceará. Embora haja riscos como a reprimarização da economia (Paulino, 2009), a integração sino-nordestina pode representar uma oportunidade estratégica de dinamização econômica regional, desde que acompanhada de políticas públicas eficazes.

Palavras-chave: Brasil. China. Nordeste.

¹ Graduada em Economia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN e aluna do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido – PLANDITES/UERN. E-mail: gabrielaciprianosoares@gmail.com

² Graduada em Economia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN e aluna do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido – PLANDITES/UERN. E-mail: jeislalarissa@alu.uern.br

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

ECONOMIA DO MARANHÃO: UM RETRATO DO SEU COMÉRCIO INTERNACIONAL ENTRE OS ANOS DE 2018 A 2023

Gizelly Nunes da Silva¹
Jefferson Ferreira de Oliveira²

A historiografia do estado do Maranhão confunde-se com a do Brasil, pois o seu surgimento ocorreu com a implantação das capitanias hereditárias pelo governo português em 1934. Da mesma forma foi com sua economia, que desde o princípio, de sua existência, ocorre a predominância do setor primário, sendo que no passado tinha como principal produto, o algodão e na contemporaneidade, quem reina, é a soja. Assim, o estado apresenta em seu bojo as características agrárias e agrícolas implantadas desde a sua fundação. Não sendo coincidente que ainda, recentemente, figure entre os entes federativos mais pobres da república. Com isso, nosso objetivo foi de apresentar o retrato da economia maranhense, por meio dos produtos que exporta e importa, evidenciando a variabilidade que sua balança comercial apresentou entre os anos de 2018 até 2023. Assim, a metodologia do presente trabalho foi a realização, inicial, de um levantamento bibliográfico e documental, com o caráter descritivo em uma abordagem quantitativa, que em conjunto com as equações matemáticas encontramos os valores e porcentagens dos índices de grau de abertura comercial, da participação nas exportações, de vantagem comparativa revelada e de posição de mercado com a finalidade de expor a trajetória da economia maranhense no período aferido. Como resultado, observamos que o estado teve, sempre, como relevante produto ofertado ao mercado internacional, bens do gênero primário, onde nos primórdios, foi o algodão, até a primeira década do século XXI, a alumina calcinada, sendo ultrapassada, na segunda década deste século, pela soja. E que ao passar dos anos o Maranhão encontra-se cada vez mais dependente da elasticidade que o mercado externo apresenta com a demanda dos bens primários da economia.

Palavras-chave: Balança comercial do Maranhão. Grau de abertura comercial. Vantagem comparativa.

¹ Discente do curso de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte do Campus Avançado de Pau dos Ferros (CAPF-UERN). gizellynunes@alu.uern.br

² Discente do curso de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte do Campus Avançado de Pau dos Ferros (CAPF-UERN). jeffersonoliveira@alu.uern.br

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

IMPACTOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DE CULTURAS DE SEQUEIRO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS DE ADAPTAÇÃO

Jose Victor Alves de Moura¹
Andreza Tacyana Felix Carvalho²

As mudanças climáticas têm provocado significativas mudanças nos padrões de precipitações e na temperatura global com as últimas quatro décadas sendo as mais quentes desde 1850, segundo o 6º Relatório de Avaliação do IPCC (2021). De acordo com Mesquita et al (2014), às mudanças climáticas são uma das principais ameaças à sustentabilidade social e ecológica na região semiárida. Desse modo, a presente pesquisa tem como objetivo, analisar os impactos das mudanças climáticas sobre as culturas de sequeiro no semiárido brasileiro, com foco nos cultivos de milho e feijão-caupi. Ainda de acordo com o IPCC (2021), a região Nordeste poderá enfrentar um aumento de eventos extremos como secas prolongadas e ondas de calor, que irão gerar impactos negativos tanto sobre os sistemas socioeconômicos quanto os ecológicos. Com relação às temperaturas, os estudos demonstram que o aumento da temperatura média já supera 1,0 °C em relação ao período pré-industrial, que agrava ainda mais o déficit hídrico da região (IPCC, 2021; Brasil, 2023). A redução do período chuvoso e da imprevisibilidade da estação chuvosa, dificulta a gestão da produção agrícola, principalmente para os pequenos agricultores que praticam o sistema de agricultura de sequeiro. Os veranicos, tornaram-se mais frequentes e imprevisíveis, de acordo com relatos de agricultores e pesquisas locais (MESQUITA et al, 2014; Costa e Carvalho, 2024). Nesse contexto, as mudanças climáticas na região Semiárida, estão se intensificando e trazendo à tona as limitações naturais do território, o que exige pensar em uma reestruturação das práticas agrícolas, visando mitigar e prevenir os impactos das alterações climáticas. As culturas de milho e feijão-caupi, tradicionais da agricultura de sequeiro no semiárido, são afetadas diretamente pelas mudanças climáticas. A escassez e a irregularidade das chuvas, com o aumento da temperatura, têm gerado uma redução significativa na produtividade dessas culturas. Muitos dos agricultores relataram dificuldade de controlar ou se prevenir frente a essas mudanças, principalmente pela falta de assistência técnica e de insumos adequados (MESQUITA et al., 2014). Entre as práticas e tecnologias já empregadas no semiárido, cabe destaque para a construção de cisternas para a captação de água da chuva; o uso de sementes crioulas, e a adoção de sistemas agroecológicos (MMA, 2016). Contudo, percebe-se que a aplicação dessas práticas é limitada. Há uma carência de políticas públicas contínuas que ofereçam assistência técnica e subsídios aos pequenos agricultores. A principal base da agricultura familiar no Semiárido é o sistema de cultivo de sequeiro. Entretanto, esse sistema de produção é exclusivamente dependente das chuvas sazonais, o que o torna sensível às alterações climáticas. Diante desse cenário, é crucial buscar uma agricultura mais sustentável e adaptada aos impactos das mudanças climáticas.

Palavras-chave: Mudanças climáticas. Agricultura de sequeiro. Semiárido brasileiro.

¹ Pós-Graduando no Programa de Pós-graduação em Geografia – PPGeo (UERN) E-mail: vitor.alves16A@gmail.com

² Professora Adjunta do Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Campus Avançado de Pau dos Ferros (UERN/CAPF) e do Programa de Pós-graduação em Geografia da UERN. E-mail: andrezafelix@uenr.br.

O IMPACTO DA INSTALAÇÃO DE PARQUES EÓLICOS SOBRE A RENDA DO SETOR AGRÍCOLA EM MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL

Magnus Kelly de Oliveira Pinheiro¹

Daniel de Abreu Pereira Uhr²

Francisca Wigna da Silva Freitas³

Este artigo analisa os efeitos da instalação de parques eólicos sobre a renda do setor agrícola nos municípios da região Nordeste do Brasil. A pesquisa parte do contexto de expansão da energia eólica no país, impulsionada por políticas como o PROINFA, e da elevada concentração desses empreendimentos em áreas rurais nordestinas — regiões historicamente marcadas por baixa renda e vulnerabilidade social. Diante disso, investiga-se se a instalação dos parques eólicos gera externalidades positivas mensuráveis na renda agrícola local, hipótese sustentada pela literatura internacional, mas ainda pouco explorada com rigor metodológico no contexto brasileiro. Foi construído um painel de dados em nível municipal, abrangendo o período de 2001 a 2020, com variáveis referentes à renda agrícola, população e escolaridade, além do ano de entrada dos empreendimentos, extraídas de fontes como ANEEL, IBGE, RAIS e SIDRA. A estratégia econométrica adotada baseou-se no modelo de Diferença em Diferenças com múltiplos períodos, proposto por Callaway e Sant’Anna (2021), adequado para cenários com adoção escalonada e tratamento heterogêneo. Para testar a robustez dos resultados, utilizou-se também o estimador de De Chaisemartin e D’Haultfœuille (2021), que considera diferentes configurações do grupo de controle. Os resultados indicam que a instalação dos parques eólicos está associada a um aumento estatística e economicamente significativo na renda média da agricultura, estimado em R\$ 80,97. O efeito foi confirmado por diferentes formas de agregação dos dados e por análises dinâmicas, que mostram crescimento progressivo na renda agrícola nos anos posteriores à instalação. Esses resultados sugerem que os arrendamentos de terras para torres eólicas e o estímulo indireto à atividade rural podem estar entre os mecanismos geradores desse impacto. Conclui-se que a política de expansão da energia eólica contribui não apenas para a diversificação da matriz elétrica nacional, mas também para a valorização da atividade agrícola nos territórios onde se instalam os empreendimentos. O estudo recomenda que governos locais e formuladores de políticas públicas levem em conta esses efeitos positivos ao planejar estratégias de desenvolvimento territorial e de atração de investimentos no Semiárido.

Palavras-chave: Energia eólica. Agricultura. Desenvolvimento rural.

¹ Mestrando em Ciências da Computação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Computação, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Mossoró – RN, Brasil. E-mail: magnus.pinheiro@alunos.ufersa.edu.br.

² Programa de Pós-Graduação em Organizações e Mercados – PPGOM. Universidade Federal de Pelotas. Email: daniel.uhr@gmail.com.

³ Doutoranda em Estudos Urbanos e Regionais pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal – RN, Brasil. E-mail: wignagreitas@yahoo.com.br.

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

GOVERNANÇA PÚBLICA MUNICIPAL NA REGIÃO IMEDIATA DE PAU DOS FERROS-RN À LUZ DO ÍNDICE DE GOVERNANÇA (IGM-CFA)

Victória Pinheiro Barbosa¹

Fernando Silva dos Santos²

Benicio Freire de Queiroz³

Maria Aparecida Lopes de Bessa⁴

A governança pública local constitui elemento estruturante para o aprimoramento das capacidades estatais e para a consecução de políticas públicas efetivas no nível municipal. No Brasil, o Índice de Governança Municipal (IGM-CFA), desenvolvido pelo Conselho Federal de Administração (CFA), representa uma métrica multidimensional que visa mensurar a qualidade da gestão pública nos municípios, com base em critérios objetivos e padronizados. Este estudo tem como propósito central realizar uma análise dos municípios pertencentes à Região Imediata de Pau dos Ferros, no estado do Rio Grande do Norte, à luz dos indicadores que compõem o IGM-CFA, a saber: Finanças, Gestão e Desempenho. A metodologia adotada pauta-se nos princípios técnicos do IGM-CFA, que integra dados provenientes de fontes oficiais tais como Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre outros, para a construção de uma métrica sintética de avaliação da governança municipal. A amostra compreende 34 municípios que compõem oficialmente a Região Imediata de Pau dos Ferros, segundo a divisão territorial estabelecida pelo IBGE (2017). Os dados referem-se ao último ciclo de avaliação disponível e foram analisados por meio de estatística descritiva e análise exploratória regional. A dimensão finanças avalia a gestão financeira, nela são considerados os investimentos em saúde e educação, a questão fiscal (relação receitas e despesas), equilíbrio previdenciário e despesas com o legislativo (IGM/CFA, 2022). Ressalta-se que cada dimensão é composta por indicadores e variáveis. Essa dimensão é composta por quatro indicadores: fiscal (autonomia, investimentos, liquidez e gastos com pessoal); investimento per capita (gastos per capita em saúde e educação); equilíbrio previdenciário (indicador da situação previdenciária) e custo legislativo (gastos per capita do legislativo). Nessa categoria o melhor colocado foi o município de Doutor Severiano com 6,46 pontos e o pior colocado foi o município Frutuoso Gomes com 0,00 pontos, ressalta-se que esse resultado está atrelado a falta de informações e dados do município, nas fontes utilizadas pelo índice para avaliar a dimensão. Esses achados corroboram com os estudos de Nascimento (2018), que associa a má gestão fiscal a baixos índices de desenvolvimento humano em pequenos municípios. Contudo, o estudo também desafia a noção de que maior arrecadação implica melhor gestão, já que Pau dos Ferros, o maior município da região, obteve média (3,83), desempenho abaixo da média. A dimensão gestão mensura as ações e ferramentas que auxiliam no planejamento e controle

¹ Graduada em Administração, UERN.

² Mestrando do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES) - UERN/Campus Pau dos Ferros. Graduated in Administration (UERN).

³ Graduado em Administração (UERN). Bolsista FAPERN.

⁴ Graduada em Administração, UERN.

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

dos recursos (IGM/CFA, 2022). Tal dimensão, possibilita ao gestor visualizar a eficiência e eficácia dos seus processos de gestão, levando em consideração que a gestão pública tem como principal vertente o desenvolvimento social, que afeta diretamente a sociedade como um todo, além de contribuir na melhoria dos serviços públicos prestados à sociedade. Condicionada para uma análise da capacidade administrativa dos municípios, a dimensão abrange três indicadores principais, cada um desses desdobrados em suas devidas variáveis: planejamento (planejamento da despesa, captação de recursos e lei geral MPE); colaboradores (servidores per capita e comissionados) e transparência (disponibilidade das informações, CAUC e transparência). As fontes de dados utilizadas são predominantemente institucionais, e dados do próprio IGM, o que assegura um acompanhamento técnico da estrutura e eficiência da gestão pública. Neste sentido, o município de Umarizal apresentou a melhor média (8,06), atingindo um distanciamento dos demais municípios ao obter uma média superior a 8, seguido, respectivamente por Antônio Martins (7,69); Almino Afonso (7,24); Lucrécia (7,24); Alexandria (7,20) e Tenente Ananias (7,02). Em contraposição, Frutuoso Gomes (3,21); Rafael Fernandes (3,58) e João Dias (3,97) obtiveram as piores médias nessa dimensão. Segundo Souza (2006), a capacidade de planejamento e o uso racional de instrumentos de gestão são diferenciais entre municípios que avançam em políticas públicas e os que permanecem ineficientes. Municípios com altas pontuações nessa dimensão, indicam que boas práticas podem ser disseminadas independentemente do tamanho populacional ou econômico. Isso está alinhado com o conceito de capacidade estatal subnacional, discutido por Arretche (2012), onde a efetividade da gestão local decorre mais do arranjo institucional do que da disponibilidade de recursos. A dimensão desempenho avalia o efeito das políticas públicas para a população e sua efetividade no município. O desempenho, possibilita ao gestor uma espécie de diagnóstico referente a suas práticas governamentais. Como quais ações impactaram positivamente ou não tiveram o desempenho desejado. Além de oportunizar uma visão das reais necessidades do seu público (cidadãos), que as dimensões anteriores não abrangem (IGM/CFA, 2022). Desta forma, o desempenho está estruturado com cinco indicadores, seguidos de suas respectivas variáveis: saúde (mortalidade infantil, cobertura da atenção básica e vacinal); educação (abandono escolar, índice de desenvolvimento da educação básica, taxa de distorção idade-série e cobertura creche); segurança (taxa de homicídios e mortes no trânsito); saneamento e meio ambiente (tratamento de esgoto, acesso à água e coleta de esgoto) e vulnerabilidade social (vulnerabilidade social). As fontes desses dados são diversificadas, a grande maioria trata-se de órgãos especializados e confiabilidade pública (IGM/CFA, 2022). Assim como na dimensão anterior, o município de Tenente Ananias manteve-se consistente ao alcançar a maior média na dimensão desempenho (7,22), e posteriormente, estão Doutor Severiano (6,94); José da Penha (5,85) e Marcelino Vieira (5,80). No que refere-se às menores médias, os municípios de João Dias (2,33) e Paraná (2,87) atingiram médias inferiores a 3, Rafael Fernandes (3,00) e Riacho de Santana (3,07), também se distancia dos demais, com médias mais baixas. Lotta (2010) defende que a implementação de políticas públicas deve ser acompanhada por indicadores de resultado que sejam, mensuráveis e quantificáveis e não apenas de processo. A média do IGM-CFA da região Imediata de Pau dos Ferros foi de 5,01 e a mediana 5,08 com destaque para o município de Tenente Ananias com 6,42 pontos, sendo o melhor colocado da região. Os dados também evidenciam que Frutuoso Gomes (2,25), João Dias (3,10) e Rafael Fernandes (3,15) têm os piores índices. O município de Pau dos Ferros, maior município da região, apresentou pontuação abaixo da média regional, indicando que não há uma correlação direta entre porte populacional e desempenho de gestão municipal. Apesar de alguns

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

municípios alcançarem notas acima de seis pontos, se comparados com os demais municípios do Estado do Rio Grande do Norte, ainda podem melhorar seus indicadores de governança municipal. O estudo evidenciou que a governança municipal da região imediata de Pau dos Ferros alcança status intermediário (5 de 10 pontos possíveis em gestão) tendo um espaço significativo para melhorias na gestão pública, mas apenas os índices de maneira isolada não refletem a completude da gestão municipal, devendo-se também considerar questões locais como influenciadoras na dinâmica administrativa.

Palavras-chave: Governança Municipal. Região Imediata de Pau dos Ferros. IGM-CFA.



ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E INOVAÇÃO: O PAPEL DO CAPF/UERN NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Jefferson Ferreira de Oliveira¹

José Elesbão de Almeida²

A ocupação territorial e a industrialização do Brasil, foram marcadas por desigualdades econômicas e sociais, cujas consequências repercutem ainda no século XXI. Além dos aspectos econômicos e sociais que marcaram profundamente o processo de colonização brasileiro, outras adversidades merecem destaques, como o restrito acesso ao ensino superior público e a localização das Instituições de Ensino Superior nas regiões mais desenvolvidas do país, deixando de fora, pequenas e médias cidades, transformando a educação superior um privilégio das famílias mais abastadas. Nos dois governos de Lula e primeiro de Dilma, entre 2003 e 2014, ocorreu uma mudança na atuação do Estado, ampliando a cobertura social para as classes menos favorecidas, que sempre ficaram à margem das ações do poder público. Paralelamente, ocorreram políticas de expansão, democratização e interiorização do ensino público superior, acompanhadas da concessão de bolsas estudantis e apoio à pesquisa e pós-graduação. A partir de 2015, a economia entrou numa recessão econômica, seguida de crise política, fiscal e institucional, alterando a política econômica e paralisando a expansão e interiorização do ensino público superior, acentuadas nos governos Temer e Bolsonaro. Esta pesquisa objetiva, investigar a eficiência ou não das políticas de expansão, democratização e interiorização do ensino superior público no Brasil, entre 2003 e 2022. O propósito é verificar se houve uma alteração no panorama concentrador regional do ensino superior público. Ademais, pretende-se examinar se o processo contribuiu para o estímulo ao Sistema Regional de Inovação e impulsionou o desenvolvimento local na região imediata de Pau dos Ferros-RN, à luz dos pensamentos de Joseph Schumpeter e Celso Furtado. Para a realização deste trabalho foi feito um estudo bibliográfico e documental, de caráter descritivo com abordagem quali-quantitativa, em conjunto com levantamento dos dados sobre a temática. Como resultado, identificamos que existem barreiras impeditivas que dificultam a consolidação do Campus da UERN/Pau dos Ferros, como núcleo difusor de inovação e interconexão com o desenvolvimento local da região geográfica imediata de Pau dos Ferros-RN.

Palavras-chave: Ensino Superior. Interiorização. Desenvolvimento.

¹ Discente em Economia do Campus Avançado de Pau dos Ferros da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). BR 405, KM 3, Arizona, Pau dos Ferros - RN, CEP: 59900-000. E-mail: jeffersonoliveira@alu.uern.br.

² Doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido – PLANDITES e do Departamento de Economia da UERN/CAPF. BR 405, KM 3, Arizona, Pau dos Ferros - RN, CEP: 59900-000. E-mail: elesbaoalmeida@uern.br

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE): UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL SOBRE O FINANCIAMENTO DESCENTRALIZADO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

Luiz Carlos de Souza¹

Larissa da Silva Ferreira Alves²

As políticas públicas são instrumentos essenciais de ação do Estado na promoção do bem-estar social, sendo formuladas e executadas com o objetivo de enfrentar problemas coletivos e garantir direitos fundamentais. No campo da educação, as políticas públicas educacionais expressam a materialização dos compromissos estatais com a ampliação do acesso, permanência e qualidade do ensino, constituindo-se como um dos pilares para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. No decorrer das últimas décadas, essas políticas se intensificaram, impulsionadas por lutas históricas em defesa da educação pública. Neste cenário, destacam-se a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), pela Emenda Constitucional nº 14/1996, e sua posterior substituição pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), em 2007. Paralelamente, em 1995, surge o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), inicialmente voltado ao Ensino Fundamental e posteriormente ampliado para toda a educação básica, tendo como principal característica a descentralização dos recursos diretamente às unidades escolares. A presente pesquisa, de caráter bibliográfico e documental, tem como objetivo analisar a trajetória histórica, os fundamentos legais e os principais desafios do PDDE como política pública de financiamento descentralizado. Fundamenta-se em autores como Cunha (2012), Arretche (1999), Souza (2006), Paro (2001) e Mafassoli (2015), que discutem as implicações da descentralização na gestão escolar, a democratização das decisões e as desigualdades na capacidade de execução entre os diferentes contextos. O estudo evidencia que, embora o PDDE represente um avanço na promoção da autonomia escolar e da participação da comunidade na gestão dos recursos, sua efetividade ainda está condicionada à capacidade técnica das Unidades Executoras e ao apoio das secretarias de educação. Ao analisar criticamente a legislação, os documentos normativos e as contribuições teóricas, o trabalho busca contribuir para o debate sobre o aperfeiçoamento do financiamento educacional e a promoção da equidade na gestão dos recursos públicos na educação básica.

Palavras-chave: Políticas públicas. Financiamento educacional. PDDE.

¹ Mestrando em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

² Professora do Curso de Mestrado em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

GOVERNANÇA PARTICIPATIVA E TURISMO RESPONSÁVEL: O CASO DE SUCESSO DO PROGRAMA DEL TURISMO EM APODI-RN

Maria Juliana J B de Souza Rebouças¹
Jorge Luis de Oliveira Pinto Filho²

O município de Apodi, situado no Oeste do Rio Grande do Norte, é formado pelas regiões da Pedra, Vale, Chapada e Areia, sendo banhado pelo Rio Apodi/Mossoró, que nasce na serra de Luís Gomes/RN. Essa bacia hidrográfica, a segunda mais importante do estado, favorece a diversidade no desenvolvimento da agropecuária. Nesse contexto, Apodi apresenta forte potencial turístico, atividade que se destaca como relevante econômica e socialmente, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e para a valorização ambiental e cultural da região. A oferta turística inclui o sítio arqueológico Lajedo de Soledade, o potencial hídrico da barragem e da Lagoa do Apodi, fruticultura irrigada, agricultura familiar, pesca, apicultura, entre outros atrativos. O fortalecimento do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), por meio de uma gestão participativa, tem aproximado os atores locais em prol da construção de políticas públicas voltadas ao setor turístico. O relato de experiência tem como objetivo destacar os impactos positivos do Programa de Desenvolvimento Econômico Local – DEL Turismo do Senac/RN, que tem promovido a valorização dos aspectos naturais e culturais da comunidade. A adoção de um modelo de gestão participativa tem impulsionado avanços significativos no turismo, com envolvimento comunitário e resultados expressivos. A metodologia aplicada pelo programa está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), como os de números 3, 4, 6, 11, 12, 16 e 17, utilizando abordagens multidisciplinares e sustentáveis. Essas ações têm contribuído diretamente para o desenvolvimento sustentável de Apodi, fortalecendo sua identidade cultural e preservando o meio ambiente. Como resultados que já podemos elencar que a governança local fortalecida, a integração das pastas da gestão municipal, trade turístico, comunidade e legislativo, discutindo a área do turismo de forma articulada. Tal fato tem resultado na discussão do tema no legislativo com criação da comissão de turismo no poder legislativo, bem como o projeto de lei Turismo Pedagógico, que busca trabalhar a temática do turismo, nas escolas, a partir da valorização dos atrativos naturais e culturais da região. Para os próximos anos, o objetivo é manter o COMTUR atuando de forma efetiva, desenvolver o Plano Municipal de Turismo (PMT), elaborar o Inventário Turístico, fortalecer a roteirização dos atrativos e implementar programas de qualificação.

Palavras-chave: Governança participativa. Turismo pedagógico. Apodi-RN.

¹ Mestre em Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais do Semiárido pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Email: jamillesouza86@hotmail.com

² Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte E-mail: jorge.filho@ufersa.edu.br

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

ESTRUTURA PRODUTIVA E REDE URBANA INTERIORIZADA DO SEMIÁRIDO POTIGUAR: OS CASOS DOS CENTROS URBANOS DE ASSÚ, PAU DOS FERROS, CAICÓ E CURRAIS NOVOS

Rafael Wendell Barros Forte da Silva¹
Francisco do O' de Lima Júnior²

A pesquisa analisa o papel dos centros urbanos de Assú, Pau dos Ferros, Caicó e Currais Novos na reconfiguração da rede urbana interiorizada do Semiárido Potiguar, considerando suas estruturas produtivas e a dinâmica territorial expressa na REGIC 2020. O problema central reside na identificação dos fatores que impulsionam a consolidação desses centros como polos de articulação regional, evidenciando suas especificidades econômicas, institucionais e infraestruturais. O objetivo é compreender como a articulação entre modernização urbana, base produtiva e políticas públicas contribui para moldar a centralidade e a influência dessas cidades no interior do Rio Grande do Norte. A abordagem metodológica adotada é qualitativa, baseada em revisão bibliográfica, análise documental e levantamento de dados socioeconômicos, geográficos e institucionais em banco de dados de órgãos oficiais. Os resultados parciais indicam que esses municípios desempenham papéis diferenciados na hierarquia urbana regional: Caicó e Currais Novos apresentam destaque como centros de serviços e comércio diversificado, com forte identidade cultural e importância no Seridó; Pau dos Ferros consolida sua centralidade educacional, administrativa e de serviços no Alto Oeste, ampliando sua função regional; enquanto Assú revela expressiva integração logística, articulando atividades agroindustriais e infraestrutura de transporte em conexão com a capital e o entorno produtivo. Ainda que enfrentem limitações estruturais e desafios socioeconômicos históricos, essas cidades exercem influência regional relevante, funcionando como nós estratégicos de redistribuição de fluxos populacionais, econômicos e institucionais. Considera-se que a consolidação dessas centralidades pode ser potencializada por políticas públicas territoriais mais articuladas e sensíveis às realidades locais, contribuindo para o reequilíbrio da rede urbana regional e para o fortalecimento do papel das cidades médias e intermediárias no planejamento do desenvolvimento sustentável no semiárido.

Palavras-chave: Rede urbana interiorizada. Desenvolvimento regional. Semiárido potiguar.

¹ Discente do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido – PLANDITES/UERN. Bolsista Capes.

² Doutor em Desenvolvimento Econômico – IE/UNICAMP. Pesquisador Líder do Grupo de Pesquisa em Territorialidades Econômicas e Desenvolvimento Regional e Urbano - GETEDRU/DE-URCADocente do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido – PLANDITES/UERN.

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

ORGANIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES): UMA ANÁLISE DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - UERN

Robertinho Junior Cipriano da Silva¹

Francisco Charles Pereira da Silva²

Carla Camila Gomes Freitas³

A expansão e organização das universidades públicas no Brasil teve início em 1920 com a primeira universidade sendo instalada no Rio de Janeiro, nos anos seguintes o processo de difusão se concentrou nas capitais dos estados e somente posteriormente no interior do país. O processo de interiorização só foi possível devido ao fortalecimento das universidades estaduais e a adesão de novas políticas públicas criando um marco importante para o ensino superior público, uma vez que a localização das novas instituições, predominantemente, nas cidades pequenas e médias, desenvolveu novos ramos da centralização urbano regional e abrindo vagas em áreas estratégicas. Dessa forma, o objeto de estudo da pesquisa é a organização das universidades públicas do Estado do Rio Grande do Norte (RN). A pesquisa objetiva analisar o processo de organização das universidades públicas de ensino superior no RN, com destaque para os polos da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. A metodologia seguiu uma revisão bibliográfica, utilizando de alguns autores para entender e embasar a discussão, como (Kawasaki, 1997; Santos; Amaral; Luz, 2023) elaborando um contexto das universidades públicas no Brasil; (Araújo, 2014; Barros *et al.*, 2019; Freitas; Bomtempo, 2024) destacando a desigualdade presente na educação; (Scherer; Amaral, 2020; Scherer *et al.*, 2019) contribuindo com a justificativa da pesquisa; (Durham, 2002) destacando os principais marcos que contribuíram para a expansão do ensino superior no Brasil. Em seguida, foram utilizados órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para entender a localização das universidade pelo estado e dados da UERN quanto a quantidade de cursos e discentes. Os resultados obtidos constataram que a escolha pelos polos da universidade deu-se principalmente nos municípios em zonas de influência local, como é o caso da capital regional Natal, Mossoró, Pau dos Ferros, Caicó e Assú. A chegada desses *campi* mudou totalmente a estrutura, organização e economia desses municípios, o processo gerou repercussões indiretas significativas sobre atividades comerciais, de transportes, alojamento e alimentação. Além disso, a influência não se limitou somente às cidades do estado do Rio Grande do Norte próximas dos municípios, foi verificado o fluxo pendular de alunos dos estados da Paraíba e Ceará, por exemplo no caso da UERN em Pau dos Ferros. A chegada dessas instituições trouxe um incremento extra para economia desses locais, os quais a partir de um maior fluxo de alunos, trouxeram outros aparelhos financeiros como farmácias, mercados, bancos, restaurantes, apartamentos e outros. Os centros que receberam a expansão da UERN desenvolveram e conseguiram expandir ainda mais suas centralidades nas regiões a qual estão alocados, permitindo principalmente que a formação em nível superior fosse mais democratizada em regiões que historicamente o campo educacional teve uma redução em oportunidades.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Educação. Interiorização.

¹ Mestrando em Ensino pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

² Graduando em Geografia na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

³ Doutoranda em Geografia na Universidade do Estado do Ceará (UECE).

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

MIGRAÇÃO COM ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA

Conceição Kévia Firmino da Silva¹

Franklin Roberto da Costa²

O artigo “Migração como Estratégia de Sobrevivência” propõe uma reflexão crítica sobre os deslocamentos populacionais no Brasil, com ênfase na migração de trabalhadores rurais, especialmente nordestinos, que buscam melhores condições de vida. O estudo fundamenta-se em uma abordagem histórico-conceitual e qualitativa, sustentada por extensa pesquisa bibliográfica, envolvendo autores clássicos e contemporâneos como Becker (1997), Fontes (2008), Castro (2012), Oliveira (2024), entre outros. A migração, aqui, é tratada não apenas como um movimento geográfico, mas como resposta a desigualdades sociais, econômicas e políticas persistentes. A análise evidencia que muitos trabalhadores migrantes deixam suas terras por falta de infraestrutura básica e oportunidades, enfrentando vulnerabilidades sociais nos locais de destino, onde frequentemente persistem as dificuldades. O artigo está estruturado em duas partes: na primeira, discute-se a migração como uma estratégia de sobrevivência, com base nas causas históricas e econômicas que motivam esses deslocamentos; na segunda, aborda-se a adaptação dos migrantes em novos territórios, explorando os impactos emocionais, sociais e culturais vivenciados. Destaca-se que a migração é impulsionada tanto por fatores de expulsão (como a seca, a pobreza e a falta de políticas públicas) quanto por fatores de atração (trabalho, infraestrutura e perspectivas de futuro), sendo este um fenômeno estruturante das dinâmicas sociais brasileiras. O texto conclui que a migração é, sobretudo, uma luta por dignidade, marcada por sonhos e sacrifícios, exigindo maior atenção das políticas públicas voltadas aos direitos dos trabalhadores migrantes.

Palavras-chave: Migração. Trabalhador rural. Adaptação social.



¹ Graduada em Geografia na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Discente do Programa de Pós graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais do Semiárido – Plandites. E-mail: skevia530@gmail.com

² Professor Doutor do Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Campus Pau dos Ferros (UERN). Docente do Programa de Pós Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais do Semiárido – Plandites. Email: franklincosta@uern.br

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

ALGUNS ASPECTOS SOBRE O FUNCIONAMENTO DO TRABALHO HOME OFFICE NO CAMPUS DA UERN EM PAU DOS FERROS

Misly Fabrícia da Rocha Queiroz¹

O artigo tem o propósito de estudar as dimensões do trabalho home office no âmbito do CAPF/UERN, cujo universo é constituído pelo segmento dos(as) técnicos(as) administrativo(as), no período da pandemia e os desdobramentos após esse período, buscando identificar as vantagens e desvantagens na efetivação dessa modalidade de trabalho e os impactos no bem-estar desses trabalhadores e na estrutura organizacional. O estudo busca fazer um relato da experiência home office de forma geral, apontando as dificuldades e vantagens, para a instituição universitária, bem como verificar as perspectivas e consequências vivenciadas por esses funcionários, além de expor os desafios enfrentados para a efetivação dessa modalidade de trabalho em diferentes aspectos. A questão central que norteia o desenvolvimento deste trabalho consiste em buscar resposta para o seguinte problema: quais as consequências, vantagens e desvantagens do trabalho home office para os servidores da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, particularmente, para os técnicos do Campus de Pau dos Ferros? Para o desenvolvimento do estudo, foi realizada uma pesquisa de campo tendo como amostra 38 servidores técnicos administrativos, através de estudo quali-quantitativo que posteriormente ajudou na análise de dados. Além disso, foi feita uma análise de relatórios de avaliação do home office referentes aos anos de 2021 e 2022. Foi possível concluir que esse tipo de trabalho necessita de uma estruturação cuidadosa, além de políticas claras e suporte tecnológico, para otimizar os resultados e assegurar o bem-estar dos trabalhadores que atuam nessa modalidade. Os resultados obtidos e as análises realizadas proporcionam insights valiosos, contribuindo para o conhecimento sobre o home office, evidenciando a importância de estratégias eficazes de gestão, investimentos e equilíbrio entre a vida pessoal e profissional para melhorar a experiência do trabalho virtual no serviço público.

Palavras-chave: Tecnologia. Serviços. Trabalho remoto.

¹ Graduada em Economia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN e aluna do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido – PLANDITES/UERN. E-mail: mislyfabricia@alu.uern.br

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

CUSTO-PROCESSO: LÓGICA PARA UM JUDICIÁRIO DESTERRITORIALIZADO EM UM EXEMPLO POTIGUAR

Janeson Vidal de Oliveira¹

A incursão do Poder Judiciário brasileiro na métrica de custo-processo, impulsionada por normativas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que visam otimizar a alocação de força de trabalho conforme o volume de casos, sob o discurso da modernização, tem gerado um fenômeno peculiar: a desterritorialização da justiça. Este estudo examina a extinção da Vara do Trabalho de Pau dos Ferros (RN), convertida em posto avançado em 2017 após relatório que apontou custo por processo incompatível com a média das demais varas do interior potiguar. A decisão ancorou-se nas Resoluções nº 219/2016 e nº 184/2013 do CNJ, que autoriza a redistribuição de servidores e a supressão de unidades com baixa distribuição processual. Ao abraçar indicadores com conexão contábeis que ligam despesas administrativas ao número de processos, os tribunais passam a, sob algumas análises, categorizar unidades jurisdicionais como “superavitárias” ou “deficitárias”, quando comparadas. Essa lógica, por sua vez, provoca um deslocamento de serviços para polos maiores e, conseqüentemente, o fechamento de varas com saldo financeiro aquém de outras. Esse rearranjo acaba por embaçar a conceituação do Judiciário enquanto uma política pública fundamental, sendo um pilar para a coesão social. Reduzir o Judiciário a um mero “prestador eficiente” ignora variáveis cruciais como a vulnerabilidade socioeconômica, a distância, a densidade populacional e a relevância estratégica de certos territórios. Adota-se, assim, uma racionalização de custos que transforma litígios em meros passivos financeiros, desconsiderando o impacto social e humano. Metodologicamente combina-se revisão bibliográfica crítica sobre mercantilização do Estado e racionalidade gerencial com a análise documental de relatórios do TRT-21 e bases do CNJ. Esta pesquisa aborda também a desterritorialização e o planejamento público. Os resultados preliminares desta investigação apontam para um duplo rebaixamento do direito. Primeiramente, um rebaixamento espacial, manifestado pela retirada física do Estado de comunidades que dependem de seus serviços. Em segundo lugar, um rebaixamento simbólico, onde o conflito, em vez de ser tratado como uma questão de justiça e equidade, é reduzido a um item em uma planilha financeira. Diante desse cenário, conclui-se que é imperativo recalibrar os indicadores de desempenho. É preciso incorporar critérios de equidade e coesão territorial, recolocando o Judiciário no cerne das políticas públicas de desenvolvimento e da garantia de direitos, e não apenas como um balcão de custos.

Palavras-chave: Custo-processo. Desterritorialização. Acesso à justiça.

¹ Advogado, especialista, Mestre em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES) pela UERN.



GRUPO DE TRABALHO V

CULTURA, LINGUAGEM E IDENTIDADES REGIONAIS

**EDUCAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: REFLEXÕES
SOBRE O NORDESTE BRASILEIRO ESTEREOTIPADO**

Josefa Eliane de Aquino¹
Francisco das Chagas Maia Filho²
Bertulino José de Souza³

A forma como o Nordeste é visto pelas demais regiões brasileiras está repleta de simbolismos e estereótipos que reduzem a região às suas condições climáticas. Estes estereótipos foram construídos historicamente pela mídia, pela literatura e suas diversas formas de propagação e, ainda hoje, se fazem presentes. Contudo, as discussões sobre o Nordeste vão muito além de suas condições naturais. Partindo dessa premissa, este trabalho é fruto das discussões vivenciadas na disciplina Memória e Antropologia do Homem Nordestino, ministrada no Plandites, as quais resultaram na construção de um artigo. O texto traz como questão problema: de que maneira a educação pode ser um fator de desconstrução das percepções estereotipadas sobre a região Nordeste? Com o propósito de responder esse questionamento, temos como objetivo analisar a influência da educação na reconstrução de percepções sobre o Nordeste brasileiro. Assim, considerando que a construção do saber científico exige dos pesquisadores a utilização de procedimentos sistematizados, realizamos uma pesquisa de caráter exploratório através da análise documental e revisão bibliográfica. Dentre os autores selecionados como embasamento teórico, destacamos Albuquerque (2011), Silva Filho (2020), Kruger (2004) e Freire (1987). Diante da análise realizada, mesmo sem a pretensão de esgotar para esse momento toda a investigação da realidade em estudo, pode-se aferir que a educação exerce um papel determinante na percepção sobre o Nordeste. Durante muito tempo, essa região foi marcada por estereótipos que a relacionam à pobreza, à fome e ao atraso. Porém ela é mais que isso, é uma terra de cultura viva, cheia de histórias ricas, de um povo que resiste e que é capaz de se reinventar todos os dias. Perceber essa diversidade e reconhecer seu valor é o primeiro passo para mudar a forma estereotipada como ela é vista pelo restante do país. Assim, reiteramos que a educação tem um papel de grande relevância nessa transformação, pois quando conectamos o ensino ofertado com a realidade dos estudantes, suas histórias e saberes, ele deixa de ser apenas um simples conteúdo e torna-se uma ferramenta de transformação. O acesso à educação no Nordeste tem o papel de valorizar as memórias, as identidades e os saberes daqueles que aqui vivem. Pois, somente a educação é capaz de quebrar o silêncio que historicamente foi imposto a tanta gente nessa região, dando assim, espaço para que suas vozes sejam ouvidas e respeitadas.

Palavras-Chave: Nordeste. Estereótipos. Educação.

¹ Graduada em Geografia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Mestranda Pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (Plandites). Josefa20241005531@alu.uern.br

² Graduado em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Mestrando Pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (Plandites) francisco20241005470@alu.uern.br

³ Doutor em Antropologia Social e Cultural pela Universidade de Coimbra. Professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). bertulinosouza@uern.br

**ENTRE TRILHOS E MEMÓRIAS: AS RUGOSIDADES ESPACIAIS
DA ESTRADA DE FERRO MOSSORÓ-SOUSA (EFMS) EM
FRUTUOSO GOMES - RN**

Marcos Willian Targino¹

Carla Mirelle de Freitas Monteiro²

Carla Camila Gomes Freitas³

A Estrada de Ferro Mossoró-Sousa (EFMS) representou um grande marco de desenvolvimento econômico e social no interior nordestino brasileiro no século XX, especialmente nos municípios do Rio Grande do Norte e Paraíba. Com a desativação de muitos trechos, restaram as rugosidades, revelando a persistência dos elementos no espaço geográfico que resistiram à passagem do tempo e mudanças, evidenciando o que um dia foi um grande avanço para a sociedade da época. Em Frutuoso Gomes-RN, município que sediou a estação Mineiro, seus vestígios físicos e simbólicos permanecem em sua paisagem por toda parte, carregam consigo a história e memória local. Diante disso, surgem indagações sobre como essas formas se manifestam na paisagem local atualmente. Assim este trabalho tem como objetivo geral explorar as rugosidades espaciais deixadas pela EFMS em Frutuoso Gomes - RN, compreendendo como esses vestígios materiais e simbólicos resguardam a história e as retratam as transformações na paisagem local ao longo do tempo. Além disso, foram adotados os seguintes objetivos específicos: a) Identificar os principais vestígios físicos da EFMS; b) Analisar o impacto histórico e socioeconômico da EFMS; c) Documentar os elementos que ainda restam da ferrovia. O estudo trata-se de uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa. Quanto aos procedimentos de coleta, foram realizadas visitas *in loco*, com preenchimento de fichas de campos, além de um estudo bibliográfico prévio. No que se refere aos resultados encontrados, foi possível identificar cinco pontos nos quais as estruturas da EFMS ainda persistem na paisagem. O primeiro é o fragmento de trilho na zona urbana, em bom estado de conservação, com um carrinho, no qual atualmente funciona um bueiro. A segunda estrutura observada, a ponte sobre o Rio Mineiro, localiza-se em uma área periurbana, construída de rochas, concreto e metal e é o maior fragmento de trilho do município, porém encontra-se desgastada e abandonada. Ao lado, existe uma caixa d'água de concreto, mas degradada, que armazenava a água do rio e abastecia a locomotiva chamada de “maria fumaça”. A atual Casa da Cultura do município, antiga casa do agente ferroviário, foi reformada, com algumas modificações, hoje é ponto turístico e sede de eventos do município. Por fim, a Estação Mineiro foi reformada e funciona como um restaurante-museu com acervo histórico. Portanto, o município possui diversos elementos do espaço que persistem através do espaço construído, carregando significados geo-históricos e culturais. Esse estudo pode ser usado pela gestão pública para assegurar a preservação desses patrimônios e aproveitar melhor o potencial turístico dessas áreas, sobretudo as degradadas.

Palavras-chave: Cultura. Ferrovia. Geohistória.

¹ Graduando em Geografia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) - Campus Avançado Pau dos Ferros (CAPF).

² Graduanda em Geografia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) - Campus Avançado Pau dos Ferros (CAPF).

³ Dutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PROPGEO) da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

A RESISTÊNCIA CULTURAL DA CAPOEIRA NA REGIÃO SEMIÁRIDA DO NORDESTE BRASILEIRO

Ana Cecilia Calixta de Oliveira¹

Maria Samara de Lima Macena²

Vitoria Maria Costa Torres³

A capoeira é uma manifestação cultural de profunda relevância histórica, social e simbólica no Brasil. De acordo com Martins (2024), sua origem remonta ao período da escravidão, tendo sido criada por africanos escravizados trazidos ao território brasileiro em navios negreiros, especialmente para atuarem como mão de obra nas lavouras canavieiras. Nesse contexto de opressão e resistência, a capoeira surgiu como forma de autodefesa e enfrentamento, disfarçada por meio da musicalidade e dos movimentos ritmados, permitindo que os negros treinassem técnicas de luta e estratégias de fuga das fazendas sem que os senhores desconfiassem de seus verdadeiros objetivos. Ao longo do tempo, a capoeira consolidou-se como uma prática multifacetada, unindo elementos de luta, dança, jogo e música. Segundo Lott (2018), trata-se de uma expressão que envolve não apenas o combate físico, mas também instrumentos musicais como o berimbau, o pandeiro, o agogô, o atabaque e o caxixi, além de uma forte carga simbólica que reforça os laços identitários da população afrodescendente. Para Nestor Capoeira (1998), a prática é uma síntese de diversas influências étnicas africanas, englobando ritmos, danças, lutas e instrumentos musicais que, ao serem reunidos no Brasil, deram origem a um dos maiores símbolos da resistência negra no país. Contudo, a trajetória da capoeira foi marcada por períodos de repressão e criminalização. Atualmente, ela é reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade e está presente em diversas regiões do Brasil, inclusive no semiárido nordestino, onde se consolidou como uma prática cultural, educativa e identitária. Compreender como a capoeira resiste e se reinventa nesse território é fundamental para valorizar suas expressões locais e os sujeitos que mantêm viva essa tradição. Diante disso, a presente pesquisa tem como pergunta-problema: Como a capoeira se expandiu e se consolidou como forma de resistência cultural e identidade coletiva na região semiárida do Nordeste brasileiro? O objetivo principal é analisar como a capoeira se expandiu e se consolidou enquanto expressão de resistência cultural e afirmação identitária na região semiárida do Nordeste brasileiro. Para tanto, foram seguidos alguns aspectos metodológicos para a obtenção dos resultados, adotando-se uma abordagem qualitativa, por meio de revisão bibliográfica, utilizando fontes que discutem a origem e expansão da capoeira, seu processo histórico, sua importância cultural e social, especialmente no contexto do semiárido nordestino. Além das fontes acadêmicas, também foram consideradas publicações em redes sociais, como Instagram, vinculadas a mestres, grupos e associações de capoeira que atuam na região, as quais

¹ Mestranda do programa de pós-graduação em planejamento e dinâmicas territoriais no semiárido-PLANDITES\UERN-CAPF.

² Mestranda do programa de pós-graduação em planejamento e dinâmicas territoriais no semiárido-PLANDITES\UERN-CAPF.

³ Mestranda do programa de pós-graduação em planejamento e dinâmicas territoriais no semiárido-PLANDITES\UERN-CAPF.

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

contribuem significativamente para o registro e a difusão de práticas, eventos, dentre outros, servindo como fontes complementares de análise sobre a presença viva e dinâmica territorial dessa manifestação cultural no nordeste. Desse modo, como resultado, espera-se compreender como o esporte da capoeira se mantém viva e importante nesse contexto, auxiliando para a valorização locais fortalecendo a identidade e a cultura afro-brasileira. Nesta perspectiva, a capoeira apresenta uma trajetória histórica marcada pela resistência desde o seu surgimento, sendo utilizada pelos escravizados como forma de enfrentamento e fuga da opressão vivida durante o período escravocrata. Conforme Mello (1996), durante muito tempo sua prática foi proibida e ocorria clandestinamente, visto que os senhores de engenho reconheciam seu potencial de organização e resistência entre os escravizados. Aqueles que praticavam capoeira eram perseguidos, punidos e muitas vezes torturados, numa tentativa de silenciar qualquer forma de resistência cultural que ameaçasse o poder dos fazendeiros. Martins (2024) ressalta que, entre os anos de 1830 e 1889, a capoeira era considerada crime de vadiagem, conforme o Código Penal do Império, vigente no artigo 295, o qual previa como penalidade aos praticantes, especialmente, escravizados e ex-escravizados, a prisão com trabalho forçado pelo período de oito a vinte e quatro dias. Embora a abolição da escravidão tenha ocorrido em 1888, a perseguição ao povo negro e aos capoeiristas ainda persistia. Martins (2024) também aponta que, em 1890, com a promulgação do Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil, o crime de capoeiragem foi estabelecido no artigo 402, ampliando a pena para prisão de dois a seis meses. Apesar da repressão, a capoeira resistiu, e apenas em 1937 que a capoeira foi descriminalizada, passando a ser reconhecida oficialmente como esporte pelo governo de Getúlio Vargas. Nesse contexto, a capoeira enfrentou diversos desafios, e mesmo assim resistiu. Segundo Silva et al. (2014), a capoeira se constitui como patrimônio cultural brasileiro, conforme a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, que reconhece as manifestações culturais como patrimônio cultural do país. A capoeira se expandiu por diversas regiões do Brasil, ganhando destaque, principalmente, no Nordeste. De acordo com Vassalo (2003, apud Candusso, 2009), a Bahia foi o principal lócus para o desenvolvimento da capoeira, podendo inclusive ter sido o seu lugar de origem, embora não existam evidências concretas que comprovem essa hipótese. Diante disso, as pesquisas demonstraram que o Nordeste possui uma grande representatividade na cultura negra do país, especialmente no que se refere à capoeira. A partir da Bahia, essa prática foi se expandindo por toda a região, reafirmando uma identidade afro-brasileira e uma riqueza cultural profundamente enraizada nas comunidades locais. Outrossim, Carbonar (2013) menciona duas figuras importantes para a consolidação da capoeira no Nordeste: Mestre Bimba e Mestre Pastinha, que contribuíram significativamente para o fortalecimento da prática na Bahia. Ambos desempenharam papel fundamental na sistematização e divulgação da capoeira, sendo responsáveis, respectivamente, pela criação da capoeira regional e pela valorização da capoeira angola. Mestre Bimba e Mestre Pastinha foram figuras centrais e referências na história da capoeira, tanto no Nordeste quanto em todo o Brasil. Suas contribuições foram decisivas para a valorização da prática, possibilitando sua inserção em academias e escolas. A atuação desses mestres resultou na ampliação do reconhecimento da capoeira como expressão cultural e educativa, sendo fundamental para sua expansão e legitimação na sociedade brasileira contemporânea, sobretudo, para

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

a identidade e valorização da cultura negra. A Associação de Capoeira Mestre Bimba, como registrado na Figura 01, foi um marco importante construído após a morte do Mestre Bimba, ocorrida em 1974. De acordo com uma notícia publicada pelo portal G1 em 2025, a associação foi fundada em Salvador, no dia 2 de julho de 1975, por um ex-aluno do mestre. A data escolhida para sua fundação coincide com a celebração da Independência do Brasil na Bahia, reforçando o caráter simbólico de luta e resistência cultural. A reportagem ainda destaca que a associação possui filiais em sete países: Japão, Estados Unidos, Rússia, Canadá, Polônia, Inglaterra e Ucrânia. A formação dessa entidade foi de extrema importância para a expansão e valorização da capoeira no Brasil e no mundo, promovendo o legado de Mestre Bimba e contribuindo para a disseminação dessa manifestação cultural. Segundo Bonfim (2010), a capoeira é um esporte cultural intrinsecamente ligado à luta pela liberdade, sendo um símbolo de resistência contra diversas formas de dominação. Para o autor, ela representa um aprendizado cultural que respeita a identidade dos indivíduos que, historicamente, lutam por seus direitos no Brasil. Além disso, a prática da capoeira é compreendida como um processo pedagógico que favorece uma educação libertadora, pautada no respeito às diferenças. Dessa forma, o reconhecimento da capoeira também constitui uma afirmação da identidade do povo negro, que durante séculos foi marginalizado, excluído e proibido de expressar sua cultura. A resistência dos povos escravizados, seguida pela atuação de mestres como Mestre Bimba, permitiu que a capoeira se consolidasse como um instrumento de liberdade, identidade cultural, prática esportiva e ferramenta educacional. Essa expansão é visível em todo o Nordeste, inclusive em regiões interioranas, como no estado do Rio Grande do Norte. Dado isto, a capoeira é uma manifestação cultural que atravessa muitos territórios do Nordeste, sendo praticada por grupos em diversas cidades, inclusive em localidades interioranas do semiárido nordestino, como é o caso das cidades de Pau dos Ferros e Francisco Dantas, no estado do Rio Grande do Norte. Além disso, vale ressaltar os grandiosos eventos e encontros regionais de capoeira, que promovem a integração entre mestres, contramestres, alunos e simpatizantes, fortalecendo os laços culturais, a troca de saberes e a valorização da identidade e cultura afro-brasileira na região semiárida do Nordeste. Com base no exposto, este trabalho possibilitou compreender como a capoeira resistiu e se expandiu por toda a região do semiárido nordestino, constituindo um marco cultural e enfatizando sua relevância para a história e a identidade do povo brasileiro. Nesse sentido, é fundamental destacar que a capoeira representa muito mais do que uma simples manifestação simbólica, é um patrimônio cultural que carrega consigo os significados de luta, resistência e memória de um povo que desde o período da escravidão enfrenta desafios em busca de respeito, reconhecimento e liberdade. Assim, no contexto do semiárido nordestino, a capoeira tem se consolidado como um espaço de preservação cultural, afirmação identitária e resistência cotidiana, demonstrando que, mesmo diante das dificuldades, essa tradição permanece viva. A capoeira é transmitida de geração em geração por meio da arte, da luta e da música, expandindo-se não apenas no âmbito cultural, mas também nos campos esportivo e educacional.

Palavras-chave: Cultura. Capoeira. Semiárido.

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

CARTOGRAFIA DA SECA: CONEXÕES DO PASSADO PRESENTE NA IDENTIDADE DO SEMIÁRIDO NORDESTINO

Vânia Maria Pessoa Rodrigues¹

Bertulino José de Souza²

José Gomes Ferreira³

A seca, enquanto fenômeno social e climático, tem destacado papel no debate e na produção de conhecimento. Os estudos da memória como foco na pesquisa Memória Social, Políticas Públicas e Estratégias Locais de Enfrentamento da Seca apresenta, de modo geral, alguns questionamentos referentes ao cenário da seca tendo como base os resultados das histórias orais dos intervenientes que viveram e conviveram com longos períodos de estiagem. Assim, objetivou-se objetivo colher narrativas de pessoas mais velhas quanto ao fenômeno da seca (retirantes ou não) e conhecer a percepção destas pessoas quanto à convivência com a seca. Elegeu-se como metodologia a abordagem qualitativa com viés descritivo, utilizando a técnica de história oral de vida proposta por Thompson (2002) em entrevistas com 10 pessoas de ambos os sexos e de idade superior a 65 anos. Apresentamos ao final a indicação de resultados organizados em categorias a partir da Análise de Conteúdo proposta por Bandin (2016), destacando alguns aspectos relativos ao perfil dos sujeitos sociais; a caracterização da seca na visão dos atores sociais; e as políticas públicas emergenciais descritas nos períodos de seca analisados. As análises cotizaram os estudos sobre memória coletiva de Halbwachs (2013) e as contribuições de Albuquerque Júnior (1994; 2009), Alencar (2007), Malvezzi (2007), Martins (2019), Moreira (2017), Silva (2016), Gonçalves e Tum (2019). Os resultados apontaram a gravitação de uma lembrança que gira em torno das características e das medidas tomadas em torno do enfrentamento dos sucessivos períodos de seca. Foram depoimentos que descreveram um cenário de solo seco a vegetação cinzenta o sol escaldante que parecia tremer na infinidade, a escassez de água, as doenças que surgiam não se sabe de onde, a morte do gado e de outros animais e, como consequência, a situação de retirantes em virtudes das condições ambientais. Além disso, descreveram milimetricamente as políticas públicas sociais empregadas durante a convivência com a seca, enfim, os depoentes nos apresentam um verdadeiro malabarismo para o enfrentamento da seca, representado nas lembranças de um passado, na vulnerabilidade social, fome, legado, exploração e no projeto de vida que mantinha acesa a chama da esperança, ao resistir às calamidades naturais.

Palavras-Chave: História de vida. Memórias. Seca. Políticas públicas no semiárido.

¹ Mestra pelo Programa de Mestrado Acadêmico em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido - PLANDITES/UERN.

² Doutor em Antropologia Social e Cultural pela Universidade de Coimbra – Portugal. Docente do Programa de Pós Graduação (Mestrado) em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido – Plandites/UERN.

³ Doutor em Ciências Sociais pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade da Paraíba (PPGDR/UEPB) e Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPEUR/UFRN).

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

USO DAS REDES SOCIAIS E PERCEPÇÃO DA AFETAÇÃO DA SAÚDE MENTAL

Bertulino José de Souza¹

Themis Cristina Mesquita Soares²

José Gomes Ferreira³

A temática da saúde mental vem ganhando destaque na sociedade contemporânea e em particular no meio acadêmico. Do ponto de vista teórico vários autores clássicos das Ciências Sociais abordaram a temática a partir do avanço das grandes metrópoles sobre os modos de vida tradicionais. Simmel (1973) analisou a dualidade da sociedade moderna, por um lado, conferindo autonomia ao indivíduo a partir da expansão da metrópole e das oportunidades conferidas pelo uso do dinheiro, por outro lado, o desapego nas interações potenciam a doença mental no indivíduo. Mais tarde, no contexto da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, Marcuse (1964) analisou o impacto da tecnologia de comunicação de massas na sociedade capitalista e como pode atuar, considerando que a cultura de massa é um mecanismo de controle e opressão que impede a realização da liberdade individual. Posteriormente, Lahire (2008) sugere que não se deve estudar apenas percepção, história e trajetória socioinstitucional de doença mental, “mas sim a produção social da própria doença” (2008, p. 373). Mais recentemente, somam-se os estudos que associam o uso das redes sociais com a prevalência da doença mental no contexto dos processos de socialização, comunicação, práticas de lazer e dependência digital, impactando em aspectos físicos, mentais e relacionais dos usuários. A partir desta discussão surgiu na UERN o projeto de pesquisa “Interferência das redes sociais na saúde mental dos usuários”, cujo objetivo passa por identificar e analisar a autorrepresentação sobre saúde mental na comunicação através das redes sociais junto de alunos da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), campus de Natal (CAN) e Pau dos Ferros (CAF), procurando igualmente conhecer práticas que possam alterar as sociabilidades, hábitos de sono, atividades de lazer e desporto, isolamento e convívio social. Os resultados mostram uma relativização dos impactos negativos do uso de telas, o que pode significar que a sua utilização é interpretada como processo comunicativo e na rotina dos estudantes, reforçando processos de sociabilidade fora da sala de aula, pelo que o impacto é ainda percebido como positivo. Ainda assim, os dados mostram uma preocupação dos participantes relativamente à saúde mental, horas de sono e uso noturno do celular a ter em conta. As práticas relatadas podem originar estados de ansiedade e depressão, assim como desatenção aos laços familiares, amigos, nos estudos ou atividade profissional.

Palavras-chave: Redes sociais, saúde mental, estudantes.

¹ Doutor em Antropologia Social e Cultural pela Universidade de Coimbra – Portugal. Docente do Programa de Pós Graduação (Mestrado) em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido – Plandites/UERN.

² Doutora em Ciências da Saúde pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN. Docente do Programa de Pós Graduação (Mestrado) em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido – Plandites/UERN.

³ Doutor em Ciências Sociais pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade da Paraíba (PPGDR/UEPB) e Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPEUR/UFRN).

ENCONTRO REGIONAL DE SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO SEMIÁRIDO – ERESPP

A IMPORTÂNCIA DA CANTORIA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL NORDESTINO BRASILEIRO

Dennys Danillo Araújo Silva ¹
José Elesbão de Almeida ²

A cantoria de viola é uma forma de poesia oral e tipicamente conhecida no Nordeste brasileiro, marcada por improvisação, teatralidade, criatividade, riqueza de cultura ancestral e uma forte expressão popular. Reconhecida como profissão artística pela Lei Federal nº 12.198/2010 e em processo de registro como Patrimônio Imaterial do Brasil pelo IPHAN, essa arte e manifestação cultural permanece ao longo do tempo e às transformações sociais, mantendo-se viva entre as gerações, passando de pai para filho. Esse estudo tem como pergunta problema saber como a cantoria de viola se mantém viva como expressão cultural no Nordeste, e assim como objetivo compreender como a cantoria se mantém pertinente, observando sua passagem histórica, a sua importância sociocultural e modos de transmissão da tradição cultural. A pesquisa é de caráter bibliográfico, tendo como base, Gil (2008), Lakatos e Marconi (2003), utiliza-se de fontes acadêmicas, como artigos, dissertações e teses, com foco na cultura popular, especialmente nordestina. Os resultados indicam que a cantoria, embora menos apreciada pelas novas gerações, continua sendo um símbolo cultural forte, reinventando-se por meio da incorporação de novos elementos musicais e tecnológicos trazidos para mostrar a riqueza dessa manifestação cultural. Prática esta, que mantém viva a oralidade, elemento importante que a traz na literatura de cordel, embora ambas possuam naturezas distintas. Além da musicalidade inerente da viola, a cantoria inclui o desafio entre poetas e o engajamento direto do público, vem fortalecer a relevância enquanto expressão artística coletiva e tradicional da região do Nordeste. A cantoria se apresenta como símbolo de resistência e identidade. É a poesia viva do nosso sertão, entretenimento e preservação da memória histórico-cultural. A valorização dessa arte necessita de ações de políticas públicas e educativas que encoraje a continuidade da arte, garantindo assim a ascensão das raízes culturais nordestinas brasileiras.

Palavras-chave: Cantoria de viola. Cultura popular. Patrimônio imaterial.

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES).

² Professor Doutor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN - *Campus* Avançado de Pau dos Ferros – CAPF e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido – PLANDITES.



PLANDITES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PLANEJAMENTO E DINÂMICAS TERRITORIAIS NO SEMIÁRIDO

UERN